

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
MAESTRÍA EN ESTADO, GOBIERNO Y POLÍTICAS PÚBLICAS

**LUIS SOARES DA COSTA NETO**

**JUVENTUDE E TRABALHO:**

os aprendizes do Projeto Primeiro Passo e suas percepções sobre o mundo do trabalho, no  
município de Juazeiro do Norte/CE – 2019 a 2020

**SALVADOR/BA**

**2021**

Luis Soares da Costa Neto

JUVENTUDE E TRABALHO: Os Aprendizizes do Projeto Primeiro Passo e Suas Percepções Sobre o Mundo do Trabalho, no Município de Juazeiro do Norte-CE- 2019 a 2020.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador. Prof. Dr. Marcelo Prado Ferrari Manzano

SALVADOR/BA

2021

## Ficha Catalográfica

---

COSTA NETO, Luis Soares da.

JUVENTUDE E TRABALHO: os aprendizes do Projeto Primeiro Passo e suas percepções sobre o mundo do trabalho, no município de Juazeiro do Norte/CE – 2019 a 2020 / Luis Soares da Costa Neto. – 2021.

160 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Maestria en Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Salvador-BA, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Marcelo Prado Ferrari Manzano.

1. Juventude e Trabalho. 2. Primeiro Emprego. 3. Aprendizagem Profissional. 4. Políticas Públicas. 5. Precarização e Neoliberalismo.. I. Título.

---

Luis Soares da Costa Neto

JUVENTUDE E TRABALHO: Os Aprendizizes do Projeto Primeiro Passo e Suas Percepções Sobre o Mundo do Trabalho, no Município de Juazeiro do Norte-CE- 2019 a 2020.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em: 30.07.2021

---

Prof. Dr. Marcelo Prado Ferrari Manzano.  
FLACSO Brasil/FPA

---

Prof./Dr. Antonio Almerico Biondi Lima  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB

---

Prof./Dr. Greiner Teixeira Marinho Costa  
Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

---

Prof. Dr. Alexandre Lalau Guerra  
FLACSO Brasil/FPA

## APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto da minha trajetória, pois, enquanto filho da classe trabalhadora, minha história de vida é similar a de milhões de jovens brasileiros, que, por conta das necessidades advindas da pobreza familiar, são impelidos desde cedo ao trabalho precoce, precarizado e sem garantias de direitos. Desde os 14 anos de idade, experimentei o trabalho infantil numa dupla jornada, entre o trabalho como jardineiro – nos lares da classe média do bairro nobre da “lagoa da seca”, em Juazeiro do Norte/CE – e a escola, fato esse que perdurou por 8 anos, do final do Ensino Fundamental até a conclusão do Ensino Médio.

Em 2008, ingressei no mercado de trabalho formal, por meio da aprendizagem industrial do Senai, atuando na indústria calçadista. No mesmo ano, fui aprovado no vestibular da Universidade Regional do Cariri – Urca. Nessa universidade pública, graduei-me em História, fui orientador social do Projovem Adolescente, professor de Ciências Humanas do Projovem Urbano e do Projovem Campo – Saberes da Terra. Todas essas políticas públicas de juventude implementadas nos governos Lula e Dilma. Em 2019, tomei posse no cargo de professor de História no estado do Rio Grande do Norte. Contudo, entre 2017 e 2019, atuando na Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho do município de Juazeiro do norte, pude conhecer de perto o Projeto Primeiro Passo e os anseios que os jovens e os seus familiares apresentavam quando do momento do cadastro, via a esperança do primeiro emprego nas faces deles, daí surgiram as dúvidas em relação ao projeto e sua relação com o público prioritário, que são os jovens de baixa renda.

Destarte, apresentadas aqui as tessituras da minha realidade e, de fato, as intencionalidades que levaram a esta dissertação, chegamos a cabo das reflexões e desaguamos na difícil tarefa de agradecer a todos que contribuíram direta e indiretamente nessa caminhada. Portanto agradeço à Fundação Perseu Abramo (FPA) e à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) por me proporcionarem a realização de um curso de excelência científica preocupado com o desenvolvimento socioeconômico do país.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Marcelo Manzano, pela escolha da orientação do meu projeto e pelas contribuições que me foi dada a essa trajetória.

Aos companheiros da turma de Salvador, pelas muitas idas e vindas, pelos momentos de importantes diálogos e aprendizados.

Aos jovens participantes da pesquisa por me permitirem adentrar às suas vidas e apresentar-lhes suas memórias e anseios.

Aos representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social de Juazeiro do Norte – Sedest, por abrirem as portas para a realização da pesquisa.

Aos meus amigos, irmãos: Antônio Marcos, pelos diálogos, palavras motivadoras e inspiração para seguir no rumo da academia, e Samuel Sobreira, pelas contribuições nos gráficos, tabelas e momentos de profícuas análises e discussões da conjuntura. À José Nobre, dona Eliane Nobre e toda sua família, pela acolhida, e o ombro amigo, todos são muito especiais para mim.

Por fim, agradeço ao grande criador pelo caminho que me fez percorrer, pois, certamente, faz parte do meu processo evolutivo.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico as tessituras desta dissertação à minha mãe, Maria Socorro, mulher negra, pobre que, igual a muitas Marias, levantava nas madrugadas para lavar roupas de ganho, isso está na minha memória e, sempre que quero desistir, penso em teimar;

A meu Pai Francisco Antônio (Panta), mesmo sem saber dos meus objetivos, suas fraquezas e fortalezas me ajudaram a compreender a violência praticada pelas elites do país, negando o direito ao trabalho digno e a uma profissão a milhares de homens e mulheres como ele;

Ao meu Amor, Andressa Nunes, que me acompanha e compreende as ausências nesse processo e que, ao longo dos anos, tem sido meu porto seguro. Te amo.

Às minhas irmãs Lidiane e Daiane, e minhas sobrinhas Àgatha e Aryella, que essa luta também lhes sirva de amor ao conhecimento.

Ao meu tio, Antônio Costa (Ti toim) por ser o exemplo de homem trabalhador e pai, que diante das dificuldades mantém-se firme nos ideais da consciência de classe a qual pertence.

Ao meio milhão de vítimas da pandemia da covid-19.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é apresentar os resultados das percepções dos jovens aprendizes do Projeto Primeiro Passo sobre o mundo do trabalho. A investigação se deu com as turmas de 2019-2020 do município de Juazeiro do Norte/CE. A análise foi realizada de forma qualitativa por meio da pesquisa de campo exploratória, trabalhamos com levantamento de fontes primárias, resultantes das entrevistas semiestruturadas com 10 jovens aprendizes, assim como utilizamos fontes secundárias, levantadas a partir das análises documentais de diversas instituições, leis, decretos, bem como sites, sistemas e banco de dados. Os resultados indicam que a trajetória dos jovens em relação ao mundo do trabalho está centrada em estruturas eivadas de contradições e que a sua inserção formal se dá de forma precarizada. O discurso oficial do trabalho digno não se cumpre na prática, as políticas públicas de trabalho e renda para esse grupo etário e para a sua classe social são insuficientes, ao passo que não se efetivam enquanto promotoras de justiça social, muito pelo contrário, acentuam as desigualdades de oportunidades, pois os jovens das classes subalternas, dada as condições socioeconômicas, são impelidos a buscarem inserção no mundo do trabalho cedo ou de forma precoce, enquanto os jovens filhos das classes ricas ou abastardas podem escolher prolongar os anos de escolaridade. Este estudo aponta para a importância de uma compreensão das necessidades inerentes às juventudes, abalizados nas suas condições enquanto classe social, haja vista que as políticas existentes, alicerçadas nas tendências neoliberais, promovem cada vez mais inserções precarizadas no mundo do trabalho ao passo que aprofundam os problemas do desemprego estrutural em um capitalismo periférico como o brasileiro. Consequentemente permitem a manutenção de uma histórica reprodução das classes subalternas, fincadas numa subcidadania, relegando a essas classes políticas públicas que somente aprofundam essas desigualdades.

**Palavras-chave:** Juventude e Trabalho; Primeiro Emprego; Aprendizagem Profissional; Políticas Públicas; Precarização; Neoliberalismo.



## ABSTRACT

The objective of this dissertation is to present the results of the perceptions of the young apprentices of the First Step project about the world of work. The investigation was carried out with the 2019/2020 classes in the municipality of Juazeiro do Norte-CE. Our theoretical basis is based on the contributions of Márcio Pochmann (2007; 2015) and Jessé Souza (2009; 2012; 2018; 2018b). The analysis was carried out in a qualitative way through the field-exploratory research, we worked with a survey of primary sources, resulting from the semi-structured interviews with 10 young apprentices; as well as we use secondary sources, raised from the documentary analyzes of several institutions, Laws, Decrees; as well as websites, systems and databases. The results indicate that the trajectory of young people in relation to the world of work, are centered on structures riddled with contradictions, and that their formal insertion takes place in a precarious way. The official discourse of decent work is not carried out in practice; public policies for work and income for this age group and for their social class are insufficient, whereas they do not become effective as promoters of social justice, quite the contrary, they accentuate inequalities of opportunities, as young people from the social classes subalterns, given the socioeconomic conditions, are impelled to seek insertion in the world of work early or early; while the young children of the wealthy or wealthy classes, they can choose to extend their years of study. This study points to the importance of an understanding of the needs inherent to youth, based on their conditions as a social class, given that existing policies, based on neoliberal trends, increasingly promote precarious insertions in the world of work, while that deepen the problems of structural unemployment in peripheral capitalism like Brazil; consequently, they allow the maintenance of a historical reproduction of the subaltern classes, embedded in a sub-citizenship, relegating to these classes, public policies that only deepen these inequalities.

**Keywords:** Youth and Work; First Job; Professional Learning; Public Policies; Precariousness; Neoliberalism.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**CadÚnico** – Cadastro Único para Programas Sociais

**Caged** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

**CBO** – Classificação Brasileira de Ocupações

**Cecad** – Sistema do Cadastro Único

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Ipea** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**Ipece** – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

**PBF** – Programa Bolsa Família

**PDET** – Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

**PMJN** – Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE

**PPA** – Plano Plurianual

**PPP** – Projeto Primeiro Passo

**PP** – Políticas Públicas

**Rais** – Relação Anual de Informações Sociais

**Sedest** – Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho – Juazeiro do Norte/CE

**Senai** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Região Metropolitana do Cariri – RMC .....	33
<b>Figura 2</b> Cadastro de Jovem Aprendiz On-line .....	72
<b>Figura 3</b> Cadastro de Jovem Aprendiz on-line – documentação exigida .....	72
<b>Figura 4</b> Tela inicial para o Cadastro no Programa Municipal de Inclusão Produtiva – Juazeiro do Norte .....	78
<b>Figura 5</b> Tela inicial para cadastro no PPP em Juazeiro do Norte – 2020 .....	79

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> Série histórica de contratação do setor formal em Juazeiro do Norte – 1985 a 2019 .....	36
<b>Gráfico 2</b> Aprendizizes contratados no Brasil – entre 2002 e 2019 .....	46
<b>Gráfico 3</b> Taxa de Desocupação (Desemprego) – 1º T. 2012 – 2º T. 2020 – Brasil e Ceará..	61
<b>Gráfico 4</b> Série histórica da taxa de desocupação 14 a 17 anos, Ceará e Brasil.....	62
<b>Gráfico 5</b> Série histórica da taxa de desocupação 18 a 24 anos, Ceará e Brasil.....	63
<b>Gráfico 6</b> Aprendizizes contratados por ano no Ceará 2002-2019.....	66
<b>Gráfico 7</b> Contratação de aprendizizes no Ceará, 2012 a 2020, por setor de atividade .....	66
<b>Gráfico 8</b> Aprendizizes contratados por ano em Juazeiro do Norte, 2004 a 2019 .....	80
<b>Gráfico 9</b> Contratação de aprendizizes geral em Juazeiro do Norte, 2004 a 2019, por setor.....	87
<b>Gráfico 10</b> Média salarial dos aprendizizes do PPP .....	89
<b>Gráfico 11</b> Como o jovem utilizou o salário da aprendizagem .....	90
<b>Gráfico 12</b> Satisfação no trabalho como aprendiz.....	91
<b>Gráfico 13</b> Atividade informal remunerada antes de ingressar no PPP.....	92
<b>Gráfico 14</b> Idade em que os pais incentivaram os jovens ao trabalho e idade em que os jovens começaram a trabalhar e idade ideal para trabalhar segundo os jovens .....	98
<b>Gráfico 15</b> Idade em que os pais ou responsáveis começaram a trabalhar.....	102
<b>Gráfico 16</b> Escolaridade dos pais ou responsáveis dos jovens entrevistados.....	103
<b>Gráfico 17</b> A renda média domiciliar per capita das famílias com e sem o salário da aprendizagem.....	110

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> O Projeto Primeiro Passo nos PPAs do Estado do Ceará – 2008 a 2023.....	68
<b>Quadro 2</b> Matriz de responsabilidades da execução do PPP no município de Juazeiro do Norte – 2019-2020.....	76
<b>Quadro 3</b> Bairros de moradia dos jovens aprendizes do PPP de Juazeiro do Norte – 2020 ...	85
<b>Quadro 4</b> Distribuição dos jovens segundo a composição familiar .....	97
<b>Quadro 5</b> Distribuição de mães e pais no mercado de trabalho. Situação atual no mercado de trabalho .....	106

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Taxa de desemprego dos jovens de 15 a 29 anos (em %)	52
<b>Tabela 2</b> Total de pessoas cadastradas no CadÚnico com renda per capita mensal e representação em relação ao total de inscritos no CadÚnico e representação em relação ao total da população do Ceará – 2020	59
<b>Tabela 3</b> Inscritos no CadÚnico e PBF 16 a 24 anos por faixa da renda familiar per capita – Ceará	60
<b>Tabela 4</b> Dinâmica do mercado de trabalho cearense – 2019 e 2020	60
<b>Tabela 5</b> Contratações anuais de aprendizes geral em relação à demanda do público prioritário no Ceará – 2019-2020	82
<b>Tabela 6</b> Contratações anuais de aprendizes pelo PPP, em relação à demanda do público prioritário no Ceará – 2019-2020	74
<b>Tabela 7</b> Total de pessoas cadastradas no CadÚnico com renda per capita mensal e representação em relação ao total de inscritos no CadÚnico e representação em relação ao total da população de Juazeiro do Norte/CE – 2020	75
<b>Tabela 8</b> Inscritos no CadÚnico e PBF 16 a 24 anos por faixa da renda familiar per capita – Juazeiro do Norte/CE	76
<b>Tabela 9</b> Contratações anuais de aprendizes e vagas ofertadas pelo PPP no município de Juazeiro do Norte/CE, 2013 a 2020	90
<b>Tabela 10</b> Contratações anuais de aprendizes geral em relação à demanda do público prioritário em Juazeiro do Norte/CE, 2019-2020	90
<b>Tabela 11</b> Contratações anuais de aprendizes pelo PPP em relação à demanda do público prioritário em Juazeiro do Norte/CE, 2019-2020	91
<b>Tabela 12</b> Faixa de Remuneração Média (SM) aprendizes e a proporção por setor – Juazeiro do Norte/CE, 2004 a 2019	88
<b>Tabela 13</b> Distribuição dos jovens segundo a renda familiar	109

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS .....</b>	<b>20</b>
1.1 Referencial Teórico.....	20
1.2 Metodologia.....	28
1.2.1 Tipo da Pesquisa.....	28
1.2.2 Sujeitos .....	28
1.2.3 Procedimentos .....	31
1.3 Localidade da Pesquisa – Município: Juazeiro do Norte/CE .....	32
<b>CAPÍTULO 2: JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E RENDA .....</b>	<b>39</b>
2.1 Breve históricos das políticas públicas no Brasil .....	39
2.2 O Programa Jovem Aprendiz .....	41
2.2.1 O cenário político econômico da regulamentação do jovem aprendiz .....	42
2.2.2 O cenário político-econômico e novas mudanças do jovem aprendiz.....	48
2.2.3 A precarização do trabalho e a reforma trabalhista .....	50
<b>CAPÍTULO 3: POLÍTICA SOCIAL DE TRABALHO E RENDA: ANÁLISE DO “PROJETO PRIMEIRO PASSO” .....</b>	<b>58</b>
3.1 Cenário socioeconômico da juventude cearense .....	58
3.1.1 Mercado de Trabalho – Desemprego.....	61
3.2 O Primeiro Passo Jovem Aprendiz e sua interlocução com a Lei da Aprendizagem.....	63
3.2.1 O Projeto Primeiro Passo no Município de Juazeiro do Norte.....	74
3.2.1.1 Processo de seleção e alocação dos aprendizes .....	77
3.2.1.2 Demanda de aprendizagem no município de Juazeiro do Norte .....	86
<b>CAPÍTULO 4: PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO .95</b>	
4.1 Perfil socioeconômico familiar e experiências vivenciadas no mundo do trabalho.....	95
4.1.1 Família e trabalho precoce.....	97
4.2 A aprendizagem teórico/prática e expectativas sobre o mundo do trabalho .....	114
4.2.1 O processo de seleção do Primeiro Passo.....	114

4.2.2 Inserção formal e precarização dos aprendizes .....	117
4.2.3 Experiências vivenciadas e perspectivas sobre o mundo do trabalho .....	124
4.2.4 O trabalho enquanto valor moral e dignidade e aquisições a partir da renda .....	129
4.2.5 Importância do Primeiro Passo .....	133
4.2.6 Término da aprendizagem e o desemprego juvenil .....	134
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro para entrevista.....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICE c – parecer de aprovação do comitê de ética em pesquisa .....</b>	<b>160</b>



## INTRODUÇÃO

No Brasil, historicamente os jovens entre 14 e 24 anos têm sido a faixa etária que mais sofre com os efeitos do desemprego estrutural e a precarização do trabalho. Essa faixa etária apresenta as piores taxas entre os indicadores de desalento, desocupação, subocupação e de informalidade. Ao passo que encontra sérias dificuldade em inserir-se no chamado primeiro emprego.

É a partir desse cenário que o Projeto Primeiro Passo se colocou como via de acesso ao primeiro emprego para jovens de baixa renda inscritos no CadÚnico e Programa Bolsa Família. Balizado pela Lei da Aprendizagem, teve como principal mote a inserção formal de jovens aprendizes nas empresas, na ótica do chamado trabalho digno. Contudo, a oferta de vagas do mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, a quantidade dessas vagas para aprendizagem são inferiores à demanda de jovens em busca de uma oportunidade. Para termos uma ideia, do público prioritário definido pelo programa (inscritos no CadÚnico/PBF), a quantidade de aprendizes admitidos pelo Primeiro Passo representa apenas 0,45% da demanda existente para o estado do Ceará. Do mesmo modo, em Juazeiro do Norte, o total de admitidos por meio do Primeiro Passo representa apenas 0,27% do total da demanda presente no CadÚnico/PBF do município, referente à turma 2019/2020.

Foram tais evidências que nos levaram a formular o problema desta pesquisa, qual seja: saber como os jovens aprendizes do Projeto Primeiro Passo percebem a sua inserção no mundo do trabalho, a sua trajetória, as experiências pretéritas e a realidade encontrada na aprendizagem. Assim, o objetivo desta dissertação foi analisar a percepção dos jovens aprendizes do Projeto Primeiro Passo em relação ao mundo do trabalho. Por conseguinte, compreendemos as percepções como ações, pensamentos e sentimentos das pessoas como resultados objetivos de alguns princípios que os geraram, visão de mundo e hábitos “herdados” da família; dos contextos sociais dos quais participou o indivíduo; de suas experiências educacionais e profissionais (SOUZA, 2012, p. 95).

Dessa forma, lançamos mão de pesquisa de campo – exploratória, com levantamento de fontes primárias – a qual foi realizada por meio das entrevistas com os jovens – e secundárias, que obtivemos a partir das análises documentais de diversas instituições, por meio de leis, decretos, assim como sites, sistemas e banco de dados. Contudo, para dar conta de cumprir nossos objetivos, organizamos os resultados dos discursos proferidos pelos jovens em duas grandes dimensões. Essas dimensões estão organizadas da seguinte forma: Perfil

socioeconômico familiar e experiências vivenciadas no mundo do trabalho; A aprendizagem teórico/prática e expectativas sobre o mundo do trabalho.

Na primeira dimensão – Perfil Socioeconômico familiar e Experiências Vivenciadas no Mundo do Trabalho –, buscamos compreender a centralidade do trabalho na trajetória de vida dos jovens e de sua família, bem como investigamos os motivos que levaram os jovens de baixa renda a obterem prioritariamente sua inserção no mundo do trabalho. Na segunda dimensão – A aprendizagem teórico/prática e expectativas sobre o mundo do trabalho –, analisamos como se deu a inserção formal dos jovens como aprendizes no mercado de trabalho num contexto de precarização do trabalho, avaliamos o Projeto Primeiro Passo a partir da sociologia crítica e com base nas percepções dos jovens; discutimos como a razão neoliberal influencia nas representações dos jovens sobre o mundo do trabalho.

Nesse estudo, entendemos a centralidade da categoria trabalho a partir dos fundamentos teóricos do materialismo histórico-dialético. Portanto, ao analisar a ação do Estado para inserção dos jovens no mercado de trabalho formal, foram imprescindíveis as contribuições de Márcio Pochmann (2007; 2015). Já a categoria relacionada às percepções dos jovens foi analisada com base nos instrumentos teórico/metodológicos da sociologia crítica a partir de Souza (2009; 2012; 2018; 2018b). Ambos os referenciais foram fundamentais para que pudéssemos olhar para além do economicismo, tão presente nas análises da realidade social brasileira.

Dito isso, a partir do problema da pesquisa e guiados pelos resultados das percepções dos jovens, argumentamos que a trajetória dos jovens em relação ao mundo do trabalho é eivada de contradições e que a sua inserção formal se dá de forma precarizada. O discurso oficial do trabalho digno não se cumpre na prática, e as políticas públicas de trabalho e renda para esse grupo etário e para a sua classe social não se efetivam enquanto promotoras de justiça social, muito pelo contrário, acentuam as desigualdades de oportunidades entre os jovens trabalhadores e os jovens filhos das classes abastardas.

Portanto, os argumentos aqui apresentados estão distribuídos em quatro capítulos, além das considerações finais. No Capítulo 1 – Aspectos Teórico e Metodológicos -, trabalhamos os referenciais teóricos que orientam o estudo, ao passo que apontamos os métodos utilizados no caminhar da pesquisa.; no Capítulo 2 – Juventude e Políticas Públicas de Trabalho e Renda -, realizamos uma breve contextualização das motivações que levaram à regulamentação da Lei da Aprendizagem. Apontamos a situação após duas décadas de implementação, traçando uma contextualização da inserção de jovens como aprendizes no Brasil e como o desemprego estrutural se apresenta para os jovens de 14 a 24 anos. No Capítulo 3 – Política Social de

Trabalho e Renda: Análise do Projeto Primeiro Passo -, apresentamos dados relativos ao contexto socioeconômico do Ceará e do município de Juazeiro do Norte, utilizando indicadores sociais de trabalho e renda, mercado de trabalho formal e condição de vulnerabilidade social juvenil, para uma análise do projeto à luz do conceito de avaliação de políticas públicas, ao passo que apresentamos a caracterização socioeconômica da turma 2019-2020 do projeto no município de Juazeiro do Norte. Já no Capítulo 4 – Percepções dos Jovens sobre o Mundo do Trabalho -, analisamos as percepções dos jovens entrevistados em relação ao mundo do trabalho vivenciado, discutimos as trajetórias pretéritas e suas experiências durante a inserção formal como aprendizes. Logo, partimos das experiências de trabalho vivenciadas na família, do processo de seleção do projeto, das perspectivas de trabalho e formação pós-término da aprendizagem; a precarização e o desemprego. Por fim, nas considerações finais, sintetizamos os resultados discutidos, buscando responder à pergunta da pesquisa, aos objetivos, explorando com mais profundidade o argumento da dissertação aqui já esboçado.

## CAPÍTULO 1: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

### 1.1 Referencial Teórico

O objetivo desta dissertação foi analisar a percepção dos jovens aprendizes do Projeto Primeiro Passo em relação ao mundo do trabalho. Essa proposta entendeu centralidade da categoria trabalho a partir dos fundamentos teóricos do materialismo histórico-dialético. Portanto, ao analisar a ação do Estado para inserção dos jovens no mercado de trabalho formal, foram imprescindíveis as contribuições de Pochmann (2007). Já a categoria relacionada às percepções dos jovens aprendizes sobre o mundo do trabalho, foi analisada com base nos instrumentos teórico/metodológicos da sociologia crítica a partir de Jessé Souza (2009; 2012; 2018; 2018b). Dessa forma, com vistas à análise da inserção no mercado de trabalho formal dos jovens aprendizes do Projeto Primeiro Passo.

Dentro de uma gama de produções teóricas, optamos pelas discussões trazidas por Pochmann (2007), em especial, a partir da sua obra *A Batalha pelo Primeiro Emprego*, pois nela o autor aponta justamente alguns problemas na inserção dos jovens no mercado formal por meio de algumas políticas públicas. Ele discute as dificuldades enfrentadas por jovens da classe trabalhadora em conseguir a inserção digna por meio do chamado primeiro emprego, ao passo que também realiza uma análise crítica a despeito da forma de inserção e da necessidades de políticas públicas mais amplas para as classes subalternas. Ao seu crivo, as políticas públicas direcionadas à inserção dos jovens têm falhado por diversos motivos, seja pelo mal desenho e escopo ou pelo seu insulamento. Como nos afirma: “Os resultados positivos são localizados, juntando-se à tradição das políticas públicas, como a Escola de Fábrica, Projovem, Casa Brasil, Pontos de Cultura e Agente Jovem, entre outras tantas (POCHMANN, 2007, p. 90)”.

A esse respeito, Sposito (2003; 2005) também chama atenção para o problema presente em políticas públicas focalizadas, voltadas para a juventude, quando do processo de formulação e implementação apresentavam irregularidades, no tocante à concorrência entre os mesmos públicos e segmentos, fragmentação, descontinuidade e desconsideração da demanda existente. Pochmann aponta problemas relacionados a políticas públicas de inserção direta de jovens no primeiro emprego, como é o caso da Lei da Aprendizagem, dessa forma, está dentro do que discutimos do Projeto Primeiro Passo, pois ele é um programa que está atrelado a essa lei. Portanto, as contribuições de Pochmann são relevantes para analisarmos o Primeiro Passo.

Como o Primeiro Passo tem sua execução atrelada à Lei da Aprendizagem, as discussões trazidas por Pochmann continuam muito atuais, haja vista que os problemas estruturais que ele

aponta na obra permanecem até hoje e, em alguns momentos, acentuaram-se ainda mais, pois, com as dificuldades econômicas que o país passa, a falta de oportunidades para os jovens aliada ao empobrecimento das famílias tem feito cada vez mais jovens buscarem uma colocação no mercado de trabalho precocemente.

Um outro ponto é que, na literatura, quando destacamos juventude, trabalho e primeiro emprego, em geral a preocupação ou as análises de políticas públicas encontram-se mais no âmbito educacional ou tratam de programas que têm o trabalho de forma secundária. Dessa forma, diferentemente desses programas, a Lei da Aprendizagem, assim como o Primeiro Passo, são ações públicas que promovem a inserção direta no mercado de trabalho, ou seja, não são programas acessórios.

Um bom exemplo é que encontramos na literatura muitas produções no âmbito da educação profissional articuladas à educação formal básica (ensino médio integrado), como vemos em Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005). Nas suas produções, discutem-se a respeito principalmente do ensino médio técnico concomitante, principalmente ofertados na rede federal de ensino. Nessa perspectiva, destacamos ainda as contribuições de Lima e Lopes (2005) e Lima (2006).

Contudo, embora as análises dos autores aqui mencionados componham um quadro teórico importantíssimo para análises das políticas públicas de juventude no país, principalmente no tocante à educação e qualificação profissional, essas não são suficientes para dar conta da análise do nosso objeto, pois, evidenciamos que o desenho do Projeto Primeiro Passo e a forma de inserção dos jovens encontram-se centrados em jovens trabalhadores que estudam, diferentemente de estudantes que trabalham.

Além disso, os jovens, mesmo em tempos de economia aquecida, são a fração da classe trabalhadora que mais sofre com o desemprego, seja de inserção ou reinserção. Dessa forma, gerar postos de trabalho para os jovens é uma difícil tarefa, pois a questão do desemprego estrutural presente na sociedade brasileira afeta diretamente os jovens em um grau superior.

A grande parte das medidas existentes, além de não resolverem o problema do desemprego entre os jovens, são objetivamente direcionadas para jovens da classe trabalhadora, os quais, por motivos socioeconômicos, tendem a buscar o primeiro emprego logo que concluem o ensino médio. Enquanto os jovens da classe média e classe média alta podem gozar de mais tempo de estudo e, assim, ingressarem em carreiras que remuneram melhor. Conforme nos aponta Pochmann:

O Brasil tem muito que avançar afinal precisa reavaliar não somente as experiências mais recentes de políticas de atenção à juventude, mas também medidas mais antigas. Entre elas, o próprio sistema “S”, que, a despeito de sua qualidade, encontra-se relativamente distante de uma posição mais contemporânea da formação juvenil. Também em relação à legislação, como a do jovem aprendiz e a dos estágios, há muito o que fazer no Brasil. Sem isso, a situação juvenil dificilmente tenderá a ser alterada significativamente (POCHMANN, 2007, p. 91).

Por fim, é necessário se promover políticas públicas universais que privilegiam a educação e a entrada tardia no mercado de trabalho, principalmente para os jovens da classe subalterna. Como bem nos aponta Sposito (2003, p. 35), “as políticas sociais universais ainda precisam ser aprofundadas ao lado de um grande conjunto de direitos emergentes relativos à própria condição juvenil”. Dessa forma, as políticas públicas, ao incentivarem a massa de jovens da classe subalterna à procura de emprego, acentuam ainda mais as desigualdades, isso se deve ao fato de o Estado não proporcionar alternativas concretas para esses jovens postergarem a sua entrada no mercado de trabalho.

Portanto nas análises do projeto e na forma de inserção dos jovens encontramos embasamento nas ideias de Marcio Pochmann, como já relatado. Destarte, a categoria relacionada às percepções dos jovens aprendizes sobre o mundo do trabalho foi analisada com base nos instrumentos teórico/metodológicos da sociologia crítica. Dessa forma, Jessé Souza, a partir das contribuições teóricas de Bourdieu, defende que:

Com esse suporte teórico, podemos observar ações, pensamentos e sentimentos das pessoas como resultados objetivos de alguns princípios que os geraram. Esses princípios seriam frutos de origem, visão de mundo e hábitos “herdados” da família; dos contextos sociais dos quais participou o indivíduo; de suas experiências educacionais e profissionais; assim como de outros possíveis contextos de socialização e de atuação que foram significativos em sua trajetória de vida. Ou seja, partindo das origens familiares e sociais, ao longo dessa trajetória, uma pessoa tende a apresentar, “estocar” e incorporar determinadas disposições que podem ser demandadas, por exemplo, em certos contextos socializadores nos quais ela irá se inserir (SOUZA, 2012, p. 95).

Dito isso, ressaltamos a valiosa contribuição da sociologia crítica de Jessé, a qual foi fundamental para que lançássemos um olhar para além do economicismo, tão presente nas análises da realidade social brasileira, e assim compreendêssemos a lógica assistencialista presente nas políticas públicas no país – as quais refletem o processo de competição social desigual imposta historicamente à classe trabalhadora. Sendo assim, valemo-nos da ideia dele ao afirmar que “a ‘cegueira’ da percepção economicista do mundo reside em literalmente não ‘ver’ o mais importante, que é a transferência de ‘valores imateriais’ na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo (SOUZA, 2009, p. 19)”.

Contudo, para além da questão econômica, o materialismo histórico e dialético de Marx nos deixou algo de mais importante, que é a sua “percepção da ‘opacidade da dominação’ como a marca diferencial do capitalismo e do mecanismo responsável por sua longevidade e por sua extraordinária eficácia cotidiana (SOUZA, 2018, p. 25)”. Em relação a essa questão, o autor acrescenta que:

O problemático nessa questão central é que não avançamos muito desde Marx. Vários fatores contribuem para isso. O maior deles é que continuamos sem perceber adequadamente a estrutura simbólica e imaterial subjacente ao capitalismo e responsável por sua violência simbólica peculiar. A teoria dominante –remanescente da teoria da modernização americana dos anos 1950– imagina o capitalismo como uma estrutura institucional “neutra” com relação a valores, a qual se contraporia a uma “cultura” nacional percebida como única realidade simbólica possível. Precisamente porque não se percebe uma estrutura simbólica subjacente a todo o mundo capitalista, imagina-se o mundo como dividido entre sociedades avançadas, com uma estrutura material e simbólica supostamente própria, e sociedades atrasadas, com outra estrutura material e simbólica percebida como peculiar e distinta das sociedades avançadas (SOUZA, 2018, p. 25).

Para compreendermos os problemas econômicos e sociais do Brasil contemporâneo é inevitável que recorramos à análise histórica do processo de formação do Estado brasileiro. Dito isso, é pertinente reforçarmos que as condições históricas de cada povo e nação resultarão em formas peculiares de conformação do capitalismo. Todavia compreendemos que, a partir de uma análise marxista, partindo do todo para as partes, é que podemos compreender as nuances do mundo do trabalho brasileiro e dispor de ferramentas com vistas a uma análise da realidade contemporânea e dos sentidos do trabalho, os quais os jovens participantes deste estudo estão inseridos.

Desta feita, ter a compreensão do papel ocupado pelo país no capitalismo mundial é de vital importância para uma compreensão das causas e efeitos dessa inserção. Nesse ínterim, como bem nos lembra Jessé Souza (2018, p.155), “foram os interesses organicamente articulados à escravidão que permitiram a manutenção da unidade do vasto território brasileiro e foi também a escravidão que determinou inclusive, o modo de vida peculiar dos homens livres no Brasil”.

É importante ressaltar que ele, ao discutir esse processo de conformação do Estado Mercantil no Brasil, remete-nos à dimensão de voltar-se para fora, como já apontou o grande historiador marxista Caio Prado Júnior (1963) , “apesar do empreendimento colonial ter sido, desde sempre, associado ao capitalismo comercial internacional, todo o esquema era montado para drenar as riquezas de dentro (colônia) para fora (metrópole), impossibilitando que a riqueza aqui produzida pudesse dinamizar o mercado interno (SOUZA, 2018, p. 191)”.

A lógica e a dinâmica do liberalismo econômico inglês tornaram-se a tônica dos modos de vida da colônia, esse processo será facilitado a partir de alguns fatos ocorridos na colônia: a chegada da família real em 1808 e conseqüentemente a quebra do monopólio comercial com a metrópole, levando à abertura dos portos. Conforme Souza (2018, p. 198), “esses dois acontecimentos ilustram a entrada, no contexto de uma sociedade até então extremamente primitiva, material e simbolicamente, das duas práticas institucionais mais fundamentais e importantes do mundo moderno: Estado e mercado.” Tais práticas institucionais trarão os fundamentos do mundo moderno focado na dualidade Estado e mercado, portanto esse *modus operandi* influenciará os processos da independência do Brasil em 1822 e do processo de abolição da escravatura em 1888, assim como a Proclamação da República em 1889.

O que foi introduzido aqui a partir de 1808 foi todo um novo mundo material e simbólico, implicando repentina valorização de elementos ocidentais e individualistas em nossa cultura por influência de uma Europa agora já francamente burguesa, nos exemplos da França, Alemanha, Itália, e, muito especialmente, da grande potência imperial e industrial da época, a Inglaterra (SOUZA, 2018, p. 205).

Portanto é justamente esse processo modernizador que Jessé discutirá as possibilidades e limites do liberalismo como expressão da ideologia burguesa no Brasil. Para isso, ele traz a ideia de que esse liberalismo se conformará aqui diferentemente do que fora na Europa e nas 13 colônias inglesas na América. Pois é como se o instituto do liberalismo já chegasse aqui pronto, não dando chances ou mesmo não demonstrando interesse de uma preparação sociocognitiva processual do povo, haja vista que as instituições surgem ou passam a utilizar a lógica da reprodução do agora moderno modelo liberal inglês. A esse fato ele definirá como “anterioridade das práticas (institucionais e sociais) em relação às ideias”, como vemos adiante:

O burguês no Brasil, não surge, como produto de toda uma visão de mundo revolucionária da vida social em todas as dimensões, como na Europa, mas como um produto circunscritamente econômico. Um produto econômico que, desde o começo, se constitui como resposta a estímulos econômicos concretos, sem que ocorra, pelo menos a curto e a médio prazos, uma abstração dessa circunstância para o contexto social maior. Sem dúvida, contribui para isso o fato de que o capitalismo se estabelece entre nós sob sua variante comercial, na medida em que os agentes comerciais autônomos tendiam a se converter em assalariados das casas exportadoras ou desaparecer na plebe urbana, não permitindo a constituição de um núcleo de interesses autônomo da manufatura e da indústria (SOUZA, 2018, p. 191).

Isso implica mais uma vez na forma subordinada de inserção produtiva no capitalismo mercantil à época, o qual trará conseqüências para o processo de desenvolvimento do futuro país e conseqüentemente a forma de cidadania. Todavia o pensamento liberal nas sociedades



capitalistas centrais é fruto de intensas lutas históricas para a superação do regime antigo, baseado no absolutismo monárquico. Desta feita, os processos das chamadas revoluções iluministas, grosso modo, prepararão o conjunto das sociedades revolucionárias europeias para o modelo que estava por vir, diferentemente do que acontecera aqui:

Aqui, a importação das práticas institucionais foi meramente acompanhada de ideologias pragmáticas, como o liberalismo, que funcionou como uma espécie de graxa simbólica destinada a facilitar a introdução pragmática do mundo dos contratos e da representação elitista no contexto primitivo e personalista anterior, mas que sempre encontrou seu limite em qualquer expansão realmente generalizante desses mesmos princípios (SOUZA, 2018, p. 266).

Sendo assim, a despeito do processo de modernização conservador na periferia, Jessé de Souza nos lembra que:

Tal processo realizou-se como uma grande revolução de cima para baixo, envolvendo todos os estratos sociais, mudando a posição e o prestígio relativo de cada um desses grupos e acrescentando novos elementos de diferenciação. São esses novos valores burgueses e individualistas que irão se tornar o núcleo da ideia de modernidade, enquanto princípio ideologicamente hegemônico da sociedade brasileira a partir de então (SOUZA, 2018, p. 205).

Nesse processo de modernização, o Estado e o mercado necessitavam de figuras ambientadas e dispostas a exercer as funções demandadas em um novo capital cultural. Dessa forma, “o Estado autoritário e modernizador, que se consolida a partir de 1930, não inicia o processo de modernização brasileiro, que começa já em 1808, como vimos, mas o põe efetivamente num outro patamar (SOUZA, 2018, p. 19)”. Esse patamar colocará a indústria como motor de desenvolvimento do mercado e conseqüentemente exigirá no âmbito do mercado de trabalho predisposições e habilidades que serão os diferenciais para inserção produtiva de trabalhadores.

O abismo brasileiro se intensifica a partir de 1930 com o início do processo de modernização em grande escala. A linha divisória passa a ser traçada entre os setores que conseguiram se adaptar às novas demandas produtivos e sociais e os setores que o seu abandono, ficaram marginalizados (SOUZA, 2018, p. 245).

É a partir disso que Jessé defende que a nossa inserção no capitalismo mundial produzirá uma subcidadania:

Em sociedades periféricas como a brasileira, o hábitus precário - que implica a existência de redes invisíveis e objetivos que desqualificam os indivíduos e grupos sociais preconizados como subprodutores e subcidadãos - é um fenômeno de massa (SOUZA, 2018, p. 244).

Essa subcidadania é marcada pela negligência do acesso aos hábitos primários em sociedades periféricas como a brasileira. Isso leva a crer que essa negligência praticada com a massa de despossuídos é parte estruturante de uma classe chamada de ralé – a qual é relegada a uma subcidadania – pois a ela é negado historicamente o que é de mais primário, o direito à dignidade e à cidadania plena e não só a recursos materiais e econômicos.

É por conta disso que a “ralé” estrutural brasileira, como a classe do “corpo” por excelência, pela ausência de incorporação em qualquer medida significativa dos pressupostos emocionais e morais tanto da dignidade do agente racional — disciplina, autocontrole, pensamento prospectivo, que significam a “alma” ou a “mente” — quanto da “expressividade” do sujeito diferenciado — o culto à “sensibilidade”, que é a outra forma de se definir “alma” e “mente” — é uma classe desprezada e não reconhecida (SOUZA, 2009, p. 397).

Essa negação de direitos constitui o que Jessé chama de “violência simbólica” – termo tomado de empréstimo das ideias de Pierre Bourdieu –, pois, ao negligenciar o acesso a bens, serviços e direitos primários, o Estado brasileiro tem colocado como imperativo normativo a ideia liberal de meritocracia a toda uma classe, à qual o próprio Estado não promoveu a justiça social, dotando-lhes das condições que os possibilitassem de entrar no jogo da competição social capitalista de forma equânime.

Estamos aqui falando de uma classe que é vítima dos problemas de uma sociedade fundada na economia escravagista. Com isso, Souza (2018b) nos lembra que os mecanismos simbólicos de distinção social são tão importantes quanto os estímulos econômicos. Por isso, qualquer ajuda a essa classe vai ser bloqueada pelas classes privilegiadas, como mostram os recorrentes golpes de Estado, vividos em 1964 e mais recentemente em 2016. Em outro momento, ele afirma que antes lhes era dificultado o acesso à terra, agora se dificulta o seu acesso ao conhecimento, o recurso mais importante das classes não proprietárias. O que exclui essa classe do mercado de trabalho competitivo e a coloca à mercê de formas de exploração pessoal que asseguram a continuidade da escravidão sob outras vestes (SOUZA, 2018, p. 74).

O que é escondido pela ideologia do mérito é, portanto, o grande segredo da dominação social moderna em todas as suas manifestações e dimensões, que é o “caráter de classe” não do mérito, mas das condições sociais que permitem o mérito (SOUZA, 2009, p. 121). Esse sistema tolhe milhões de brasileiros do processo de aquisição das condições que ensejam uma posição na competição do mercado e da sociedade do mérito, ou seja, milhões de pessoas que ele denomina como “ralé”. Ademais, isso contribui para a reprodução da desigualdade entre as classes. Como exemplo, Jessé nos aponta esta passagem

Quando os grandes jornais conservadores do Brasil falam que o “jovem” brasileiro entre 14 e 25 anos costuma morrer de arma de fogo, eles, na verdade, escondem e distorcem o principal: que 99% desses jovens são de uma única classe, a “ralé” de excluídos brasileiros (SOUZA, 2012, p. 22).

Dessa forma, tanto Pochmann como Souza nos mostram que o Estado brasileiro é historicamente marcado pela desigualdade social, provocada principalmente pela dominação de uma classe dirigente que se perpetua no poder. Portanto, ao analisarmos as condições de acesso às políticas públicas pelos jovens deste estudo, é imprescindível levarmos em conta o Estado, compreendendo-o enquanto agente principal da configuração, distribuição e manutenção do poder entre as classes. É essa estrutura que fundamenta e legitima a ordem social vigente, baseada na assimetria entre as classes sociais, ao passo que conforma e esconde a forma de reprodução das classes no tempo e no espaço, fato esse que é a principal causa da desigualdade. Contudo acaba sendo mascarada pela ideologia do mérito.

Ao analisar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, a escolha do nosso quadro teórico sustenta conceitualmente a nossa análise frente aos objetivos do estudo, que é buscar compreender as percepções dos jovens sobre o mundo do trabalho. Logo, entre os autores utilizados, buscamos em suas teorias e fundamentações os pontos de intersecção, os quais unidos fortalecem a compreensão do objeto estudado e, com isso, permitem desvelar o objeto de investigação. Esse nosso percurso teórico nos embasou para tornarmos visíveis o que antes estavam latentes, entre o dito e o não dito, conforme as interlocuções das entrevistas.

O Projeto Primeiro Passo, o qual é voltado para jovens de baixa renda cadastrados no CadÚnico e PBF acomoda os jovens em uma perspectiva teórica e prática, num pertencimento da classe trabalhadora. Os jovens participantes da pesquisa são compreendidos na sua pluralidade e observados a partir das experiências laborais individuais e familiares, com isso, foi possível esclarecer e responder ao problema da pesquisa, bem como os seus objetivos específicos. As análises de suas impressões, a partir dos discursos, trazem à tona a dialética contida no trabalho, presentes principalmente nas contradições e ambiguidades que a centralidade do trabalho tem na vida dos aprendizes e familiares. Tais fatos serão discutidos de forma mais aprofundada nos capítulos que compõem esta dissertação.

## 1.2 Metodologia

### 1.2.1 Tipo da Pesquisa

Este trabalho apresenta uma pesquisa de finalidade aplicada, do tipo exploratória, que visa ao avanço do conhecimento na área pesquisada, com delineamento de levantamento de campo, transversal em relação ao tempo da coleta de dados e de natureza preponderantemente qualitativa. O diálogo entre a teoria e o nosso objeto estudado requer um cabedal metodológico adequado a atingir os objetivos propostos da pesquisa, é sabido que há uma diversidade de métodos à disposição no campo científico. Dessa forma, adequando-se ao nosso referencial teórico-metodológico, a pesquisa se enquadra no tipo de pesquisa de campo – exploratória, como nos orienta Lakatos (2003, p. 189): “o interesse da pesquisa de campo está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade”.

### 1.2.2 Sujeitos

Os jovens que participaram da pesquisa qualitativa, por meio das entrevistas, são todos beneficiários do programa governamental no Estado do Ceará, intitulado Projeto Primeiro Passo (PPP). Tem como objetivo inserir jovens de baixa renda como aprendizes em empresas no município de Juazeiro do Norte, oportunizando o primeiro emprego. Dessa forma, na pesquisa, foram entrevistados 10 jovens provenientes do referido projeto. Vale lembrar que a amostra foi composta desses 10 sujeitos, que foram selecionados a partir de um universo de 67 jovens, os quais compõem as duas turmas do PPP no ano 2019/2020. Todos os entrevistados tinham entre 18 e 23 anos de idade.

Para a realização das entrevistas foram considerados os parâmetros éticos vigentes no país, e o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso – Brasil. O encaminhamento de toda a documentação exigida foi entregue para apreciação do Comitê de Ética e aprovado integralmente em fevereiro de 2020, conforme o Anexo-A. No contato com os participantes, utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, conforme modelo apresentado no Apêndice-B, solicitando a autorização assinada por escrito.

A aproximação com o campo da pesquisa se deu por conta que, entre 2017 e 2018, atuei na Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho – Sedest, do município de Juazeiro do Norte. Na Diretoria de Trabalho e Renda – DTR, ocupei a função de Coordenador de Inclusão Produtiva. Nesse momento, dividia a mesma sala com a coordenação municipal do Primeiro Passo, o que me propiciou conhecer o funcionamento interno do projeto. Posteriormente, fui designado a assumir, em meados de 2018, a direção da DTR, função que ocupei até meados de 2019, quando fui convidado a coordenar o comitê municipal para a elaboração do plano municipal de inclusão produtiva, na mesma secretaria, função essa que exerci até dezembro de 2020.

Desta feita, embora tenha havido mudanças tanto na direção na DTR e na coordenação municipal do projeto, sempre que solicitei, tive acesso às turmas, informações e documentos. Em setembro de 2019, junto à coordenação municipal e aos instrutores, apresentei o projeto de pesquisa, o qual já havia passado pela fase de qualificação. Esse momento se deu justamente para discutir alguns pontos sobre como se daria a entrevista, os locais, em que momento seria melhor realizar.

Na fase exploratória, pretendia aplicar um questionário com os 67 jovens, pois a coordenação municipal dispunha de poucos dados da turma 2019/2020, no entanto, a coordenação municipal me informou que estava finalizando um questionário para ser aplicado nessa turma e que seria uma espécie de diagnóstico socioeconômico. Dessa maneira, aguardei a aplicação desse questionário. Contudo, em março de 2020, por conta da pandemia do coronavírus, as atividades presenciais da turma foram canceladas. O questionário foi aplicado pela gestão somente em maio de 2020, depois de passar por um processo de adaptação, e foi aplicado de forma virtual. Posteriormente, tive acesso ao relatório intitulado Diagnóstico Socioeconômico dos aprendizes do Primeiro Passo – 2020 (PMJN/DTR, 2020), o qual utilizo na tessitura desta dissertação. Em agosto de 2020, tive uma reunião virtual com a coordenação municipal e com os instrutores, no mesmo mês participei da aula por videoconferência, apresentei a pesquisa aos jovens e aguardei os professores do curso me passarem a relação de quem se dispôs a participar.

No mês de setembro, após os instrutores me passarem os nomes e contatos dos 10 jovens que participariam das entrevistas, entrei em contato com os jovens, fiz uma videoconferência explicando cada ponto da pesquisa, apresentando o modelo do TCLE. Ao final, enviei via WhatsApp para que pudessem ler. Logo, ficou acertado com todos que, assim que fosse aprovado pelo Comitê de Ética, iniciáramos as assinaturas e marcaríamos as entrevistas.

Em fevereiro de 2021, foi aprovado o TCLE pelo Comitê de Ética, entrei em contato com os aprendizes e levei o documento para ser assinado às suas casas, esse processo foi possível realizar em 2 dias. No momento da assinatura, uma jovem desistiu de participar. No entanto, prontamente, um dos instrutores entrou em contato com outra jovem e ela se dispôs a participar. Desde o processo de seleção dos jovens participantes até a realização das entrevistas, os princípios éticos da pesquisa foram considerados. Todos os entrevistados foram orientados do objetivo da pesquisa e como se daria o uso das informações obtidas por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

As entrevistas foram realizadas em duas semanas no mês de fevereiro, utilizando a videoconferência por meio do Google Meet. Nesse processo, não tivemos problemas na realização, pois os jovens já estavam habituados a utilizar a ferramenta, a qual era a mesma que acessavam as aulas teóricas da aprendizagem de forma remota. Todas elas foram gravadas e posteriormente o áudio foi transcrito no formato de texto, de forma literal. Pois, como afirma Bourdieu (1999, p. 709), “a transcrição muito literal já é uma verdadeira tradução ou até uma interpretação”, os relatos apresentados são recortes das transcrições literais das entrevistas, ao passo que para cada jovem entrevistado foi utilizado um nome fictício.

As falas estão postas na presente dissertação de modo que não sejam identificadas sua origem, visto que esse não era o objetivo da pesquisa e sim obter um apanhado geral das percepções dos aprendizes sobre o mundo do trabalho; respeitamos os princípios éticos garantindo o anonimato nas falas. Além do mais, ao preservamos o anonimato, também relatamos as palavras ditas na forma que emergem das características sociais dos aprendizes. Como bem nos lembra Bourdieu (1999, p. 704), “longe de serem ‘instrumentos nas mãos do pesquisador’, os pesquisados conduzem de alguma maneira a entrevista e a densidade e a intensidade de seu discurso”.

Organizamos os entrevistados priorizando uma paridade entre sexo e área do curso de aprendizagem. Então, inicialmente escolhemos cinco meninas e cinco meninos, sendo que, entre os 10 entrevistados, 5 seriam do curso de auxiliar de linha de produção, que é específico do setor industrial, e 5, do curso de Assistente Administrativo. No entanto, uma jovem acabou desistindo, justamente do curso de Assistente Administrativo, nisso, tivemos que substituí-la. Como havíamos adiantado, todos os jovens foram selecionados por livre espontânea vontade. Da mesma forma, levamos em consideração esse mesmo fator para substituir a jovem desistente. Entretanto, nenhum aprendiz do sexo feminino e do curso de Assistente Administrativo se dispôs a participar, apenas jovens do sexo masculino e do curso de auxiliar de linha de produção, por esse motivo acabamos não tendo a paridade entre os sexos.

Conseqüentemente, em relação ao gênero dos entrevistados, 6 são do sexo masculino e 4, do feminino.

Sobre os instrumentos da pesquisa, foram utilizados com base nos objetivos e no referencial teórico. Portanto, o instrumento para a coleta de dados que escolhemos foi a entrevista semiestruturada, objetivando levantar a história de vida desses jovens pesquisados. Assim sendo, seguimos o roteiro de perguntas com temas pré-definidos, pois “na entrevista semiestruturada, as questões são apresentadas ao entrevistado de forma mais espontânea, seguindo sempre uma sequência mais livre, dependendo do rumo que toma o diálogo” (TOZONI-REIS, 2009, p. 44).

O roteiro semiestruturado não contava com perguntas diretivas, apenas temas geradores, às vezes colocadas como indagação, conforme posto no Apêndice-A. Essa estrutura nos possibilitou, entre outras coisas, lançar mão daquilo que é o fundamento da profissão do sociólogo e inerente à sociologia crítica, o qual nos aponta Bourdieu (1999, p. 708): “a disposição a perseguir a verdade, que leva a improvisar na hora, na urgência da situação de entrevista, as estratégias de apresentação de si e as respostas adaptadas, as aprovações e as perguntas oportunas etc., de maneira a ajudar o pesquisado a dar a sua verdade ou, melhor, a se livrar da sua verdade”.

### 1.2.3 Procedimentos

Para dar conta da discussão, buscamos embasamento empírico de fontes primárias, as quais foram obtidas por meio das entrevistas com os jovens, e secundárias, que obtivemos a partir das análises documentais, e por diversos meios; leis, decretos, bem como sites e sistemas e banco de dados. Isso nas variadas instituições, entre elas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; dados dos microdados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged e da Relação Anual de Informações Sociais – Rais; banco de informações do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico e do Programa Bolsa Família – PBF; dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Os sites governamentais do estado do Ceará e do município de Juazeiro do Norte foram levantados com o objetivo de contribuir para a tessitura da dissertação e uma maior proximidade com a realidade pesquisada.

Essas informações perpassam todos os capítulos, contudo destacamos a utilização de informações e diálogos repassados pela Diretoria de Trabalho e Renda – DTR da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho – Sedest. Principalmente o acesso que nos foi dado às

informações obtidas por meio do Diagnóstico Socioeconômico das turmas 2019-2020. Esse relatório fora realizado pela coordenação municipal com os 67 jovens participantes do Projeto Primeiro Passo. A respeito do uso dessas fontes, Minayo apresenta que, por meio desse procedimento, podemos obter dados objetivos e subjetivos. Os primeiros podem ser também obtidos por fontes secundárias, tais como censos, estatísticas e outras formas de registros. Em contrapartida, o segundo tipo de dados se relaciona aos valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados (MINAYO, 2002, p. 57).

Ao levantarmos os dados a partir das fontes destacadas, muitas delas adaptamos e modelamos para apresentar em forma de tabela, quadros, gráficos. Com o intuito de melhor apresentar a problemática, esse momento insere-se na etapa da pesquisa de levantamento bibliográfico, e poderia dizer da etapa qualitativa, pois destacamos que o relatório da pesquisa socioeconômica dos jovens – realizada pela coordenação municipal – nos foi entregue com dados brutos, sem nenhuma análise prévia. Dessa forma, tivemos que tabular esses dados, assim como os dados levantados na maioria das fontes aqui apresentadas. Contudo tais informações contribuíram para análises que clarearam nosso caminho metodológico, o qual foi de vital importância para desvelar muitas questões ambíguas e contraditórias que se apresentavam.

Portanto, se utilizamos tais recursos, foi tão somente para reforçar que o papel da pesquisa científica crítica é desafiar os poderes instituídos dentro e fora do mundo acadêmico e que nosso fazer ciência insere-se na afirmação de Souza (2009, p. 438) de que “a reconstrução contextualizada e metódica é uma forma de compreender o mundo, desvelando as bases das injustiças sociais legitimadas, pela dita ciência da ordem”.

### **1.3 Localidade da Pesquisa – Município: Juazeiro do Norte/CE**

O município de Juazeiro do Norte está localizado no extremo sul do estado do Ceará. Na chamada região do Cariri. Está distante 491 km da capital, Fortaleza. Conforme dados do IBGE (2020), a população estimada é de 276.264 habitantes, o que faz de o município ser o terceiro mais populoso do estado (depois de Fortaleza e Caucaia); em sua dimensão territorial, ocupa uma área de 249 km<sup>2</sup>.

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece (2019), entre 2016 e 2017, o município deixou de ser o quarto maior PIB do estado, pois o município de Sobral, em 2017, assumiu a quarta posição, com um PIB de R\$ 4.455,7 milhões e participação de 3,01%, enquanto que o município Juazeiro do Norte passou a ocupar a quinta posição, com um PIB de R\$ 4.427,5 milhões.



Destacamos que a cidade de Juazeiro é a maior em termos populacionais e econômicos da região do Cariri, a qual é composta por 29 cidades que juntas somam 1 milhão de habitantes. Considera-se também como cidade polo do anteriormente chamado Crajubar, que é composto por Crato, Juazeiro e Barbalha e que juntos formam as três maiores cidades da atual Região Metropolitana do Cariri – RMC, como observamos sua localização na Figura 1.

Figura 1 Região Metropolitana do Cariri – RMC



Fonte: Ipece (2010)<sup>1</sup>

Os aspectos históricos do Cariri, assim como de Juazeiro do Norte, são bem peculiares, ela é uma cidade relativamente nova, com pouco mais de 109 anos de emancipação política, fato ocorrido em 1912, e é conhecida no cenário nacional devido à figura do Padre Cícero, o qual é retratado pelos historiadores tradicionais como uma figura messiânica, beirando o exótico.

Contudo a região do Cariri, à época do Padre Cícero, na segunda metade do sec. XIX, destacava-se como um local de passagem e parada, tanto para viajantes que cruzavam os

<sup>1</sup> Disponível em: <[http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil\\_regional/perfil\\_regional\\_r9.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/perfil_regional_r9.pdf)>.

sertões, a caminho do Pernambuco, Piauí, Paraíba, ou seguindo para outras regiões do estado. Com isso, tornou-se um importante entreposto comercial, dada a sua condição física, considerada como um oásis em meio ao sertão, já que se encontra às sombras da Chapada do Araripe e banhada pelo rio Salgado.

No entanto, o Padre Cícero é um grande protagonista no processo de emancipação de Juazeiro do Norte, que à época estava atrelada à cidade vizinha, Crato. O fato conhecido como “milagre da hóstia”, assim como o comportamento acolhedor do padre, facilitou as migrações de milhares de nordestinos do interior dos sertões em busca das bênçãos do “padim” ou em busca das suas orientações. Fato esse que muitos nordestinos o consideram como o “conselheiro do sertão”. Como expoente cearense no período da República Velha, fortemente marcado pelas contradições do seu tempo, impulsionou a cidade por meio da sua influência política e carisma com seus seguidores, que cresceu em meio às diversidades e às adversidades, o homem Padre Cícero é de fato considerado santo por milhares de fiéis do Nordeste e Brasil afora.

Sendo assim, a partir da primeira década do século XX, a emancipação e a influência do Padre alçaram a cidade primeiramente a um grande centro de peregrinação de fiéis, atraídos pelo milagre da hóstia, e que, num segundo momento, colocou Juazeiro com um grande número de habitantes e visitantes, o que, conseqüentemente, impulsionou o seu comércio, fato esse que tornou o segmento a dinâmica econômica do município. Contudo Juazeiro cresceu em meio a uma estrutura na qual o monopólio da terra era o mote que concentrava essas terras nas mãos de umas poucas famílias, entre estas, as famílias Gonçalves, Macedo, Sobreira, Landim e Bezerra de Menezes, e de um outro lado os despossuídos da terra, os pobres e trabalhadores rurais, (DELLA CAVA, 1985). A partir da década de 1930, as famílias que já dispunham do capital da terra lançaram-se no pioneirismo do comércio, indústria.

No Ceará, é o auge da hegemonia dos Bezerra de Menezes, que foi sendo construído nas décadas anteriores. Em 1970, Orlando Bezerra é eleito prefeito municipal de Juazeiro do Norte, e seu irmão, Aduino Bezerra, é indicado governador do Ceará, exercendo o cargo entre 1974 e 1978. Antes disto, este membro da família já havia sido deputado estadual por quatro mandatos consecutivos (1958, 1962, 1966, 1970). E ao passo que essa hegemonia política ocorre, a acumulação de capital econômico também se acelera, com as investidas econômicas da família ligadas às atividades financeira e industrial. (PEREIRA, 2014, p. 105)

Essa estrutura aponta para as características da chamada “modernização conservadora”, que refletiu em transformações dos aspectos econômicos, sociais e de constituições do mercado de trabalho em várias regiões. Nesse momento, o país vivenciou uma série de reformas e mudanças estruturais no governo brasileiro. Para Sônia Draibe (2004), o período de 1930 a

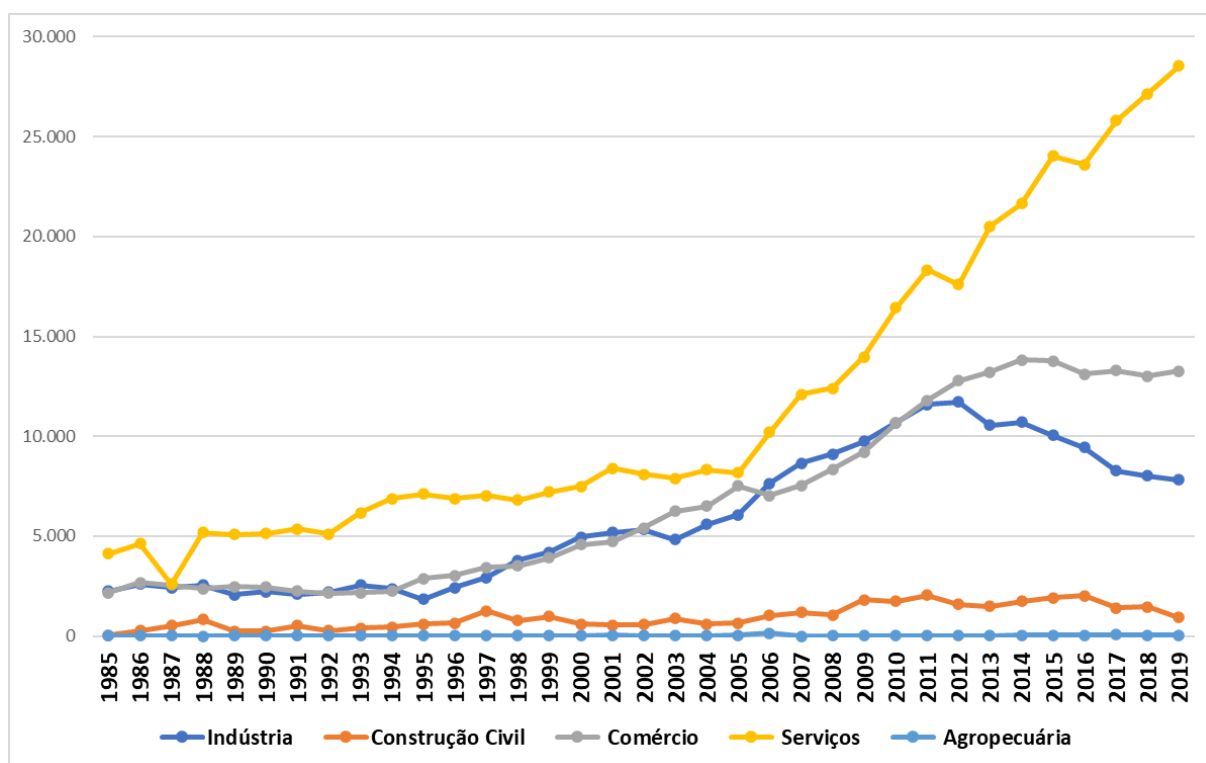
1961 marcou o momento final do processo de constituição do capitalismo no Brasil, na medida em que a industrialização desencadeada a partir da Crise de 1929 culminou com a plena formação das bases técnicas indispensáveis à autodeterminação da acumulação capitalista.

Dessa forma, Queiroz (2010) defende a tese de que, no Cariri, nesse período, a conformação desse modelo de capitalismo encontra como ponto de ancoragem as elites compostas pelas famílias tradicionais já mencionadas, como base material; e o apoio ideológico da igreja católica:

a militarização da política e da sociedade, e a “modernização conservadora” que o Estado militarizado adotou como guia, permitiu que um setor da oligarquia local se postulasse ao papel de capitalista, apoiando-se nas brechas abertas em um contexto de captura da máquina estatal, e dos fundos públicos inerentes a esta máquina, pelo capital monopolista (QUEIROZ, 2010, p. 25).

Não à toa, é nesse momento que chega, ao Ceará, a energia elétrica, vinda de Paulo Afonso, na virada dos anos 1950 e 1960. Resultado de esforços empreendidos pelas elites locais, a energia elétrica chega primeiro ao Cariri, em Juazeiro do Norte e Crato, e depois em Fortaleza. (PEREIRA, 2014, p. 92). A partir disso, a cidade se torna uma referência econômica no estado, principalmente porque há uma grande expansão notadamente no setor terciário, o qual torna-se o maior peso na contratação de pessoas. “Nota-se, dessa maneira, uma terciarização da economia em Juazeiro do Norte, já desde os anos 1970, enquanto o Ceará permanecia sob a hegemonia do setor primário.” (PEREIRA, 2014, p. 105). Dessa forma, conforme disposto no Gráfico 1, podemos observar o acumulado da série histórica de contratações por setor, de 1985 a 2019.

Gráfico 1 Série histórica de contratação do setor formal em Juazeiro do Norte – 1985 a 2019



Fonte: elaborado pelo autor, a partir da Rais (PDET-RAIS/CAGED, 2020).

Como podemos notar, desde 1985, o setor terciário se apresenta como o grande demandante de força de trabalho. Contudo, após 2005, a escalada desse setor é notadamente maior do que os outros setores, o que aponta para um claro aprofundamento da terciarização da economia norte-juazeirense. Embora a cidade tenha, desde a década de 1970, recebido investimentos no setor industrial. Tais iniciativas não foram forte o bastante para provocar uma mudança na estrutura da sua economia, mudando em nível de maior importância sua participação do setor terciário para o setor industrial. Ainda de acordo com o gráfico, podemos perceber que a indústria e o comércio caminhavam *pari passu* no número de contratações, fato esse que se manteve até 2011, a partir disso, o que vemos é uma queda acentuada das contratações na indústria.

Juazeiro do Norte é conhecida como lugar de peregrinação e alcunhada de a “Meca do Nordeste”, anualmente recebe cerca de 2,5 milhões de romeiros, os quais chegam à cidade em todas as datas do ano em busca de venerar o Padim Ciço. Além disso, tornou-se um polo universitário e do setor de comércio e serviços, como já destacamos. Essa marca histórica é o principal legado do Padre Cícero Romão Batista, ao lado da palavra de ordem “em cada sala,

um altar. E em cada quintal, uma oficina”. Ele apresenta uma dialética do trabalho, junto da salvação da alma, é um Ethos da vida cristã:

Apesar da personalidade contraditória, o apelo ao mesmo tempo mágico e ético do Padre Cícero e toda sua simbologia enredam-se de forma bastante profunda na estrutura econômica e moral da cidade, moldando uma “ética de trabalho duro” que constitui a disposição profunda do batalhador, espreada na imensa rede de comércio informal mantida pelas romarias, na diversidade de ramos da micro e média indústria, na manufatura, no artesanato e nos demais ofícios (SOUZA, 2012, p. 200).

Evidentemente as romarias trazem um impacto para a economia local, tanto movimentando o comércio formal como o informal, principalmente nas feiras que ficam próximas aos lugares de visitação considerados sagrados. Contudo a informalidade marca profundamente o mercado de trabalho em toda a região, “assim a vulnerabilidade ocupacional na RM Cariri tem sido determinada, fortemente, pela esteira da informalidade, condicionada pelo trabalho informal com baixo rendimento, pelo precário acesso à seguridade social e pelo desemprego (ALVES, PINHEIRO, et al., 2018, p. 154).

É necessário lembrar que a RMC não participa da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua<sup>2</sup> e nenhum dos municípios que a compõem realizam pesquisas de tipo domiciliar. O Governo do Estado, mesmo tendo em mãos o Ipece, faz suas análises de acordo com os dados do IBGE e prioriza a Região Metropolitana de Fortaleza. Portanto o interior sofre com a falta de indicadores socioeconômicos mais precisos, dificultando o planejamento de políticas públicas, inclusive a avaliação das já existentes.

Juazeiro do Norte carrega a insígnia de “a cidade do progresso” como orgulhosamente está no seu hino. Os discursos oficiais trazem consigo a ideia de cidade empreendedora e de empreendedores. Enquanto isso, nas ruas, principalmente no centro da cidade, vemos as contradições dos discursos dos empreendedorismos. Na frente de lojas formalmente estabelecidas, muitos vendedores ambulantes disputam as calçadas e lutam pela sobrevivência, ao passo que os grandes conglomerados varejistas (nacionais e internacionais) se instalam rapidamente na cidade, corroborando assim para uma concorrência assimétrica, entre estes e os lojistas locais. Contudo esses grandes empreendimentos têm contribuído para uma aceleração

---

<sup>2</sup> A Pnad Contínua foi implantada, experimentalmente, em outubro de 2011 e, a partir de janeiro de 2012, em caráter definitivo, em todo o território nacional. Sua amostra foi planejada de modo a produzir resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais, Região Integrada de Desenvolvimento – Ride Grande Teresina e Municípios das Capitais. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

no processo de intensificação da terciarização da economia do município; não obstante, são eles que têm representado o maior número de ocupações do mercado de trabalho formal.

Talvez isso demonstre não somente a capacidade tida como natural para o comércio na cidade, como muitos enganosamente pensam. Mas que essa realidade seja fruto da crise econômica mundial e do processo de desindustrialização a qual o país tem sofrido há décadas, inserindo-se no movimento de reestruturação global, no qual cada vez mais as atividades industriais têm fugido para a Ásia, e no capitalismo periférico o que tem sobrado é um mercado fincado na terciarização e precarização do trabalho, como tem apontado o estudo (ANTUNES, QUADROS e GIMENEZ, 2012). Essas apreensões aqui colocadas nos levam às discussões sobre qual mundo do trabalho se coloca para os jovens norte-juazeirenses e os desafios que se apresentam para inserção digna de jovens em busca do primeiro emprego. Nesse intento, seguimos para os próximos capítulos desta dissertação.

## **CAPÍTULO 2: JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E RENDA**

### **2.1 Breve históricos das políticas públicas no Brasil**

Todos nós já ouvimos taxativamente a célebre frase de que a juventude é o futuro do país, no entanto, a realidade acerca das condições de desenvolvimento do jovem e suas expectativas futuras não são tão animadoras. De acordo com (POCHMANN, 2007, p. 09), “entre as décadas de 1930 e 1970, o Brasil registrou elevados índices de mobilidade social”. Contudo, desde 1990, há uma interrupção na trajetória de mobilidade social da juventude. Ou seja, a chamada década neoliberal no Brasil deixou seus efeitos para gerações futuras. Tanto que, em 1999, sete em cada dez jovens brasileiros acreditam que não terão condições de vida e trabalho superiores às de seus pais (POCHMANN, 2007, p. 09).

Contudo, de acordo com Sposito e Corrochano (2005), a partir de 2003, com início do governo Lula, algumas iniciativas de políticas públicas voltadas para a juventude foram observadas, como o Programa Primeiro Emprego e, posteriormente, a criação do Programa Pró-Jovem, ao lado da criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

Em 2003, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), com o objetivo de contribuir para a geração de mais e melhores empregos para a juventude brasileira.

o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), instituído pela Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003. O PNPE tinha como objetivo promover a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho, por meio de ações de qualificação, ocupações alternativas e inclusão social, através de várias linhas de ação: subvenção econômica, consórcios sociais da juventude, juventude cidadã, empreendedorismo e responsabilidade social, além de ações de reformulação da aprendizagem (OIT, 2009, p. 73).

Nessa perspectiva, a partir de 2003, no Ministério do Trabalho se desenhou uma política de qualificação profissional, que contemplou o segmento da juventude, conforme nos apontam Lima e Lopes (2005, p. 312), “uma forma de educação profissional (formação inicial e continuada), devendo estar articulada com a educação de jovens e adultos, a educação do campo e a educação profissional de nível técnico e tecnológico”.

Em 2005, foi instituída a Política Nacional da Juventude, por meio da Medida Provisória 238, assinada pelo Presidente da República em 1º de fevereiro de 2005. No mesmo ato, o Presidente criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que tem como objetivo propiciar aos jovens a conclusão do ensino fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias (OIT, 2009, p. 70).

De acordo com a OIT (2009), tais medidas estavam em consonância com compromissos assumidos em foros nacionais e internacionais, entre os quais se destacam a Agenda Hemisférica de Trabalho Decente (AHTD) e a Agenda Nacional de Trabalho Decente. Todavia, ainda acrescenta que

A AHTD foi lançada pelo Diretor-Geral da OIT, durante a Reunião Regional Americana, ocorrida em Brasília, em maio de 2006. A Agenda Hemisférica propõe um plano de trabalho para o período de 2006-2015, com recomendações de políticas gerais e específicas, entre elas as relativas ao emprego para os jovens (OIT, 2009, p. 72).

Dessa forma, “define como objetivo, nesta área, melhorar a formação e a inserção dos jovens no mercado de trabalho e, como meta, reduzir à metade a proporção de jovens que não estudam e não trabalham, em um prazo de 10 anos” (OIT, 2009, p. 72). Podemos observar que vários programas e projetos surgiram a partir dessas iniciativas, entre eles o reconhecimento dessas ações e de uma agenda voltada para a inserção produtiva da juventude cumprindo um papel importante no Brasil.

Por outro lado, não se pode desconhecer que experiências recentes- como a do programa nacional de estímulo ao primeiro emprego do jovem, do ministério do trabalho e emprego-estão longe de obter sucesso em escala nacional. Os resultados positivos são localizados, juntando-se à tradição das políticas públicas, como a escola de Fábrica, Projovem, Casa Brasil, Pontos de Cultura e Agente Jovem, entre outras tantas (POCHMANN, 2007, p. 90).

É necessário lembrar que o tema do desemprego juvenil é uma preocupação que poderíamos tratar como histórica no Brasil. Contudo, não por menos, em 2015 fora publicado um relatório da Organização Mundial do Trabalho – OIT o qual analisava de forma aprofundada a problemática, a partir de dados entre 2006 e 2013. Esse relatório é resultado da criação do Subcomitê da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude – ANTDJ.

é o espaço público, institucionalizado pelo governo brasileiro, que reúne os atores fundamentais para discutir e encontrar saídas que visam à redução da informalidade do trabalho da juventude brasileira. Os ideais de cooperação, compartilhamento de ideias e a disposição de negociar em torno de uma pauta convergente e de interesses comuns são, de fato, os princípios norteadores dos espaços de diálogo social. Esses



princípios se tornam mais importantes em fóruns tripartites não paritários, como é o caso do Subcomitê da ANTDJ, onde se busca tomar decisões por meio de consensos (IPEA, 2016, p. 8)

O comitê ANTDJ era formado por um total de 32 instituições dentre os segmentos representados: temos órgãos do Governo Federal (total: 13), Confederações de empregadores, (total: 4), Centrais sindicais de trabalhadores (total: 7), outras instituições (total: 8). O referido documento foi preliminarmente discutido em jornadas técnicas, envolvendo representantes do governo brasileiro, de empregadores, de trabalhadores e de organizações não governamentais.

Apresentamos até aqui, de forma bastante sintética, as iniciativas do Estado brasileiro, em especial dos governos do PT, na constituição das políticas públicas e ações e projetos com foco na inserção e qualificação de jovens para o mundo do trabalho. A seguir, apresentaremos em maiores detalhes o projeto que representa bem essa tentativa voltada para o trabalho digno dos jovens brasileiros.

## **2.2 O Programa Jovem Aprendiz**

Uma das formas de inclusão de jovens ao mundo do trabalho se dá pela criação de alternativas nas relações de trabalho formal. De acordo com OIT (2009), muitos países se utilizam da formatação de contratos de trabalhos especiais, com benefícios fiscais e tributários para aqueles empresários que aderirem a programas de contratações de jovens, uma espécie de modalidade especial de contratação. Prevendo também nessa relação a questão da qualificação profissional por meio da aprendizagem.

Contudo, no Brasil, a partir da Lei n.º 10.097/2000 – que criou a chamada Lei da Aprendizagem –, que fora promulgada no governo FHC, realizou alterações nos arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, este último ainda no governo Getúlio Vargas.

A Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, estabeleceu o contrato de aprendizagem como um contrato de trabalho especial e prazo determinado. Nele o empregador se responsabilizava por assegurar ao maior de 14 e menor de 18 anos, inscritos em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico (OIT, 2009, p. 110).

Sendo assim, a Lei da Aprendizagem promoveu algumas alterações importantes, entre elas, no Art. 402, passou a vigorar a seguinte redação: "considera-se menor para os efeitos desta Consolidação, o trabalhador de quatorze até dezoito anos". Nesse artigo, a lei trouxe uma

atualização estipulando a idade mínima para ser aprendiz, salvaguardando assim o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e evitando, assim, uma legalização do trabalho infantil.

Uma outra atualização trazida pela Lei n.º 10.097/2000 foi a ampliação de instituições que podem ofertar cursos de qualificação profissional para aprendizes.

Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:

"I – Escolas Técnicas de Educação;" (AC)

"II – Entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente." (AC)

"§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados." (AC)

"§ 2 Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional." (AC)

"§ 3 O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo." (AC) (BRASIL, 2000)

### 2.2.1 O cenário político econômico da regulamentação do jovem aprendiz

Como resultados dos esforços empreendidos a partir dos já mencionados tratados e conferências com órgão internacionais, no governo Lula, o Decreto n.º 5.598/2005, que regulamenta a contratação de aprendizes, define aprendiz como sendo, todo trabalhador com idade entre 14 e 24 anos e que celebra contrato de aprendizagem como um contrato especial de trabalho”, segundo o qual “o empregador deverá fornecer ao aprendiz formação técnico-profissional compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico

Como podemos notar, esse decreto ampliou a faixa etária para inserção de jovens em programas de aprendizagem, pois que antes era de 14 a 18 e, a partir dele, passou a ser de 14 a 24 anos, conforme Art. 2º: “aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem”. Muito possivelmente, tal mudança na faixa etária do programa tenha se dado por conta de que

O ingresso precário e antecipado do jovem no mundo do trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho numa possível trajetória profissional. Isso se deve em grande medida, ao fato de que prevalecem no país imensas desigualdades econômicas e sociais entre pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos (POCHMANN, 2007, p. 13).

Desta feita, a aprendizagem para jovens e adolescentes já estava preconizada desde o decreto da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, instituído por Getúlio Vargas. No entanto, apenas as instituições paraestatais eram qualificadas para tal ação. Essas instituições são integrantes do chamado Sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)).

Contudo, já no governo Lula, a partir do Decreto n.º 5.598, de 1º de dezembro de 2005, seria regulamentada a contratação de aprendizes. Nesse ato do governo, é ampliado o rol das instituições que compõem o Sistema S e Entidades Qualificadas em Formação Técnico-Profissional Metódica:

Art. 8º Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica:

I - os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR;
- d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e
- e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP;

II - as escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas; e

III - as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º As entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

§ 2º O Ministério do Trabalho e Emprego editará, ouvido o Ministério da Educação, normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso III (BRASIL, 2005).

As Entidades Qualificadas em Formação Técnico-Profissional Metódica são instituições públicas ou privadas que têm como função a formação técnico-profissional. “Caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva e desenvolvidas no ambiente de trabalho” (OIT, 2009, p. 111).

Esse decreto regulamenta a possibilidade de organizações do Terceiro Setor que trabalhem com crianças e adolescentes e educação profissional a atuarem na qualificação profissional por meio do jovem aprendiz. A partir disso, ampliam-se as oportunidades de acesso de milhares de jovens em programas de aprendizagem, já que o Sistema S não está presente em todas as regiões do Brasil ou muitas vezes não dispõe de oferta de cursos e vagas suficientes. Concentrando-se especialmente nas cidades que têm uma economia mais pujante e em setores econômicos específicos.

Essas medidas foram tomadas com o intuito de gerar oportunidades para o dito trabalho decente para os jovens brasileiros. De acordo com o MTE (2010, p. 4), o Trabalho Decente é

definido como o trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Dessa forma, acrescenta-se que:

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a noção de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social (MTE, 2010, p. 04).

Nessa prerrogativa contida em um dos princípios e direitos fundamentais do trabalho, temos a “eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil”. Todavia a aprendizagem figura como forma de se gerar trabalho decente para as juventudes. Tais prerrogativas encontram-se taxativamente postas na Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD), em 2006, e, mais recentemente, em 2012, na Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ).

Essas agendas foram balizadoras de políticas públicas e ações governamentais e foram frutos dos tratados internacionais, os quais os governos do PT eram signatários desde 2003, afirmando assim o compromisso do governo brasileiro para com o trabalho digno e a parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ao falar em trabalho decente para os/as jovens, a OIT propõe uma reflexão não apenas sobre as suas oportunidades de obter uma ocupação de qualidade como também sobre as suas possibilidades de transição no mercado de trabalho, ou seja, de construção de percursos diferentes para trajetórias ocupacionais futuras.

De certa forma, a pensar pela perspectiva do Ministério do Trabalho e Emprego (2011), a aprendizagem figura entre as medidas que objetivam o alcance de adolescentes e jovens, os quais, diante da legalidade, estão aptos a ingressarem no mercado de trabalho, ao menos no que tange às suas faixas etárias. Não é à toa que o Decreto n.º 5.598, de 1º de dezembro de 2005, em seu Art. 11, estabelece que “a contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes entre quatorze e dezoito anos”.

É provável que a escolha prioritária dessa faixa etária tenha se dado por alguns fatores, como, por exemplo, o fato de em 2005 “a população brasileira ser composta de 35,1 milhão de jovens entre 15 e 24 anos, representavam o jovem brasileiro está sujeito hoje a diferentes tipos de violência como o trabalho do menor a prostituição infantil, o narcotráfico, o crime organizado e o analfabetismo funcional” (POCHMANN, 2007, p. 17).

Na agenda da juventude ANTJD, é possível compreender que fora montada quatro prioridades em relação ao trabalho juvenil:

i) mais e melhor educação; ii) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; iii) inserção ativa e digna no mundo do trabalho; e iv) o diálogo social –, podem-se identificar, no instituto legal da aprendizagem profissional, os elementos que justificam seu caráter de trabalho decente (MTE, 2011, p. 36).

Sendo assim, a partir do Decreto n.º 5.598/2005, o Programa Jovem Aprendiz estipulou a obrigatoriedade da contratação de aprendizes, por meio da chamada cota da aprendizagem, por estabelecimento:

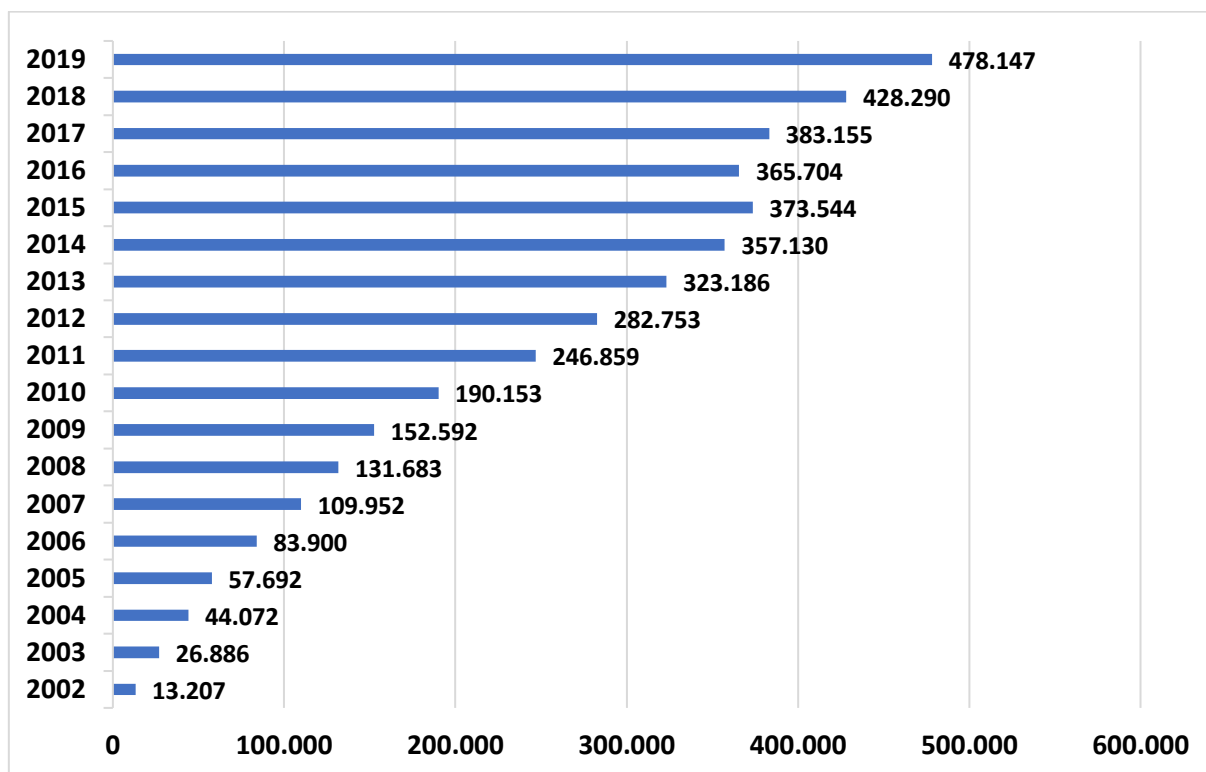
Art. 9º Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional (BRASIL, 2005).

Essa cota, traduzindo de forma simplificada, estipulava que um em cada sete trabalhadores – contratados por um determinado estabelecimento – deveria ser oriundo do Programa Jovem Aprendiz. No entanto, nessa conta, não são mensurados:

§ 1º Ficam excluídas da definição do caput deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 62 e do § 2º do art. 224 da CLT.

É necessário ressaltar que o programa de aprendizagem tem sua regulamentação voltada para estabelecimentos que se submetam ao regime da CLT (Art. 9º § 2º). E ainda, de acordo com seu “art. 10, para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego”. O Gráfico 2, a seguir, mostra-nos uma evolução na contratação de jovens por meio da aprendizagem, um salto quantitativo que se dá a partir da regulamentação por meio do Decreto n.º 5.598/2005.

Gráfico 2 Aprendizizes contratados no Brasil – entre 2002 e 2019



Fonte: (PDET-RAIS/CAGED, 2020) elaborado pelo autor.

Como podemos notar, em 2005 a quantidade de contratos da aprendizagem eram de 57.692, sendo que em 2019 o total foi de 478.147 jovens contratados como aprendizes. Isso dá um aumento quase 10 vezes ou mais precisamente 700%, o quantitativo de jovens inseridos no mercado de trabalho em 2005, no acumulado de 2002 a 2019 tem-se um total de quatro milhões (4.048,905) de aprendizes contratados. Esse aumento substancial da política de aprendizagem certamente é fruto do momento econômico que o Brasil vivia no período de 2004 a 2008, já que, segundo Baltar et al. (2010, p. 8),

Nesse período marcado pela elevação das taxas médias de crescimento da economia brasileira, o mercado de trabalho apresentou mudanças significativas que, no conjunto, resultaram em importantes melhorias: redução das taxas médias de desemprego; expansão do emprego assalariado formal (protegido pela legislação trabalhista, social e previdenciária brasileira); crescimento do emprego nos setores mais organizados da economia (inclusive na grande empresa e no setor público); redução do peso do trabalho assalariado sem registro em carteira (ilegal) e do trabalho por conta própria na estrutura ocupacional; elevação substantiva do valor real do salário mínimo; recuperação do valor real dos salários negociados em convenções e acordos coletivos; importante redução do trabalho não remunerado; intensificação do combate ao trabalho forçado e redução expressiva do trabalho infantil.

Os números aqui levantados no Gráfico 2 podem também ser expressão do momento econômico que viveu o país entre os anos 2003 e 2014. Esse período tem grande relação causal com o momento histórico brasileiro com a vitória do presidente Lula na década de 2000. Depois de duas décadas – 1980 e 1990 – de estagnação econômica e regressão social, a partir de 2004 o país voltou a crescer com reflexos importantes no dinamismo do mercado de trabalho, expansão da renda do trabalhador, manutenção do crescimento do salário-mínimo, estabilidade nas ocupações na base da pirâmide e expansão das políticas sociais.

Conforme Manzano (2017, p. 108), “a melhora substancial do mercado de trabalho no Brasil foi certamente uma das maiores expressões do êxito das estruturas sociais de acumulação que vigoraram entre os anos 2003 e 2014”. Acrescido a isso, tivemos de fato, durante os governos do PT, elevação paulatina do salário-mínimo e dos programas de transferência de renda (FONSECA, CUNHA e BICHARA, 2013). Dessa forma, Manzano nos lembra que

Depois de duas décadas de estagnação da economia, com momentos de elevado desemprego - especialmente durante os anos noventa -, na década de 2000 o país registrou um persistente processo de aquecimento do mercado de trabalho. Nos doze anos que separam o último ano do governo FHC e último ano do primeiro governo de Dilma Rousseff foram geradas no país 19,8 milhões de ocupações adicionais (1,65 milhões/ano), o que correspondeu a uma variação positiva de 25% no período (MANZANO, 2017, p. 109).

Contudo a inserção do jovem se dá por meio do contrato de aprendizagem, como a própria lei estipula. É um contrato especial, pois o jovem pode ficar como aprendiz no máximo dois anos. Para ser aprendiz é necessário estar matriculado em um curso de formação profissional, em uma entidade qualificadora da aprendizagem e cumprir a parte prática em uma empresa, a qual o jovem estará ligado por meio de um contrato com carteira assinada. Dessa forma, possivelmente esse acréscimo, na contratação de aprendizes, traz alguns incentivos para esse aumento, entre eles

A Lei nº 10.097/2000 também reduz os encargos sobre os contratos de trabalho dos jovens aprendizes: a alíquota do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), normalmente fixada em 8% da remuneração do trabalhador, foi reduzida para 2%. Ademais, o contrato de trabalho dos jovens aprendizes é por prazo determinado, o que isenta os empregadores, ao término do contrato, das indenizações devidas quando se trata de um contrato de trabalho por prazo indeterminado. Na rescisão a termo do contrato de aprendizagem, os aprendizes não têm direito a multa indenizatória de 50% sobre o saldo do FGTS, por exemplo (OIT, 2009, p. 111).

No entanto, mesmo com os incentivos fiscais para os empregadores, a contratação de jovens quando comparada ao nível de desemprego juvenil não é suficiente para enfrentar o problema estrutural do desemprego juvenil no Brasil, como bem nos lembra:

As medidas relativas ao primeiro emprego, embora existentes no Brasil, são insuficientes e, muitas vezes, inadequadas para dar de conta de uma nova realidade e mudança que favoreça a entrada do jovem no mercado de trabalho. Como medidas concretas no âmbito da geração de emprego, encontram-se apenas alternativas de contratação de jovem com custos inferiores aos do adulto proporcionadas pela legislação trabalhista em vigor (POCHMANN, 2007, p. 80).

## 2.2.2 O cenário político-econômico e novas mudanças do jovem aprendiz

A história econômica brasileira, como em toda economia capitalista, vive momentos de crises cíclicas. Nessa medida, não podemos esquecer que, em 2014, no governo Dilma Rousseff, o cenário político econômico “foi difícil para o governo, dado o aumento da inflação para 6% – o que fez o Banco Central elevar a SELIC de 7,5% para 11% –, o irrisório crescimento do PIB (0,5%), mais um tropeço da indústria de transformação (cai -4 %) e a difícil campanha pela reeleição, que ganhou no 2º turno, com 51,6% dos votos” (CANO, 2017, p. 296). Ainda “o quadro se agrava em 2015, subindo a Selic para 13% – ainda assim a inflação foi a 11%, o PIB caindo (-3,8%) e a indústria levando uma queda ainda maior” (CANO, 2017, p. 296). Se a economia ia mal das pernas, a situação política não fora diferente, a governabilidade já vinha cambiante desde 2014 e, em 2 de dezembro de 2015, no Congresso Nacional é dado os encaminhamentos para o processo do impeachment. Para muitos, esse processo é meramente político e tem conotações de Golpe Parlamentar (CANO, 2017). Analisando o cenário político da época, Leonardo Avritzer, afirma o seguinte:

Os parâmetros principais a partir dos quais o impasse da democracia no Brasil se manifesta são: de um lado, temos uma conjuntura de esgotamento da relação entre o Partido dos Trabalhadores e o presidencialismo de coalizão, que parece ter uma capacidade limitada de funcionar. O dilema em que a presidenta Dilma Rousseff se encontra depois das manifestações de 15 de março, 15 de abril e 16 de agosto de 2015 e a aceitação do pedido de impeachment de seu mandato, por Eduardo Cunha resumem bem essa relação. De um lado, o desgaste devido à perda de legitimidade causada por negociações próprias ao presidencialismo de coalizão cai no colo da presidenta desde junho de 2013. Por outro lado, o PMDB tornou-se independente da presidenta, o que tornou o sistema ainda mais instável. O ano de 2015 foi marcado por esse duplo conflito, que opôs PMDB e governo, e mostrou os limites do presidencialismo de coalizão (AVRITZER, 2016, p. 125).

Destarte, a partir de 2015, “houve uma reversão nas condições do mercado de trabalho brasileiro marcada por uma forte aceleração na taxa de desemprego, que seguiu crescendo até meados de 2017” (IPEA, 2020a, p. 09). Como medida para mitigar os efeitos da crise econômica e o não agravamento da condição socioeconômica juvenil, buscou-se reduzir o déficit no cumprimento da cota da aprendizagem, para isso o governo Dilma Rousseff



promulgou o Decreto n.º 8.740, de 4 de maio de 2016. Ele altera o Decreto n.º 5.598, de 1º de dezembro de 2005, para dispor sobre a experiência prática do aprendiz. Todavia, nesse decreto, regulamenta-se:

Art. 23-A. O estabelecimento contratante cujas peculiaridades da atividade ou dos locais de trabalho constituam embaraço à realização das aulas práticas, além de poderem ministrá-las exclusivamente nas entidades qualificadas em formação técnico profissional, poderão requerer junto à respectiva unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Previdência Social a assinatura de termo de compromisso para o cumprimento da cota em entidade concedente da experiência prática do aprendiz (BRASIL, 2016).

Esse decreto amplia as formas de cumprimento da aprendizagem, pelas quais empresas podem cumprir suas cotas nas instituições que são qualificadoras da aprendizagem (que ministram as aulas teóricas) ou em outras entidades concedentes (que receberão os aprendizes para experiência prática). Ainda no decreto, estipulam-se quais entidades podem ser concedentes da experiência prática do aprendiz, no seu Art. 23-A, § 2º. Consideram-se entidades concedentes da experiência prática do aprendiz:

- I - órgãos públicos;
- II - organizações da sociedade civil, nos termos do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e
- III - unidades do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase.

Essa medida serve, por exemplo, para empresas que trabalham com a área de segurança e, por meio de um acordo com a gerência regional do trabalho, ela define onde o seu aprendiz poderá cumprir a parte prática da aprendizagem, isso se dá por meio da assinatura de um termo de compromisso entre a contratante (empresa que contrata o aprendiz) e a concedente (instituição que receberá o aprendiz).

Destarte, no decreto esboça-se o público prioritário:

- § 5º A seleção de aprendizes será realizada a partir do cadastro público de emprego, disponível no portal eletrônico “Mais Emprego” e deverá priorizar a inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social, tais como:
- I - adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas;
  - II - jovens em cumprimento de pena no sistema prisional;
  - III - jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda;
  - IV - jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional;
  - V - jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil;
  - VI - jovens e adolescentes com deficiência;
  - VII - jovens e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e,
  - VIII - jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído na rede Pública
- (BRASIL, 2016).

Essas medidas tomadas pelo governo estavam no âmbito do então Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. A partir desse decreto, o governo objetivava fortalecer a política pública institucional, ao passo que desejava incluir um público prioritário que, mesmo com as políticas públicas existentes, ainda tinham várias dificuldades de acesso ao trabalho digno, como vemos esboçados logo acima. O grande problema está justamente na demanda do mercado de trabalho brasileiro, que infelizmente não garante o pleno emprego.

Dessa forma, há uma estreita relação entre as vagas para jovens aprendizes e as vagas de emprego formal no mercado de trabalho, pois, conforme a legislação, a cada 7 empregos formais gerados em uma instituição, uma vaga deve ser gerada para contratação obrigatória de aprendizes. Sendo assim, a quantidade de vagas disponíveis para aprendizes é condicionada à geração de postos de trabalho formal.

De acordo com a “Rede Peteca – Chega de Trabalho Infantil” –, o potencial de vagas para aprendizagem no primeiro semestre de 2018 era de 953.721, das quais foram ocupadas apenas 227.626, o que representa 23,87 % do potencial de empregabilidade (REDE PETECA, 2018).<sup>3</sup>

Nessa meta quantitativa, é levada em consideração apenas o quantitativo mínimo obrigatório da cota da aprendizagem, que é de 5%, medida essa que pode ser incluída até 15% de jovens aprendizes nas empresas. Portanto essas informações nos fazem inferir que a inserção laboral de jovens no mercado de trabalho formal por meio da aprendizagem ainda está subutilizada, ou melhor, ainda está aquém das potencialidades do mercado de trabalho. No entanto, mesmo levando em consideração esse potencial, ainda assim não é suficiente para a inclusão da totalidade da juventude, como veremos a seguir.

### 2.2.3 A precarização do trabalho e a reforma trabalhista

Após o ano de 2011, o país observou uma baixa no seu crescimento econômico. Logo adiante, em 2015 e 2016, uma queda acumulada de mais de 7% do PIB (TROVÃO e ARAÚJO, 2020). Contudo a conjuntura econômica mudou radicalmente após 2015, com a taxa de desemprego saltando de 7,9% para 13,7% entre os primeiros trimestres de 2015 e 2017. (IPEA, 2020a).

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/>>.

A partir do cenário de recessão econômica e uma lenta recuperação, em 2017 o país tornou-se o ambiente propício para os anseios do patronato, tendo como desfecho objetivo a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467), do governo Michel Temer, e da Lei n.º 13.429 (da terceirização).

Por meio da Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017, foi possível flexibilizar as leis trabalhistas. Como afirma Trovão e Araújo (2020, p. 12):

a flexibilização da legislação trabalhista é um processo de muitas décadas e tem se dado – não apenas no Brasil, mas em nível mundial – sob a justificativa de que a rigidez do mercado de trabalho seria a causa da impossibilidade de se criar mais empregos. Esse discurso reforça o projeto econômico de poder que beneficia o lado do capital na relação capital-trabalho, levando vulnerabilidade e precarização para a classe trabalhadora.

Havia o discurso de que seria necessário aprovar a reforma para dinamizar o mercado de trabalho e ampliar a geração de empregos, essa falácia, como bem nos lembra Dieese (2019, p. 3), “a justificativa do governo e de setores do Congresso Nacional que aprovaram essa reforma foi de que o emprego voltaria a crescer. Com as novas regras, a expectativa era de criação de 6 milhões de empregos e da promoção da formalização dos trabalhadores”. Contudo o que vimos foi a precarização do trabalho.

Os resultados em termos de transformação, dinamização e modernização legal na direção da criação de postos de trabalho e da recuperação da atividade econômica deixam claro que: 1) as mudanças na legislação não foram capazes de cumprir a função advogada por seus proponentes: gerar empregos formais em volume capaz de absorver a PEA; 2) não ampliaram a participação dos contratos formais na composição da ocupação no país; 3) pelo contrário, mostraram-se favoráveis à expansão da informalidade e da precarização dos contratos de trabalho; e 4) contribuíram muito pouco para a queda do desemprego, que se manteve resistente em patamares significativamente elevados (TROVÃO e ARAÚJO, 2020, p. 12).

Além da precarização, constata-se o aumento do quantitativo de pessoas em situação de desalento, como vemos abaixo:

A reforma levada a cabo pelo governo em 2017 parece não solucionar e, até mesmo, reforçar esse quadro de desestruturação. Em termos absolutos, as pessoas que desistiram de procurar trabalho e, por isso, passaram a não mais contar para as estatísticas de desocupação têm batido recordes recorrentes no Brasil, atingindo aproximadamente 4,7 milhões de pessoas no final de 2019 (TROVÃO e ARAÚJO, 2020, p. 18).

Ressaltamos o seguinte: as pessoas em situação de desalento ou os chamados desalentados estão em uma condição de trabalhar e desejam trabalhar. Contudo estão fatigados

e desesperançosos de procurar trabalho. O que os levam a desistir da busca. Para chegarem a esse estado, são vários os motivos, como aponta IBGE (2020), tais como: não encontrar trabalho na localidade; não conseguir trabalho adequado; não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso; ou não ter experiência profissional ou qualificação.

A Tabela 1 nos traz as taxas de desempregos entre os jovens de 15 a 29 anos, levando em consideração os primeiros trimestres de 2013, 2015, 2017 e 2019. Portanto ajuda a entender os níveis de desemprego entre os jovens brasileiros nesses períodos. Contudo podemos perceber o aumento expressivo da taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 17 anos, seguidos entre os jovens de 18 a 24. Destacamos que essas faixas etárias estão em idade para inserir-se num programa de aprendizagem, conforme a Lei do Aprendiz. Ao passo que também é notável uma taxa menor de desempregados na faixa etária dos jovens entre 25 e 29 anos. Evidentemente, em comparação com os outros jovens, isso pode se dar pelo fato de os jovens adultos já terem algum grau de experiência no mundo do trabalho, mesmo de forma precária.

Tabela 1 Taxa de desemprego dos jovens de 15 a 29 anos (em %)

<b>Faixa etária</b>	<b>1º trim.</b>	<b>1º trim.</b>	<b>1º trim.</b>	<b>1º trim.</b>
	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>
<b>15 a 17 anos</b>	25,2	26,6	45,8	45,4
<b>18 a 24 anos</b>	16,4	17,6	28,7	27,3
<b>25 a 29 anos</b>	9,5	9,6	15,7	15,3

Fonte: IPEA, elaborado pelo autor (Ipea, 2020a, p. 13)

Em relação à Lei da Aprendizagem, a reforma trabalhista de Michel Temer bem que tentou, mas não conseguiu reduzir os direitos dos jovens aprendizes. Inicialmente o Projeto de Lei n.º 6787/2016, que viria a se tornar a Lei Ordinária n.º 13467/2017 (Reforma da Previdência) em sua redação inicial, trazia algumas iniciativas danosas à aprendizagem. A principal delas afetava justamente as cotas da aprendizagem, que hoje são de 5% a 15% das funções das empresas.

Pelo texto inicial, essas cotas seriam definidas a partir de acordo coletivo entre as empresas e os sindicatos, podendo ainda ser definidas em convenções coletivas entre os sindicatos. Previa-se a redução no número de aprendizes que as empresas estariam obrigadas a contratar para cumprir a cota da aprendizagem. No entanto, a medida não se concretizou, por causa da incessante defesa da Lei da Aprendizagem, realizada pelos movimentos sociais de defesa da juventude, das entidades que trabalham com a qualificação profissional, centrais sindicais; assim como instituições de defesa do direito ao trabalho.

Mesmo não afetando de forma direta os aprendizes, a reforma trabalhista devastou as oportunidades para os jovens como um todo. Basta percebermos que, em relação à proporção de desempregados que buscam emprego há um ano ou mais, temos mais uma vez os jovens como principal vítimas do desemprego.

Em valores absolutos, comparando a transição do quarto trimestre de 2014 com o primeiro trimestre de 2015, com a transição do quarto trimestre de 2018 para o primeiro trimestre de 2019, a população de jovens que transitou da ocupação para o desemprego aumentou em 187 mil; a de jovens fora da PEA que transitaram para o desemprego, em 378 mil; e a de desempregados que se mantiveram nesse estado, em 1,17 milhão. Portanto, o fluxo mais importante para explicar o aumento no desemprego é o de permanência na condição de desempregado (IPEA, 2020a, p. 15).

De acordo com o estudo do Ipea (2020), na última década e mais especificamente depois da reforma trabalhista, aconteceram mudanças e retrocessos importantíssimos para ampliar os efeitos negativos do emprego no país. Como resultado das medidas desastrosas mencionadas:

Houve uma piora na qualidade da ocupação dos jovens em todas as dimensões investigadas quando se comparam os anos após o aumento do desemprego (2017 em diante) com os anos anteriores ao aumento do desemprego (antes de 2015).(...) Nesse quesito em particular, é nítido que a piora na qualidade da ocupação se deve, em boa medida, aos jovens que estavam sem ocupação e ingressaram em ocupações de qualidade inferior (IPEA, 2020a, p. 10).

Dessa forma, ao vender gato por lebre, a dita reforma teve como resultado:

(...) que a Reforma Trabalhista levada a cabo pelo governo brasileiro em 2017-2019 não demonstrou ser capaz de dinamizar o mercado de trabalho formal. Longe disso. Somada à recessão e à lenta “recuperação” econômica, tem colaborado para reforçar tendências recentes do mercado de trabalho brasileiro: a) elevação da subutilização da força de trabalho (desalento e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas); b) aumento da informalidade; c) substituição de postos de trabalho de média e alta remuneração por aqueles de baixos salários (até 2 salários-mínimos); d) expansão de empregos formais relativamente mais vulneráveis; e) manutenção de altos níveis de desocupação (TROVÃO e ARAÚJO, 2020, p. 34).

A inserção de jovens aprendizes está estreitamente ligada à criação de novos postos de trabalho, o que acaba sendo um grande desafio num país como o Brasil, onde historicamente os jovens atingem menores percentuais de colocação quando comparados aos adultos, aspecto esse que sinaliza a necessidade de ações específicas direcionadas aos jovens nesses espaços (MTE, 2011, p. 34).

Isso pode ser constatado quando analisamos a série histórica trazida no Gráfico 1, dos aprendizes contratados no Brasil entre 2002 e 2012. Pois um olhar desatento pode confundir o

aumento ano a ano dessas contratações como sendo o suficiente para impactar na redução do desemprego juvenil. No entanto, “o aumento da participação nos contratos de aprendizagem na composição do emprego pode ser atribuído à queda brusca na entrada no emprego formal nas outras formas de contratação” (IPEA, 2020a, p. 24).

Temos uma questão importante a apontar, pois lembramos que o contrato da aprendizagem é um contrato especial que já tem um prazo para terminar. Justamente por esse motivo a taxa de rotatividade é bastante alta. A cada 10 aprendizes admitidos, 9 são desligados, justamente pelo motivo de término do contrato (REDE PETECA, 2018).

E mesmo aqueles jovens que adentram no mercado de trabalho por outras formas no setor formal apresentam taxas de desligamento maiores do que os trabalhadores adultos. Conforme o Ipea (2020a, p. 16), “as taxas de desligamento reportadas também foram maiores para os jovens (72% para jovens e 41% para adultos), ou seja, os jovens têm oportunidade no setor formal, mas permanecem por pouco tempo em seus postos de trabalho”.

No governo Jair Bolsonaro, a Medida Provisória n.º 905/2019, que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (CTVA), faz parte do projeto de ampliação da retirada de direitos do trabalhador, o que mais parece um desdobramento da reforma trabalhista de 2017. Essa medida provisória foi lançada com o pretexto de gerar o primeiro emprego para os jovens entre 18 e 29 anos. Porém, como afirma o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (2019, p. 04), “o governo promete gerar 4 milhões de novos postos de trabalho. No entanto, a MP é, na verdade, uma nova reforma trabalhista, que retira direitos e pode ampliar a precarização em curso”.

Pela MP, o jovem entre 18 e 29 anos pode ser contratado pela empresa, no entanto, seu salário não pode ultrapassar um e meio salário-mínimo mensal. Ademais consoante:

No contrato CTVA, o empregador é desonerado da contribuição para o Regime Geral de Previdência Social, do salário-educação, da contribuição para o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Senar, Senat, SESCOOP e Sebrae) e da contribuição para o Incra. Além disso, o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) cai de 8% para 2% e a multa rescisória, de 40% para 20% sobre o saldo dos depósitos no FGTS. O contrato pode ter duração de até 24 meses e o programa tem vigência até 31 de dezembro de 2022 (DIEESE, 2020, p. 01).

Fazendo uma comparação entre os jovens inseridos pela Lei da Aprendizagem e os jovens que ingressarão no mercado de trabalho por meio da CTVA, podemos perceber o seguinte: os jovens contratados pelo CTVA poderão ocupar novas funções nas empresas num percentual de até 20% do quantitativo dos seus empregados. Em comparação com a Lei da Aprendizagem, as empresas só podem ter no máximo 15% de aprendizes em relação ao total de

funcionários com profissões que constem no Cadastro Brasileiro de Ocupações (CBO). Além do mais, os contratados nessas modalidades farão jus aos seus direitos por meio da CLT e de acordos coletivos.

Um outro ponto a ressaltar é que o depósito do FGTS é equivalente ao dos jovens aprendizes, que é de 2%, enquanto o empregado celetista comum é de 8%. Já a multa rescisória para o celetista comum é de 40%, igualmente para o aprendiz (quando a empresa encerra o contrato antes do término), já a do CTVA cai para 20%.

A partir do que fora discutido aqui, é possível inferir que o CTVA é para o jovem uma forma precária de inserção laboral. Pois, em comparação, o aprendiz amparado pela Lei da Aprendizagem goza do cumprimento de uma carga horária de 4 horas diárias, podendo chegar ao máximo de 6 horas (quando já concluiu o Ensino Fundamental), do mesmo modo é proibido por lei de fazer horas extras, bem como trabalhar em ambientes insalubres.

Além do mais, o Art. 3º do Decreto n.º 5.598, de 1º de dezembro de 2005, disciplina que “o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico” (BRASIL, 2005). Mediante o exposto, evidencia-se que o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro, pretende criar empregos oferecendo generosa “bolsa empresário”, com desoneração da folha e redução de direitos trabalhistas (DIEESE, 2020, p. 02), ao passo que cria uma forma de precarização do trabalho juvenil.

No ano de 2020, a Lei da Aprendizagem completou 20 anos. A série histórica do avanço dessa lei aqui mostrada – Gráfico 2 – evidencia o sucesso da iniciativa, com quase 5 milhões de jovens inseridos no mercado de trabalho como aprendizes. Porém ressaltamos que temos a consciência de que tão somente a aprendizagem não irá resolver o problema da inclusão digna no mercado de trabalho. No entanto, compreendemos que tem contribuído para a redução do trabalho infantil e no mínimo tem servido como experiência para novos programas.

Embora tenha sido registrado um grande crescimento, há muitos gargalos para as empresas cumprirem a cota mínima de 5%. Para termos uma ideia, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe realizou a pesquisa intitulada Benefícios Econômicos e Sociais da Aprendizagem, a qual foi encomendada pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. A referida pesquisa foi realizada em todo o país e constatou-se que, em 2017,

A realidade brasileira, não satisfaz plenamente o volume de vagas exigido em lei. [...], o número de aprendizes contratados no Brasil (386 mil) correspondia a uma cota efetiva de 2,0% da força de trabalho de referência, quando o mínimo exigido era de

964 mil aprendizes (para atendimento da cota mínima de 5% prevista em lei) e de 2,9 milhões de aprendizes (para cota máxima de 15%). (FIPE, 2019, p. 59)

Um outro dado importante trazido pela pesquisa é que nesse período nenhum estado da federação conseguiu cumprir a cota mínima de 5%. A média entre os estados ficou em cerca de 2%, como vemos abaixo.

Em termos regionais, nenhuma unidade da federação apresenta um número suficiente de aprendizes para atendimento mínimo da legislação em 2017 (5% da força de trabalho de referência). Todavia, os estados com maior atendimento da cota efetiva de aprendizes em 2017 eram: Rio Grande do Sul (2,9%), Goiás (2,7%), Espírito Santo (2,7%), Ceará (2,5%), Sergipe (2,4%), Mato Grosso (2,4%) e Amazonas (2,4%). Por outro lado, os estados que cumpriam menos a legislação incluíam Maranhão (1,2%), Piauí (1,2%), Amapá (1,2%), Paraíba (1,3%) e Mato Grosso do Sul (1,5%) (FIPE, 2019, p. 60).

Num país como o Brasil, que sofre com altas taxas de trabalho infantil, a geração de dois milhões e novecentas mil vagas de aprendizagem seria de muita importância para a redução das desigualdades sociais entre os jovens. Só para termos uma ideia, no Brasil, em 2019, havia 38,3 milhões de pessoas entre 5 e 17 anos de idade.

Desse total, 1,8 milhão estava em situação de trabalho infantil, o que representa 4,6% dessa população em 2019 (IBGE, 2020b). Quanto à faixa de idade, o total da população em trabalho infantil (1,8 milhão) seguia a seguinte distribuição: 21,3% tinham de 5 a 13 anos; 25,0%, 14 e 15 anos; e a maioria, 53,7%, tinha 16 e 17 anos de idade.

Levando em consideração apenas as faixas etárias com idade para aprendizagem (14 a 15 e 16 a 17), o cumprimento da cota máxima da aprendizagem (15% ou 2,9 milhões de vagas) por parte das empresas daria para incluir todos esses jovens e ainda sobriam vagas. Além do mais, sabemos que as diversas formas de trabalho infantil têm um forte componente socioeconômico e étnico, atingindo especialmente aos filhos da classe trabalhadora, os negros e pardos: o percentual de pessoas de cor branca em situação de trabalho infantil era bastante inferior (32,8%) àqueles de cor preta ou parda (66,1%) (IBGE, 2020b).

É pertinente recordar que tanto a Lei da Aprendizagem de FHC (Lei n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000) quanto o decreto do governo Lula – que regulamentou a aprendizagem (Decreto n.º 5.598, de 1º de dezembro de 2005) – definiram um público prioritário por renda, apenas por faixa etária dos jovens beneficiados.

Portanto, a partir de 2016, ainda no governo da presidente Dilma Rousseff, à política pública da aprendizagem foi dado um recorte, delineando o público prioritário com base em condições socioeconômicas e de vulnerabilidade social. A partir dessa ação, explicita-se o seu



caráter de inclusão social. Todavia, por meio do Decreto n.º 8.740, de 4 de maio de 2016, ela colocou os jovens pobres como prioridade, justamente em seu Art. 5º:

§ 5º A seleção de aprendizes será realizada a partir do cadastro público de emprego, disponível no portal eletrônico Mais Emprego e deverá priorizar a inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social, tais como:

I - adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas;

II - jovens em cumprimento de pena no sistema prisional;

III - jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda;

IV - jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional;

V - jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil;

VI - jovens e adolescentes com deficiência;

VII - jovens e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e,

VIII - jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído na rede pública.

Além disso, no mesmo decreto ampliaram-se as possibilidades para cumprimento das cotas em outros estabelecimentos, para que aqueles locais insalubres não deixassem de cumprir a cota mínima. Contudo uma das medidas do presidente Jair Bolsonaro em seu primeiro ano de governo foi revogar o supracitado decreto da Dilma, por meio do Decreto n.º 10.086/2019. Dessa forma, esse instrumento de inclusão social, colocando um público prioritário para o Programa Jovem Aprendiz ficou sem efeito, para atender aos interesses dos empregadores por parte do novo governo.

Tal situação reforça-nos a ideia de que se o Programa Jovem Aprendiz, desde sua criação, ano a ano tem crescido em termos de geração de vagas. O Brasil tem sete a cada dez jovens ativos no mercado de trabalho, uma vez que todo filho de pobre está condenado a ter que trabalhar mais cedo, ao contrário dos filhos de ricos, que somente ingressam no mercado de trabalho mais tardiamente, com mais alta escolaridade (POCHMANN, 2007, p. 90). Contudo, se ainda não atingiu o patamar ideal, é por falta de interesse político dos últimos governos, já que para se atingir os objetivos maiores é imprescindível o arcabouço legal dos direitos trabalhistas, aliados, é claro, às políticas públicas de inclusão social e econômica.

### **CAPÍTULO 3: POLÍTICA SOCIAL DE TRABALHO E RENDA: ANÁLISE DO “PROJETO PRIMEIRO PASSO”**

Neste capítulo, apresentaremos dados relativos ao contexto socioeconômico do Ceará e do município de Juazeiro do Norte. Sendo assim, utilizaremos indicadores sociais de trabalho e renda, mercado de trabalho formal e condição de vulnerabilidade social juvenil no estado do Ceará e da cidade. Compreendemos que essas informações são de muita importância para a construção da nossa dissertação, pois o Projeto Primeiro Passo tem como base existencial a mitigação de efeitos da pobreza e da condição de vulnerabilidade social que muitos jovens são vítimas, portanto, ao final do capítulo, faremos uma análise do projeto à luz do conceito de avaliação de políticas públicas ao passo que apresentaremos os dados socioeconômicos da turma 2019-2020 do município de Juazeiro do Norte.

#### **3.1 Cenário socioeconômico da juventude cearense**

A população estimada do estado do Ceará para 2020 era de 9.187.103 pessoas (IBGE). Tem um rendimento mensal de R\$ 942,00. Sabemos que o estado, por fazer parte de uma região historicamente prejudicada pela falta de uma política nacional de desenvolvimento, que é o Nordeste, sofre bastante com os problemas advindos do clima-semiárido. Contudo, nos últimos anos, mais precisamente pós-2008, inicia-se um processo de mudanças. Dessa forma, em uma análise setorial da economia cearense entre 2002 e 2018,

O Ceará responde pela 11ª economia do País e pela 3ª do Nordeste. O PIB cearense abrange 2,1% do PIB brasileiro e 15,1% do PIB Nordestino. Sua economia está sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (76,1%), seguidos das atividades da Indústria (19,2%), e da Agropecuária, que participa com 4,7%. O Estado tem se destacado no cenário nacional pelos reconhecidos avanços, seja do ponto de vista econômico, seja na perspectiva social. De fato, a economia cearense conseguiu manter, em média, um ritmo de crescimento superior ao registrado pela economia nacional nos últimos anos, permitindo reduzir, embora que lentamente, uma distância histórica com relação ao restante do país (NETO, CAVALCANTE, et al., 2019, p. 263).

Com um melhor desempenho econômico e uma política econômica austera, o estado tem conseguido alguns avanços sociais, “o Ceará evoluiu nas áreas de Educação, com os aumentos da oferta do ensino profissionalizante e da qualidade do Ensino Fundamental” (NETO, CAVALCANTE, et al., 2019, p. 264). Isso pode ser constatado por meio dos indicadores educacionais, por exemplo: o estado figura como o quinto colocado no Brasil, com

6,1 no IDEB- Anos iniciais do Ensino Fundamental (Rede Pública). Já no Ideb, anos finais do Ensino Fundamental é o terceiro, com 4,9 pontos (IBGE, 2021).

De acordo com o Censo Escolar de 2019, a rede pública estadual de ensino contava com o total de 323.099 alunos matriculados no Ensino Médio. Desse total, no 1º ano, 118.760; 2º ano, 106.593; e 97.703 estudantes cursavam a 3ª série do Ensino Médio; e 43 no quarto ano, reservado ao Ensino Médio Técnico (INEP, 2020). Dado à dificuldade de dados recentes, haja vista o censo demográfico de 2010 ter sido realizado há cerca de 10 anos, lançamos mão dos indicadores sociais presentes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, CadÚnico, e do Programa Bolsa Família – PFB<sup>4</sup>. Visto que:

o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é a única fonte de informações que, além de quantificar e localizar os brasileiros mais pobres, permite ao poder público agir para diminuir sua pobreza, nas várias dimensões em que ela se manifesta (CAMPELLO, FALCÃO e DA COSTA, 2014, p. 87).

Dessa forma, analisando os indicadores de pobreza, no estado do Ceará, em 2020, constavam cadastrados no CadÚnico um total de 5.121.972 (cinco milhões, cento e vinte e uma mil, novecentos e setenta e duas) pessoas cadastradas como baixa renda, esse número representa 56% do total da população cearense. Sendo que, desse total, os cadastrados são divididos entre extrema pobreza, pobreza e baixa renda. Conforme os dados obtidos na Tabela 2.

Tabela 2 Total de pessoas cadastradas no CadÚnico com renda per capita mensal e representação em relação ao total de inscritos no CadÚnico e representação em relação ao total da população do Ceará – 2020

<b>Condição</b>	<b>Renda mensal familiar per capita</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual em relação ao total de cadastrados no CadÚnico</b>	<b>Percentual em relação ao total da população em geral</b>
<b>Extrema Pobreza</b>	de R\$ 0,00 até R\$ 89,00.	3.068.443	60%	33%
<b>Pobreza</b>	de R\$ 89,01 até R\$ 178,00.	429.800	8%	5%
<b>Baixa Renda</b>	de R\$ 178,01	1.108.486	22%	12%

<sup>4</sup> Quando nos referirmos a esses dois programas, utilizaremos as suas formas abreviadas, a saber: CadÚnico e PBF.

	até 1/2 Sal. Mín.			
<b>Baixa Renda</b>	acima de 1/2 Sal. Mín.	515.243	10%	6%
<b>Percentual do total de cadastrados no CadÚnico em relação ao total da população em geral – 56%</b>				
<b>Total da população em geral – 9.187.103</b>				
<b>Total de cadastrados no CadÚnico – 5.121.972</b>				

Fonte: Cecad (2020); IBGE (2020); elaborada pelo autor

É pertinente ressaltarmos que, em relação ao total de inscritos no CadÚnico, há um grande percentual de pessoas em estado de Extrema Pobreza (60%) e em estado de pobreza (8%), e, somados esses dois públicos, temos um total de 68% das pessoas inscritas. Lembramos ainda que esses dois públicos são os que recebem o valor do Bolsa Família. As outras categorias participam apenas de outros programas sociais, mas não o de transferência de renda. Portanto, levando em consideração a população estimada do estado do Ceará para 2020, que era de 9.187.103 pessoas (IBGE, 2021), e os dados do CadÚnico, podemos inferir que, em 2020, 38,7% da população cearense se encontrava em estado de extrema pobreza e pobreza, ou seja, quase 3,5 milhões (3.498.243) de pessoas. Conforme a Tabela 3, gostaríamos de destacar que entre inscritos no CadÚnico e PBF, 856.119 estão nas faixas etárias de 16 a 24 anos, os quais são o público-alvo do PPP. Dessa forma, representam 17 % do total de pessoas cadastradas no CadÚnico. Já em relação ao total da população, representam 9%.

Tabela 3 Inscritos no CadÚnico e PBF 16 a 24 anos por faixa da renda familiar per capita – Ceará

Faixa da renda familiar per capita	Faixa Etária		Total
	16 a 17 anos	18 a 24	
<b>Extrema Pobreza</b>	132.60	428.469	561.069
<b>Pobreza</b>	21.314	62.835	84.149
<b>Baixa Renda</b>	40.947	147.430	188.377
<b>Acima de 1/2 S.M.</b>	4.773	26.751	31.524
<b>Total</b>	199.634	665.485	865.119

Fonte: Cecad (2020) elaborada pelo autor.

Como observado, entre as pessoas em vulnerabilidade socioeconômica, temos um contingente expressivo de jovens, os quais estariam aptos a ingressarem em algum programa

de aprendizagem, tanto por sua faixa etária como por sua renda, além de serem público-alvo do Primeiro Passo.

### 3.1.1 Mercado de Trabalho – Desemprego

A dinâmica do trabalho formal no estado do Ceará em 2019 e 2020, de acordo com o Ipece, sofreu alterações, principalmente em 2020, ano da pandemia da covid-19. Todavia, a população em idade de trabalhar teve um crescimento de 2,42%, passando de 7.356 mil (2019) para 7.534 mil (2020), ao passo que a taxa de desocupação subiu para 7,49, conforme a Tabela 4.

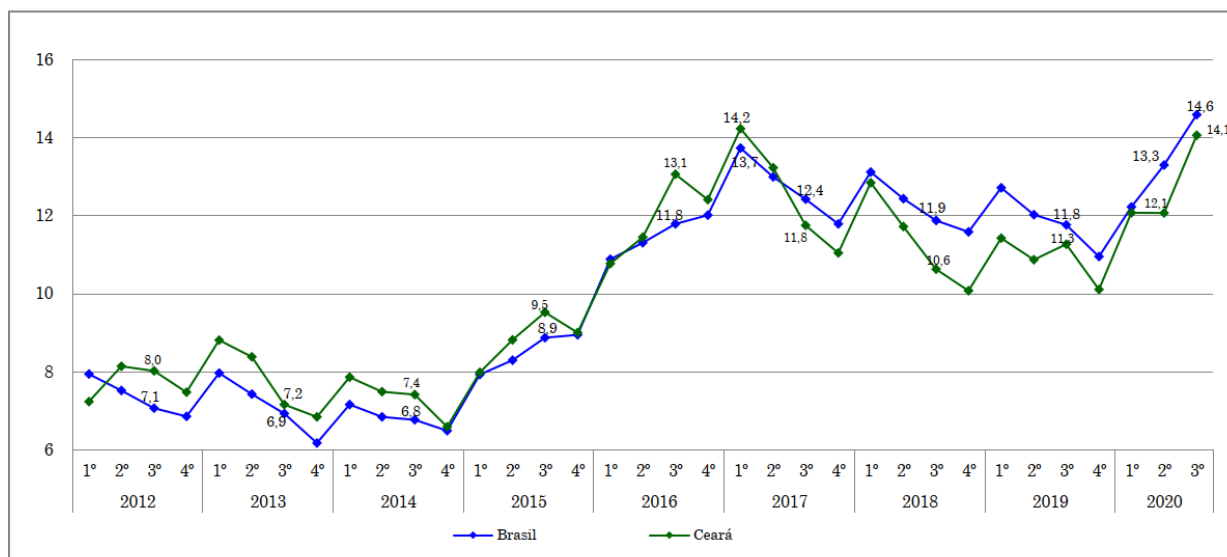
Tabela 4 Dinâmica do mercado de trabalho cearense – 2019 e 2020

População em Idade de trabalhar		Força de Trabalho		Ocupados		Desocupados	
2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
<b>7.356 mil</b>	7.534 mil	4.142 mil	3.569 mil	3.675 mil	3.068 mil	467 mil	502 mil
$\Delta\%$ 2,42		$\Delta\%$ -13,83		$\Delta\%$ -16,52		$\Delta\%$ 7,49	

Fonte: (IPECE, 2020, p. 3), adaptada pelo autor

Nesse mesmo contexto, a taxa de desocupação cearense atingiu 14,1%, valor próximo ao da máxima histórica de 14,2% atingida no primeiro trimestre de 2017; no Brasil, a taxa de desocupação de 14,6% é a maior ao longo de todo o período disponível no Gráfico 3:

Gráfico 3 Taxa de Desocupação (Desemprego) – 1º T. 2012 – 2º T. 2020 – Brasil e Ceará

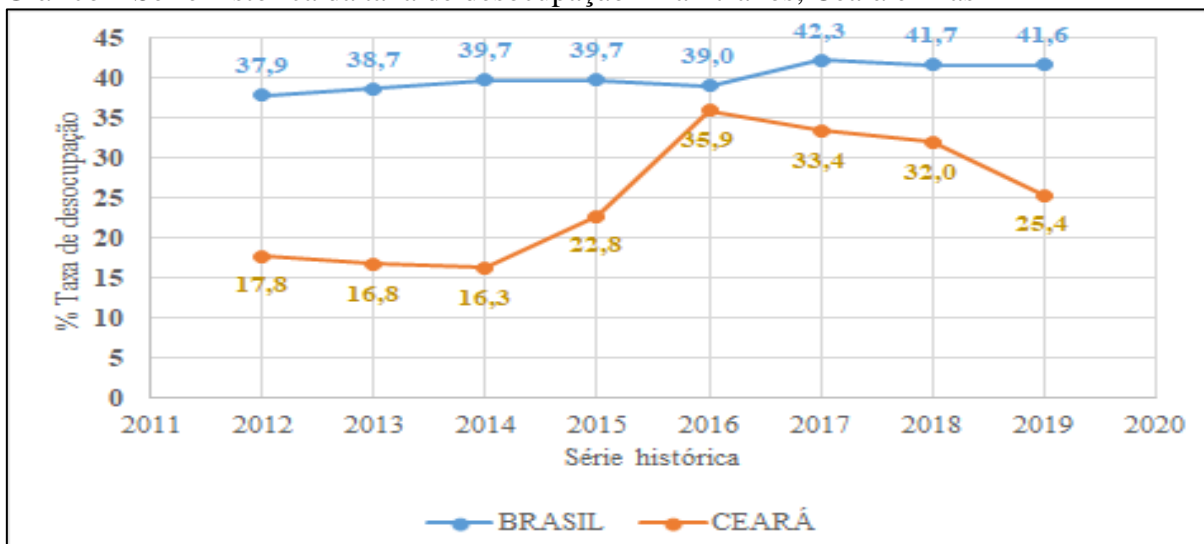


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE. (TD = D/FT)

Fonte: (IPECE, 2020, p. 6)

Em relação ao desemprego entre os jovens de 14 a 24 anos, o Gráfico 4 mostra-nos a série histórica da taxa de desocupação de 14 a 17 anos do Ceará e Brasil.

Gráfico 4 Série histórica da taxa de desocupação 14 a 17 anos, Ceará e Brasil



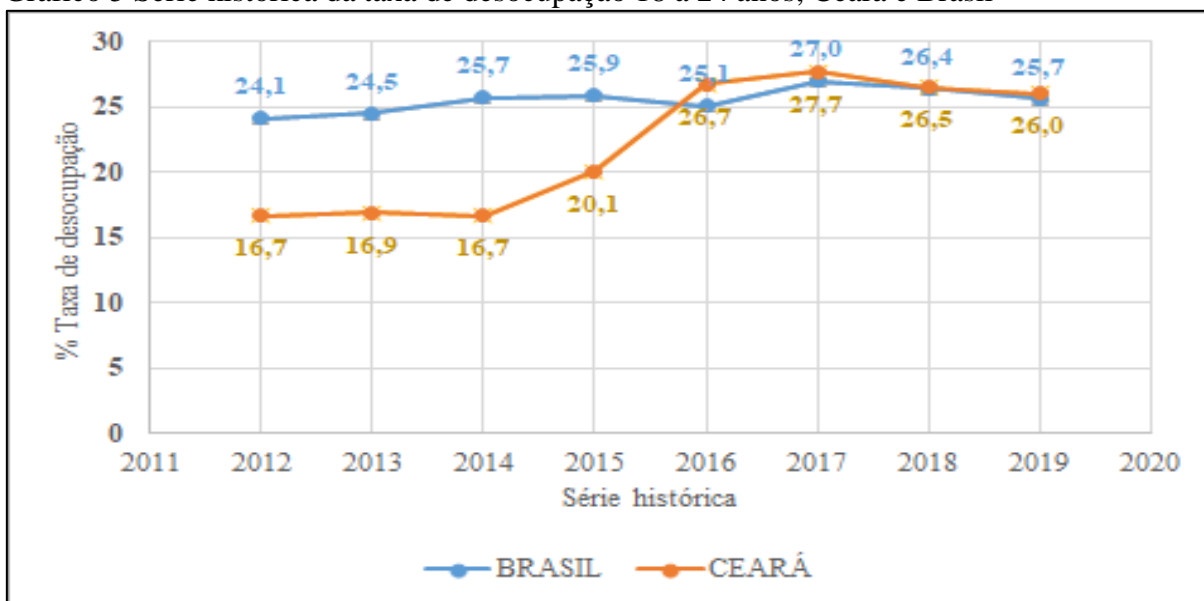
Fonte: (IBGE, 2020) elaborado pelo autor

Como podemos notar, a taxa de desocupação na faixa etária de 14 a 17 anos no Ceará, entre 2012 e 2019, manteve-se abaixo da taxa do Brasil. Em grande medida, esse percentual abaixo tem muito a ver com o aumento da taxa de escolarização e inatividade<sup>5</sup> dos jovens, os quais, a partir das políticas públicas, têm permanecido mais tempo na escola, aumentando a escolarização e uma entrada no mercado de trabalho após o término do Ensino Médio. “O aumento da inatividade na faixa etária de 15 a 19 anos, é possivelmente decorrente do aumento na escolaridade de nível médio no Brasil” (POCHMANN, 2007, p. 51).

---

<sup>5</sup> A dinâmica demográfica combinada com o comportamento do mercado de trabalho atua diretamente sobre as formas tradicionais de transição do jovem da situação de inatividade (sistema escolar) para a de atividade (mundo do trabalho) (POCHMANN, 2007, p. 51; POCHMANN, 2007).

Gráfico 5 Série histórica da taxa de desocupação 18 a 24 anos, Ceará e Brasil



Fonte: (IBGE, 2020) elaborado pelo autor

Analisando a série histórica no Gráfico 5, fica ratificado que, até 2015, a taxa de desocupação entre as faixas etárias de 18 a 24 anos no Ceará esteve abaixo da média nacional. Não obstante, a partir de 2016 até 2019, as taxas do estado superaram as médias do Brasil. Esses dados apontam para o que já afirmaram Pochmann (2007b) e Ipea (2020a) que essas faixas etárias são vítimas do desemprego estrutural no país e que, por isso, tendem a sofrer mais com as inconstâncias do mercado de trabalho do que as outras faixas etárias da população economicamente ativa.

Contudo não se pode descartar de que esses jovens possam estar em uma condição de Desemprego de Inserção, que, segundo Pochmann,

O desemprego de inserção diz respeito à condição do jovem que se encontra à procura de postos de trabalho ou, principalmente, do seu primeiro emprego, durante um longo período. Por não possuir experiência profissional acumulada, ainda que possa dispor de escolaridade elevada, o jovem tem dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Assim, o desemprego de inserção constitui o primeiro contato do jovem com o mercado de trabalho, após a passagem pelo sistema educacional (POCHMANN, 2007, p. 49).

### 3.2 O Primeiro Passo Jovem Aprendiz e sua interlocução com a Lei da Aprendizagem

Destacamos que, embora nosso objetivo seja analisar o projeto no âmbito da sua execução no município de Juazeiro do Norte, precisávamos discutir aqui o escopo e desenho da

política pública, assim como a sua caracterização enquanto política social. Dessa forma, é pertinente apresentarmos alguns problemas os quais nos deparamos, principalmente em relação à transparência nas ações do projeto e o controle social. No entanto, não nos detalharemos no conteúdo da avaliação propriamente dita, contudo pontuaremos aqui algumas questões que julgamos ser necessárias para uma melhor compreensão das ações práticas do PPP.

O Projeto Primeiro Passo – PPP<sup>6</sup> surge como iniciativa dos governos do estado do Ceará atrelado às normativas da Lei da Aprendizagem nacional. Dessa forma, entrará na agenda pública na primeira e segunda gestão do então governador do estado, Cid Ferreira Gomes (2007-2011 e 2011-2015). O projeto está presente também no primeiro governo Camilo Santana (2015-2019, 2020). No ano de 2020, completa seus 13 anos de existência. A sua execução no estado está genericamente ligada à Lei da Aprendizagem, portanto, o projeto na sua modalidade Aprendiz, não existe uma legislação própria que normatize.

Para conseguirmos informações a respeito do projeto, realizamos o acesso ao site da atual Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS. Assim como solicitamos algumas informações pelo portal da transparência do estado do Ceará.

Sendo assim, de acordo com os arquivos contidos no site da SPS, o PPP objetiva a superação da pobreza e desigualdade entre os jovens cearenses:

o Governo do Estado, na busca de desenvolver estratégias inovadoras que gerem impacto na superação da pobreza e desigualdade entre os jovens, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS vem desenvolvendo o PROJETO PRIMEIRO PASSO, o qual cria oportunidades voltadas à cidadania, a inclusão social e profissional, proporcionando o aprendizado prático e experiências que possibilitam o crescimento profissional e pessoal dos jovens de comunidades vulneráveis, entre 16 e 22 anos, que estão cursando o Ensino Fundamental II, Educação Especial, Ensino Médio ou que tenha concluído o Ensino Médio na tentativa de promover uma melhoria na qualidade de vida do público focalizado (SPS-CE, 2014).

Ainda no site, encontramos elencados os objetivos do projeto:

- Proporcionar Qualificação Social e Profissional a 6.600 adolescentes e jovens através de programação de atividades que visam, além da formação técnica,
- desenvolver a capacidade de relacionamento dos jovens com eles mesmos, com a família, a sociedade, o mundo e o planeta;
- Promover qualificação profissional e social para 6.000 adolescente e jovens de acordo com as potencialidades dos municípios e as possibilidades de inserção no mundo trabalho;

---

<sup>6</sup> A partir de agora, utilizaremos a sigla PPP para designar o Projeto Primeiro Passo.



- Contribuir para a elevação da escolaridade, realizando oficinas pedagógicas que desenvolvam o raciocínio lógico, a leitura e interpretação de textos;
- Transferir renda através de bolsa capacitação para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social;
- Capacitar jovens e adolescentes para inserção no mercado de trabalho, nas linhas de ação Jovem Aprendiz, Jovem Estagiário e Jovem Bolsista;
- Apoiar jovens e adolescentes com fardamento e acompanhamento profissional, na linha de ação Jovem Estagiário (SPS-CE, 2014).

Nessa perspectiva, segundo informa a página da SPS, a iniciativa conta com três modalidades, sendo assim, a depender da faixa etária e nível escolar, o jovem será incluído na sua primeira oportunidade no mercado de trabalho por meio de uma das três linhas de ação: Jovem Aprendiz, Jovem Estagiário e Jovem Bolsista. Em cada linha de ação, há um público prioritário:

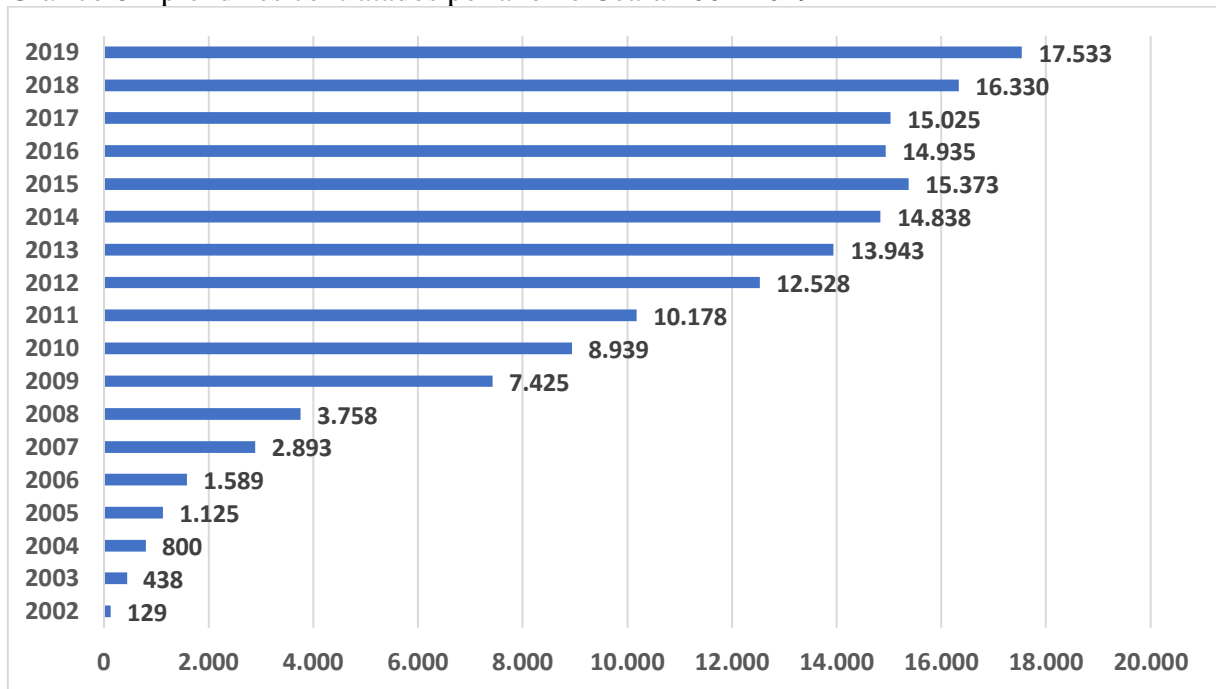
- Jovem Bolsista, essa linha estabelece a faixa etária de 16 a 21 anos. Qualificação de jovens através de cursos com tipologias diversas, carga horária de 240 horas, com duração de 3 (três) meses. jovens cursando 8º ou 9º Ano do Ensino Fundamental, 1º, 2º ou 3º Ano do Ensino Médio ou, EJA III e EJA IV ou egresso da Rede Pública de Ensino, prioritariamente, os jovens que se encontram em situação de risco pessoal e social.
- Jovem Estagiário: Em observância ao Decreto Estadual nº 29.704//2009 é ofertada exclusivamente aos estudantes do Ensino Médio da Rede Pública. Os jovens são encaminhados para órgãos e instituições parceiras cujo objetivo é possibilitar o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, visando ao desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. O público beneficiado são jovens na faixa etária de 16 a 21 anos, matriculados no 1º ou 2º ano do Ensino Médio. A remuneração do estágio e auxílio-transporte é de responsabilidade do órgão e/ou empresa demandante. O fardamento e o seguro de vida são de responsabilidade da SPS (SPS-CE, 2014).

E por último temos a linha Jovem Aprendiz, a qual é nosso objeto de estudo:

- Jovem Aprendiz: Qualificação de jovens através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores de responsabilidade social e protagonismo juvenil. Aprendizagem no período de 11 (onze) meses, com carga horária total de 1.280 horas, sendo 880 h com atividades práticas (empresa/instituição) e 400 h de atividades em sala de aula (curso). Possibilitando a inserção no mercado de trabalho (SPS-CE, 2014).

O estado do Ceará tem figurado, a nível nacional, como um bom exemplo na execução de ações no âmbito da Lei da Aprendizagem. Como podemos notar no Gráfico 6 abaixo, consta o total de aprendizes contratados entre 2001 e 2019. No acumulado de 2002 a 2019, no estado foram contratados 157.779 aprendizes.

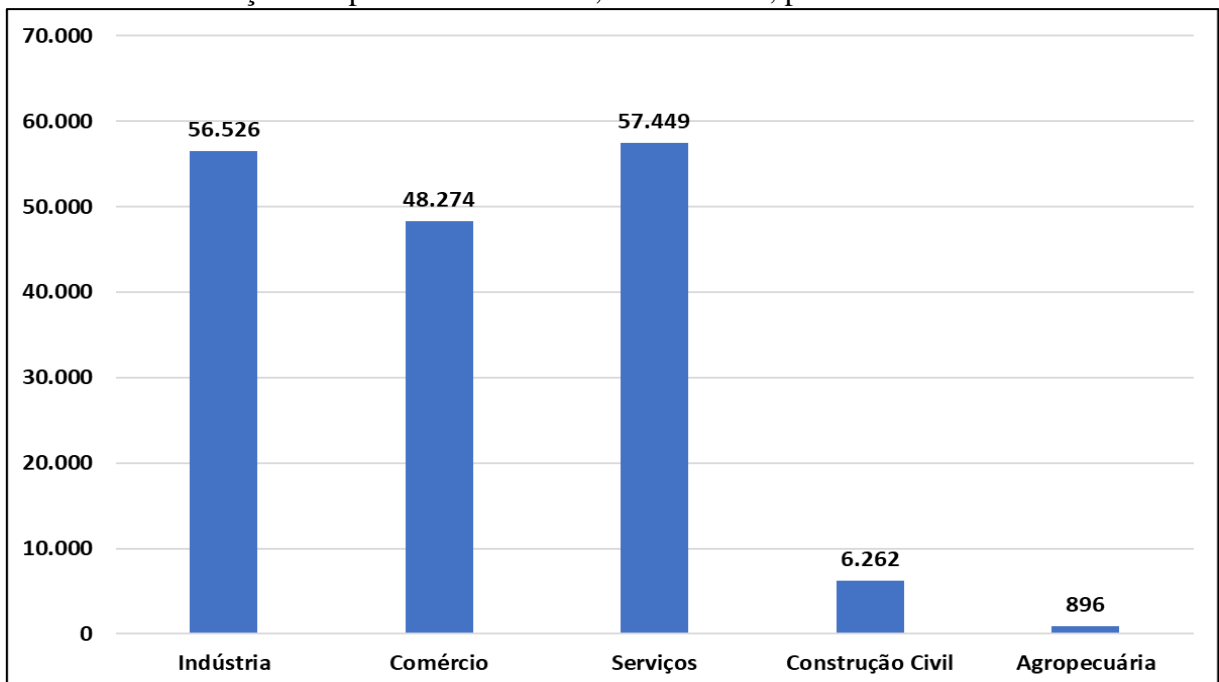
Gráfico 6 Aprendizizes contratados por ano no Ceará 2002-2019



Fonte: (PDET-RAIS/CAGED, 2020) elaborado pelo autor.

O Gráfico 7 nos mostra a contratação de aprendizes por setor econômico no estado, de 2012 a 2020. De acordo com os setores que mais contrataram aprendizes, destacam-se os seguintes:

Gráfico 7 Contratação de aprendizes no Ceará, 2012 a 2020, por setor de atividade



Fonte: (PDET-RAIS/CAGED, 2020) elaborado pelo autor.

Esse crescimento da contratação de aprendizes no Ceará certamente tem sido por conta da estabilidade econômica a qual já fora apresentada aqui. Como bem nos mostra as informações do Governo do Estado, no Ceará, o potencial de contratação de jovens aprendizes em 2018 era de 27.340 (CEARÁ, 2019). Ressalta-se que esse número leva em consideração a cota mínima que cada estabelecimento deve contratar de aprendizes, que é de 5% do total de trabalhadores em cada estabelecimento:

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional." (qual a referência?)

Conforme o artigo acima, podemos perceber que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular aprendizes nos cursos de Serviços Nacionais de Aprendizagem, ou seja, é obrigação do empregador assinar a carteira do aprendiz e custear o curso de aprendizagem. Vale a pena ressaltar que o Sistema S já recebe recursos para tal fim – o Sistema é mantido mediante a contribuição compulsória das empresas de cada setor a qual estão vinculadas – e faz a qualificação em parceria com as empresas conveniadas de cada setor. No entanto, como já fora dito aqui, ele não está presente em todas as cidades, priorizando os locais onde a escala e demanda para qualificação e inserção de aprendizes é maior. Mesmo onde o Sistema S está presente, para Clementino (2013, p. 49), é necessário que se promova uma comunicação institucionalizada, por meio da mídia, com vistas à orientação da classe empresarial sobre a aprendizagem, pois, como ele assegura, “a classe empresarial, sociedade e governos locais – ainda não estão devidamente esclarecidos e sensibilizados para a importância do aspecto socioeconômico da aprendizagem”. Sendo assim, ele ainda demonstra que, “enquanto não recebem notificações para cumprir suas cotas, as grandes empresas não se apropriam corretamente do investimento que, compulsoriamente, já fazem aos Senas” (CLEMENTINO, 2013, p. 49).

Com base nas afirmações de Clementino, podemos inferir que de fato não há uma preocupação, tanto das empresas quanto do próprio Sistema S, de realizarem a aprendizagem, sem que necessariamente precisem passar por uma notificação do Ministério do Trabalho. Esse fato é fulcral para compreendermos onde o PPP inova e o aspectos que fazem do projeto ser uma referência de inserção de jovens no mercado de trabalho por meio da aprendizagem.

O projeto, desde a sua criação, está vinculado à Secretaria Estadual de Assistência Social, dessa forma, analisamos os Planos Plurianuais – PPA's do Governo do Estado do Ceará.

Sendo assim, o Projeto Primeiro Passo é mencionado nos PPAs de 2008 até 2019. Já no PPA de 2020 a 2023, é retirada qualquer menção ao projeto e, quando aparece, é tratado apenas de forma genérica com o termo “qualificação profissional”, sem esclarecer o público que será atendido. Também há o fato de a qualificação não fazer mais parte da Secretaria de Assistência Social, haja vista que fora remanejado para o campo da educação. Como vemos no Quadro 1:

Quadro 1 O Projeto Primeiro Passo nos PPAs do Estado do Ceará – 2008 a 2023

Ano	Programa	Ação
2008-2011	Programa 534 – Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude	Ação 20571 – Capacitação Social e Profissional – Procaps/Primeiro Passo
2012-2015	Programa 021 – Promoção da Juventude	Iniciativa 01985 – Qualificação e requalificação de trabalhadores – Primeiro Passo
2016-2019	Programa 078 – Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador	Estratégia – Ampliar o Programa Primeiro Passo para os municípios. 078.1.03 – Ampliação das oportunidades de qualificação profissional às pessoas socialmente vulneráveis.
2020-2023	Programa 442 – Qualifica Ceará: Educação Profissional para o Mundo do Trabalho	442.1.02 – Promoção da qualificação profissional em nível de formação inicial e continuada.

Fonte: CEARÁ (2020) elaborado pelo autor.

Esse remanejamento que consta no PPA de 2020-2023 ainda não afeta de forma objetiva a turma 2019-2020 do projeto, a qual é nosso objeto. Dessa forma, de acordo com a Coordenadoria de Inclusão Social Cois-SPS, todos os serviços ofertados por ela – principalmente o PPP – são realizados com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – Fecop:

tal fundo tem por finalidade a realização de ações de relevante interesse social, nas mais diversas áreas estratégicas, com o objetivo de fomentar a superação da pobreza e redução das desigualdades sociais, contribuindo para: O acesso de pessoas, famílias e comunidades a oportunidades de desenvolvimento integral; O fortalecimento de oportunidades econômicas e de inserção de pessoas na faixa economicamente ativa no setor produtivo, dentre outros objetivos voltados para a melhoria da qualidade de vida da população cearense (SPS-COIS, 2021, p. 3).

Por conseguinte, de acordo com resposta do portal da transparência do Governo do Estado, o público-alvo do PPP Jovem Aprendiz ancora-se nas seguintes normativas:

conforme LEI Nº 14.859, de 28/12/2010 – Dispõe concorrentemente, nos termos dos arts. 5º, inciso LXXIV, e 24, inciso XIII e §§ 2º e 4º, da Constituição Federal e disposições da Constituição Estadual, acerca do conceito de pobreza, o referido público mencionado (jovens oriundos do Cadastro Único e famílias beneficiárias do programa bolsa família) é público-alvo das ações realizadas nesta Coordenadoria. (SPS-COIS, 2021, p. 3)

O projeto está fortemente atrelado à Lei da Aprendizagem – Lei n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000 – e ao decreto que o regulamenta de n.º 5.598/2005. Contudo é inegável que ele traz algumas inovações, pois, diferentemente dos programas de aprendizagem convencionais, o programa de aprendizagem do PPP tem um público focalizado, com base na renda; todavia, utiliza-se dos recursos do Fecop para seu financiamento, com vistas ao atendimento de jovens oriundos do Cadastro Único e famílias beneficiárias do programa Bolsa Família. Além do mais, a idade para o ingresso é de 16 a 24 anos, enquanto a Lei da Aprendizagem estipula a faixa etária de 14 a 24 anos para o ingresso. Ainda para entrar no PPP, é necessário estar cursando o Ensino Médio e ser oriundo de escola pública, o que de fato não é cobrado na Lei da Aprendizagem.

O projeto é executado em parceria com as chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) – entidades sem fins lucrativos autorizadas a desenvolver aprendizagem – com objetivo de ampliar a inserção dos jovens e de chegar a localidades onde o Sistema S não chega, abarcando grandes e médias empresas, assim como atuando nos setores industrial, de comércio e serviços. Todas são selecionadas por meio de um edital de chamamento público, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014, que institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e normas gerais para as parcerias entre a administração pública e Organizações da Sociedade Civil. Para as turmas 2019-2020, as seguintes OSCs executam o projeto em todo estado Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional – Idesq; Associação Batista Beneficente e Missionária – Abbem; Sociedade para o Bem-estar da Família – Sobef; e Instituto de Educação Portal – IEP (SPS-COIS, 2021).

Uma outra diferença em relação à Lei da Aprendizagem está no fato de o Governo do Estado financiar a formação dos jovens por meio das entidades qualificadoras, dessa forma, caberá aos empregadores que firmarem a parceria com o PPP apenas os encargos trabalhistas e o salário dos aprendizes. Isso para o empresário é uma dupla desoneração, haja vista que o contrato da aprendizagem já é permeado de isenções para quem contrata. De acordo com a SPS-Cois (2021, p. 3) “o governo estadual desembolsa para cada entidade uma per capita do Jovem Aprendiz de R\$ 1.600 reais. Para as turmas de 2019-2020 foi destinado para o Programa o total de R\$ 7.454.000,00, para o atendimento de 3.905 jovens aprendizes”.

Para sua execução é realizada a parceria com as secretarias municipais – em geral, a Secretaria Municipal de Assistência Social – de cada cidade, cabendo-lhes o processo de mobilização e inserção dos jovens, junto com as entidades qualificadoras.

De acordo com informações da coordenação estadual, a quantidade de jovens inseridos no Primeiro Passo – Jovem Aprendiz desde a sua criação, de 2007 até 2020, somam 29.055 jovens inseridos na aprendizagem. O montante de recursos que foi destinado ao programa totaliza R\$ 68.918.315,19 (SPS-COIS, 2021). Dos 184 municípios do estado, o projeto foi executado em 38 deles, no período de 2019 a 2020.<sup>7</sup>

Levando em consideração o total de aprendizes contratados no estado no ano de 2019, as turmas de 2019-2020<sup>8</sup> representam pouca mais de 22% do total de aprendizes cearenses. Nesse período, de 3.905 jovens inseridos, 456 deles foram efetivados. A média de efetivação correspondente ao referido período foi de pouco mais de 12%.

O Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz conseguiu se tornar um modelo na inserção de jovens por meio da Lei da Aprendizagem. Sendo assim, do total de 27.340 vagas previstas pela cota da aprendizagem, em 2018, foram admitidos 17.417 aprendizes. Esse número representa 63,71% do total da cota no estado (CEARÁ, 2019). Dos 17.417 aprendizes admitidos, 3.360 foram encaminhados às empresas por meio do Primeiro Passo, o que representa cerca de 19,29% das contratações de aprendizes no estado. Dessa forma, o Ceará foi o estado brasileiro com maior percentual de jovens aprendizes admitidos formalmente pelas empresas em 2018 (CEARÁ, 2019).

Contudo, mesmo o discurso oficial colocando o projeto numa posição de destaque a nível nacional, o estado do Ceará, a exemplo de todos os estados brasileiros, não tem conseguido cumprir a cota mínima de 5% de inserção de aprendizes nas empresas. É tanto que, em 2017, dos 5% de referência, apenas 2,5% foram atingidos (FIPE, 2019, p. 59). O discurso oficial da inserção pelo trabalho digno muitas vezes não se efetiva de forma prática nas políticas públicas, pois esconde o que está por trás da ação prática que orienta o estado e suas políticas públicas. Isso se dá porque, em muitos casos, as políticas públicas, embora tenham em seu

---

<sup>7</sup> Os municípios atendidos foram:

Aquiraz; Aracati; Brejo Santo; Canindé; Cascavel; Beberibe; Crateús; Crato; Eusébio; Horizonte; Itaitinga; Itapipoca; Jaguaruana; Juazeiro do Norte; Limoeiro do Norte; Maracanaú; Maranguape; Pacajus; Pindoretama; Quixadá; Quixeramobim; Santa Quitéria; Russas; São Gonçalo do Amarante; Senador Pompeu; Sobral; Solonópole; Tauá; Ubajara; Várzea Alegre; Caucaia; Fortaleza; Barbalha; Camocim; Pacatuba; Itapajé; Uruburetama e Paraipaba (SPS-COIS, 2021).

<sup>8</sup> Os jovens inseridos na aprendizagem pelo Primeiro Passo são admitidos entre os meses de julho e agosto, por isso a turma é 2019-2020. Dessa forma, são contabilizados a sua admissão no ano de 2019.

escopo e desenho o objetivo de reduzir desigualdades, acabam por replicar modelos prontos de outras nações, inclusive as nações de capitalismo avançado, não respeitando assim as características socioeconômicas presentes na nossa sociedade e desconhecimento a respeito das classes às quais serão públicos dessas PPs<sup>9</sup>.

Quando do processo da pesquisa, deparamo-nos com alguns gargalos que nos chamaram atenção. O primeiro é de que as informações sobre o projeto não estão bem localizadas, de difícil acesso. Para conseguirmos informações simples, como os pré-requisitos para entrada no projeto, foi necessária uma busca nos arquivos do site Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS. Mesmo assim, muitas informações estão desatualizadas e desconstruídas, algumas inclusive fazem parte ainda de arquivos de outras gestões, quando a secretaria ainda era denominada Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS.

Esse fato nos demandou a necessidade de solicitar algumas informações por meio do Portal da Transparência do estado, Ceará Transparente<sup>10</sup>. A julgar que a PP já tem 13 anos de existência e que seu público-alvo é especificamente os jovens, há a necessidade da criação de um site próprio, com base nas ideias do Governo Eletrônico, facilitando assim os processos de transparência e de interação com os cidadãos.

A nível de coordenação estadual, a forma de seleção não é muito clara, por exemplo, no próprio site da SPS, há um sistema para preenchimento do cadastro, contudo, embora conste no formulário todas as cidades do estado, há uma informação de início de que o cadastro é válido apenas para a capital, Fortaleza. Além disso, pede apenas para que os jovens dos outros municípios dirijam-se às coordenações municipais em cada cidade, não mencionando sequer um link que direcione para esses locais ou mesmo um endereço ou telefone para contato.

É interessante notar que fica evidente a necessidade de estar em escola pública, porém, no próprio formulário, em nenhum dos campos há a opção de se incluir o Número de Inscrição Social – NIS, o qual é a comprovação imediata de que o jovem tem inscrição no CadÚnico e que seja beneficiário do PBF, conforme podemos observar na Figura 2.

---

<sup>9</sup> Políticas Públicas.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://cearatransparente.ce.gov.br/>>

Figura 2 Cadastro de Jovem Aprendiz On-line

## CADASTRO DE JOVEM APRENDIZ

Concluir Cadastro

Todos os serviços prestados pelo Programa Primeiro Passo são GRATUITOS. Caso você receba algum contato solicitando cobrança pelo serviço. DENUCIE através dos nossos canais de atendimento.

Telefone = (85) 31011559  
e-mail = [primeiropasso@sps.ce.gov.br](mailto:primeiropasso@sps.ce.gov.br)  
e pelo chat que se encontra no início do site da SPS.

01. FAIXA ETÁRIA ENTRE 14 A 22 ANOS;  
02. RESIDIR EM FORTALEZA;  
03. ESTEJAM EM ESCOLAS PÚBLICAS CURSANDO ENSINO FUNDAMENTAL OU MÉDIO OU QUE SEJAM CONCLUDENTES.  
CONTATO: (85) 31011559.

Fonte: (SPS-CE, 2019)

Importa ressaltar, já que no escopo do projeto se coloca que o público prioritário é do CadÚnico e do PBF, para se ter a transparência e clareza das ações e uma melhor orientação aos jovens, o ideal é que, em um dos campos do formulário, haja a opção para preenchimento do NIS. No entanto, não há menção em espaço algum no cadastro on-line sobre a necessidade de ter esse número. De acordo com o contido na Figura 3:

Figura 3 Cadastro de Jovem Aprendiz on-line – documentação exigida

Confirmando a veracidade das informações cedidas e comprometo-me a levar ao Projeto Primeiro Passo os seguintes documentos quando solicitados:

- RG;
- CPF;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante de Endereço;
- Declaração Atualizada da Escola/Pública; \*

Esse é um pré cadastro. As entrevistas e encaminhamentos acontecerão de acordo com a demanda das empresas e após a confirmação da documentação necessária na sede do Projeto Primeiro Passo. Aguardem o contato!

Fonte: (SPS-CE, 2019)

Ainda sobre o processo de seleção, fica evidente que no PPP não há uma definição clara das formas de seleção e que cada município tem sua autonomia para decidir como irá fazer. É tanto que, embora a PP tenha como característica um projeto ou programa de cunho focalizado, haja vista que são os jovens oriundos do CadÚnico, PBF e escola pública o público-alvo. Não foi obtida a resposta do percentual de jovens que recebem o Bolsa Família e aqueles que estão apenas inclusos no CadÚnico.



Dessa forma, não sabemos se a omissão dos dados é voluntária ou se a coordenação não dispunha desses dados, já que a resposta foi genérica “(jovens oriundos do Cadastro Único e famílias beneficiárias do programa bolsa família) é público-alvo das ações realizadas nesta Coordenadoria” (SPS-COIS, 2021, p. 3).

Indagamos a coordenação estadual sobre quais cidades cada entidade atende pelo Programa e o quantitativo de vagas distribuído em cada cidade, a resposta obtida foi a seguinte: “a logística de distribuição de vagas ocorre de acordo a dinâmica do mercado e com as demandas espontâneas dos municípios, variando anualmente as cidades que uma mesma entidade pode atender, bem como o quantitativo de vagas por cidade” (SPS-COIS, 2021, p. 2).

É evidente que o Programa depende da pujança econômica do município o qual será destinado a oferta de vagas. Entretanto, a resposta que obtivemos ao indagarmos a coordenação estadual demonstra que a governança não é clara, assim como as definições sobre o quantitativo de vagas ofertadas para os municípios parceiros. Mais uma vez, recebemos uma resposta genérica, o que nos deixa em dúvida sobre o voluntarismo da resposta ou ausência mesmo da informação.

Dessa forma, é necessário ressaltar as dificuldades que uma política pública como o Primeiro Passo enfrenta, pois, em primeiro lugar, a quantidade de vagas ofertadas está atrelada à capacidade do mercado de trabalho formal gerar oportunidades. Isso numa economia como a brasileira, a ideia de pleno emprego é de difícil concretude. O segundo problema está na relação entre a quantidade de vagas disponíveis para inserção dos jovens e a demanda do público elegível como prioritário. Conforme a Tabela , destaca-se que, entre inscritos no CadÚnico e PBF, 856.119 estão na faixa etária de 16 a 24 anos, os quais são o público-alvo do PPP. Ao passo que, em 2019, o Ceará teve um total de 17.533 admissões de aprendizes. Considerando a demanda contida no público prioritário e o que foi gerado de oportunidades da aprendizagem em geral, essa forma de inserção laboral dos jovens representa apenas 2% da demanda existente.

Tabela 5 Contratações anuais de aprendizes geral em relação à demanda do público prioritário no Ceará – 2019/2020

<b>Ano</b>	<b>Demanda público prioritário CadÚnico/PBF</b>	<b>Total de aprendizes Admitidos Geral</b>	<b>Representação do total de aprendizes admitidos em relação à demanda do CadÚnico/PBF (%)</b>
<b>2019/2020</b>	856.119	17.533	2%

Fonte: (PDET-RAIS/CAGED, 2020) e (SPS-COIS, 2021) elaborado pelo autor.

Quando analisamos a demanda do público prioritário em relação ao quantitativo que foi inserido pelo primeiro passo na aprendizagem, os dados Tabela 6 , apontam para uma representação de apenas 0,45%. Haja vista que a demanda do público prioritário CADÚNICO/PBF, é de 856.119 jovens e que o PPP conseguiu inserir apenas 3.905 aprendizes no ano de 2019.

Tabela 6 Contratações anuais de aprendizes pelo PPP, em relação à demanda do público prioritário no Ceará-2019/2020.

<b>Ano</b>	<b>Demanda público prioritário CADÚNICO/ PBF</b>	<b>Total de admitidos pelo PPP</b>	<b>Representação do total de aprendizes admitidos pelo PPP em relação a demanda do CADÚNICO/ PBF (%)</b>
<b>2019/2020</b>	856.119	3.905	0,45%

Fonte: (PDET-RAIS/CAGED, 2020) e (SPS-COIS, 2021) elaborado pelo autor.

### 3.2.1 O Projeto Primeiro Passo no Município de Juazeiro do Norte

Com vistas a compreender o contexto em que o Primeiro Passo é implementado, assim como o público prioritário ao qual é destinado, utilizaremos os indicadores sociais do CadÚnico para o município, pois consideramos uma ferramenta adequada para tal feito:

o Cadastro Único é um registro administrativo voltado especificamente às famílias mais pobres do país, cuja renda, dadas as características do público, tende a ser muito volátil, principalmente em virtude de sua inserção usualmente sazonal, instável ou informal no mundo do trabalho. [...] o Cadastro aponta o que se pode chamar de “pobreza longitudinal”, ou seja, o contingente daqueles que estão ou estarão na pobreza em um determinado intervalo de tempo (CAMPELLO, FALCÃO e DA COSTA, 2014, p. 90).

Isto posto, analisando os indicadores de pobreza, no CadÚnico, no município de Juazeiro do Norte, em 2020, estavam cadastrados um total de 154.612 pessoas, esse quantitativo representa 56% da população em geral. Sendo que, desse total, os cadastrados são divididos entre extrema pobreza, pobreza, e baixa renda. Conforme os dados esboçados na Tabela :

Tabela 7 Total de pessoas cadastradas no CadÚnico com renda per capita mensal e representação em relação ao total de inscritos no CadÚnico e representação em relação ao total da população de Juazeiro do Norte – 2020

<b>Condição</b>	<b>Renda mensal familiar per capita</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual em relação ao total de cadastrados no CadÚnico</b>	<b>Percentual em relação ao Total da população em geral</b>
<b>Extrema Pobreza</b>	de R\$ 0,00 até R\$ 89,00.	47.287	31%	17%
<b>Pobreza</b>	de R\$ 89,01 até R\$ 178,00.	32.086	21%	12%
<b>Baixa Renda</b>	de R\$ 178,01 até 1/2 Sal. Mín.	55.803	36%	20%
<b>Baixa Renda</b>	acima de 1/2 Sal. Mín.	19.436	13%	7%
<b>Percentual do total de cadastrados no CadÚnico em relação ao total da população em geral – 56%</b>				
<b>Total da população em geral – 276.264</b>				
<b>Total de cadastrados no CadÚnico – 154.612</b>				

Fonte: Cecad (2020) e IBGE (2020) elaborado pelo autor.

É pertinente ressaltarmos que, em relação ao total de inscritos no CadÚnico, nós temos um percentual alto de pessoas em estado de Extrema Pobreza (31%) e em estado de pobreza (21%). E somados temos um total de 52% das pessoas inscritas, é bom lembrar que esses dois públicos são os que recebem o valor do Bolsa Família. As outras categorias participam apenas de outros programas sociais, mas que não o de transferência de renda.

Portanto, levando em consideração a população estimada do município para 2020, que era de 276.264 pessoas (IBGE,2020) e os dados do CadÚnico, podemos inferir que, em 2020, 56% da população é de baixa renda e que 28,73% da população juazeirense se encontrava em estado de extrema pobreza e pobreza, ou seja, 79.373 pessoas.

A partir das informações da Tabela , podemos evidenciar que, em relação às faixas etárias que são público-alvo do Projeto Primeiro Passo (16 a 24 anos) e considerando todas as faixas de renda, temos, portanto, 25.762 jovens elegíveis a adentrarem no PPP. O que representa 9,0% da população juazeirense.

Tabela 8 Inscritos no CadÚnico e PBF, 16 a 24 anos, por faixa da renda familiar per capita – Juazeiro do Norte/CE

Faixa da renda familiar per capita	Faixa Etária		Total
	16 a 17 anos	18 a 24	
<b>Extrema Pobreza</b>	2.149	6.706	8.855
<b>Pobreza</b>	1.550	4.701	6.251
<b>Baixa Renda</b>	1.795	7.676	9.471
<b>Acima de 1/2 S.M.</b>	123	1.062	1.185
<b>Total</b>	5.617	20.145	25.762

Fonte: (CECAD, 2020) adaptada pelo autor

Contextualizado o cenário socioeconômico do município de Juazeiro do Norte, em relação ao público prioritário do PPP. O projeto é executado via prefeitura municipal em parceria com o Governo do Estado do Ceará e uma Organização da Sociedade Civil – OSC. Dessa forma, compete ao município exercer o controle administrativo do projeto a nível local, tendo como responsabilidade instituir uma coordenação na cidade remunerada pela gestão municipal. Sendo assim, no município, o projeto está no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho – Sedest e é executado por meio da Diretoria de Trabalho e Renda – DTR, sob a coordenação intitulada de Coordenação de Juventude Produtiva.

Para um melhor entendimento das responsabilidades inerentes a cada ator na execução do projeto, elaboramos uma matriz de responsabilidades, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 Matriz de responsabilidades da execução do PPP, no município de Juazeiro do Norte – 2019-2020

Instituição	Responsabilidade
<b>Governo do Estado do Ceará</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos humanos – SPS</li> <li>Coordenadoria de Inclusão Social (Cois)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar o chamamento público e a contratação das entidades qualificadoras da aprendizagem e pagamento a essas entidades.</li> <li>Firmar convênio com as empresas que receberão o jovem aprendiz do projeto.</li> <li>Acompanhamento dos jovens nas suas atividades teóricas no curso e práticas na empresa.</li> </ul>
<b>Prefeitura municipal de Juazeiro do Norte</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho – Sedest</li> <li>Diretoria de Trabalho e Renda – DTR</li> <li>Coordenação Juventude Produtiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seleção dos jovens</li> <li>Disponibilidade de salas de aula, laboratório de informática, guarda e distribuição dos lanches, material didático e fardamento.</li> <li>A captação de empresas para firmar convênio com o PPP a nível estadual para o recebimento dos jovens.</li> <li>Acompanhamento dos jovens nas suas atividades teóricas no curso e práticas na empresa.</li> </ul>
<b>Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional – Idesq</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seleção de instrutores.</li> <li>Execução do curso de aprendizagem com os jovens.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecimento de lanche, fardamento e material didático.</li> </ul>
<b>Empresas parceiras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar o convênio com o Governo do Estado.</li> <li>• Inserir o aprendiz na atividade prática de acordo com a cota obrigatória.</li> </ul>

Fonte: PMJN/DTR (2020) elaborado pelo autor.

É de responsabilidade da gestão municipal a mobilização e a seleção dos jovens, assim como a disponibilidade de salas de aula, laboratório de informática, guarda e distribuição dos lanches, material didático e fardamento; incluindo a captação de empresas interessadas em firmar o convênio com o estado para o recebimento dos jovens, dessa forma, o termo é encaminhado para a gestão estadual e assim, efetivado. Ainda é de responsabilidade da coordenação municipal o acompanhamento dos jovens nas suas atividades práticas na empresa. É necessário ratificar que a fiscalização do trabalho é de responsabilidade da gerência regional do trabalho, por meio dos auditores fiscais do trabalho.

Ao Governo do Estado cabe realizar o chamamento público, a contratação das entidades qualificadoras da aprendizagem, afirmação do convênio com as empresas que receberão o jovem aprendiz do projeto, assim como toda a execução orçamentária do projeto, ficando sob sua guarda os repasses financeiros à entidade; ademais é de sua competência o fornecimento do lanche, fardamento e material didático. Compete à entidade qualificadora da aprendizagem, realizar a seleção de instrutores e execução do curso de aprendizagem com os jovens, ao passo que é de sua responsabilidade a emissão dos certificados de conclusão do curso de formação.

### 3.2.1.1 Processo de seleção e alocação dos aprendizes

A Coordenação de Juventude Produtiva tem atribuições que vão além da execução somente do PPP. De acordo com a coordenação municipal, ela tem um Banco de oportunidades pelos quais os jovens de 14 a 29 anos realizam seus cadastros e aguardam para serem encaminhados para uma oportunidade. Conforme nos aludiram, esse cadastro tem mais de 2.000 jovens, e anualmente cerca de 600 jovens são encaminhados para entidades de qualificação ou intermediação de mão de obra, como o Sine/IDT, CIEE, Senac e Senai ou ainda para cursos de qualificação e capacitação profissional. No entanto, o carro-chefe deles é o PPP. Na totalidade das inscrições do seu banco de oportunidades, os jovens nutrem a entrada no mercado de trabalho pelo projeto. Na sua grande maioria, nem se interessam pelas outras ações. Isso acaba sendo secundário.

O processo de inscrição para o programa se dá de três formas. A primeira é uma inscrição espontânea que pode ser realizada de forma presencial na própria sede da Sedest – popularmente chamada de CSU, antigo Centro Social Urbano, e na sala da DTR, mas que na cidade já é conhecida como sala do Primeiro Passo. A segunda forma é por meio da inscrição no site da prefeitura. A terceira forma de inscrição é por meio das fichas disponíveis nos Centros de Referência da Assistência Social – Cras. Para inscrição é necessário que o jovem tenha todos os documentos em dia, inclusive Carteira de Trabalho, assim como é necessário levar a folha resumo do Bolsa Família, a qual comprova a inscrição no CadÚnico e se o jovem é beneficiário do PBF.

Destacamos que, no final de 2019, iniciaram as inscrições por meio de um cadastro eletrônico, o qual fica disponibilizado um link de acesso no site da prefeitura municipal. É um cadastro amplo que dá acesso a vários serviços, os quais fazem parte do Programa Municipal de Inclusão Produtiva, conforme a Figura 4.

Figura 4 Tela inicial para o Cadastro no Programa Municipal de Inclusão Produtiva – Juazeiro do Norte



Fonte: prefeitura de Juazeiro do Norte (2020)<sup>11</sup>

Quando inserido o CPF, o navegante será direcionado à página do cadastro para escolha do projeto que tem interesse em inscrever-se. No caso do PPP, são necessários os dados do CadÚnico e, principalmente, o Número de Inscrição Social – NIS, sem o qual, o cadastro não é completado, de acordo com a Figura 5.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://programadeacesso.kbsistemas.com.br/>>

Figura 5 Tela inicial para cadastro no PPP em Juazeiro do Norte – 2020

Fonte: prefeitura (2020)<sup>12</sup>

Depois de inscritos, os jovens ficam no banco de oportunidades e, durante o ano, são convidados a participar das oficinas de preparação para o mundo do trabalho. Essas oficinas são realizadas como uma forma de orientação profissional dos jovens e com o objetivo de encaminhá-los para entidades de qualificação, estágios e aprendizagem profissional.

Na turma de 2019-2020, a quantidade de vagas disponibilizadas para o projeto foi de apenas 72, desse total, cinco jovens posteriormente pediram desligamento, concluindo com 67. Contudo, o número de vagas ofertado pelo PPP é ínfimo se considerarmos que o município de Juazeiro do Norte, dado a sua condição econômica, figura no estado como um dos municípios que mais contratam jovens por meio da aprendizagem.

Dessa forma, o município consegue ocupar a cota mínima exigida que é de 5% de aprendizes nas empresas. Um dos motivos de se atingir essa meta mínima exigida deve-se em grande medida pela presença de muitas entidades qualificadoras da aprendizagem no município. De acordo com informações da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho, por meio da Diretoria de Trabalho e Renda – DTR/Sedest<sup>13</sup>, atuam no município as seguintes entidades: Senac, Senai, CIEE, Sest/Senat, Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Qualificação Profissional – Idesq, Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento – Isbet.

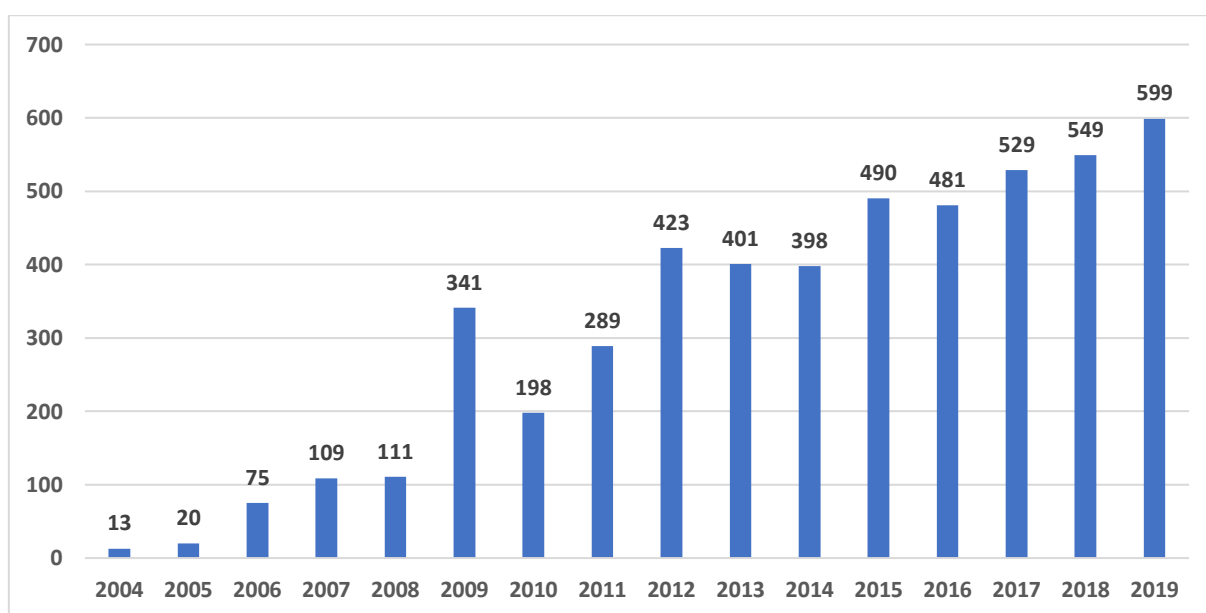
<sup>12</sup> Disponível em: <<http://programadeacesso.kbsistemas.com.br/form-juazeiro.php>>

<sup>13</sup> Quando nos referirmos a esses dois órgãos da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, utilizaremos as suas formas abreviadas, a saber: DTR/Sedest.

Sendo assim, dificilmente as empresas que necessitam cumprir com a obrigatoriedade da contratação de aprendizes não irão conseguir uma empresa para realizar o processo de qualificação do jovem. Aliado a isso, de acordo com a DTR/Sedest, há uma presença da fiscalização da Gerência Regional do Trabalho para o cumprimento da cota de aprendizagem por parte das empresas, as quais são obrigadas por lei.

Portanto, acompanhando a dinâmica da contratação de aprendizes no Brasil, percebe-se que Juazeiro do Norte, de 2004 a 2019, também vem numa crescente no quantitativo de contratações de aprendizes, como vemos no Gráfico 8:

Gráfico 8 Aprendizes contratados por ano em Juazeiro do Norte, 2004 a 2019



Fonte: (PDET-RAIS/CAGED, 2020) elaborado pelo autor.

Dessa forma, podemos observar que, no acumulado da série histórica de 2004 a 2019, a cidade já inseriu 5.026 jovens aprendizes, cumprindo a cota mínima exigida. No entanto, conforme informações da DTR, se houvesse o estímulo para que as empresas cumprissem a cota máxima, que é de até 15%, teria um salto na oferta de vagas para cerca de 1.500 vagas anuais. O que seria de muita importância para a inclusão de mais jovens no mercado de trabalho formal.

Quando indagamos a coordenação municipal sobre a quantidade de vagas serem poucas do PPP (apenas 72 vagas anuais), recebemos a informação de que, em anos anteriores (até 2015), a quantidade de vagas era muito maior e que chegava até cerca de 120, no entanto, a coordenação estadual acabou reduzindo essas vagas, pois a gestão municipal anterior não deu a devida atenção ao projeto.



Corroborando com a fala da gestão municipal, podemos perceber na

Tabela que de fato houve uma redução na disponibilidade de vagas do PPP para o município, passando de 120 vagas anuais em 2013, 2014 e 2015 para o decréscimo de 80 em 2016 e 72 vagas no ano de 2019-2020. Fica evidente que há uma redução no quantitativo de vagas ofertadas pelo PPP, caindo praticamente pela metade quando comparado aos anos de 2013 até 2019-2020, ao passo que podemos perceber que as contratações de aprendizes no geral, no município, acompanharam a dinâmica nacional e tiveram um aumento, saltando de 401 admissões em 2013 para 599 em 2019.

Tabela 9 Contratações anuais de aprendizes e vagas ofertadas pelo PPP no município de Juazeiro do Norte/CE – 2013-2020

<b>Ano</b>	<b>Contração de Aprendizes Geral</b>	<b>Primeiro Passo – JN</b>	<b>Representação do Primeiro Passo em relação à contração geral (%)</b>
<b>2013</b>	401	120	30%
<b>2014</b>	398	120	30%
<b>2015</b>	490	120	24%
<b>2016</b>	481	80	17%
<b>2017</b>	529	70	14%
<b>2018</b>	549	85	16%
<b>2019/2020</b>	599	72	12 %

Fonte: (PDET-RAIS/CAGED, 2020) (PMJN/DTR, 2020) elaborado pelo autor.

Levando em consideração o gráfico acima, podemos perceber que o PPP representava 30% das contratações de aprendizes no município até 2014, posteriormente, em 2019/2020 caiu para 12% do total de vagas inseridas na aprendizagem no município. Mesmo parecendo ser um número pequeno, há de ressaltar que, diferentemente de outras ações voltadas para inserção de aprendizes, o projeto é o único que tem como foco o jovem de baixa renda, já as outras instituições não levam em consideração esse perfil socioeconômico.

De acordo com a Tabela , destacamos que, no ano de 2019, a cidade de Juazeiro conseguiu inserir, no geral, um total de 599 jovens aprendizes, considerando que entre essas inserções há jovens tanto do Projeto Primeiro Passo quanto de outros programas, os quais, como já é sabido, não levam em consideração a renda dos jovens nem a vulnerabilidade social.

Dessa forma, se levado em consideração apenas o quantitativo de jovens do CadÚnico, mesmo assim, essa forma de inserção laboral da juventude no mercado de trabalho formal

acomodaria somente 2% da demanda aqui exposta, sem considerarmos o conjunto da população que tem a mesma faixa etária.

Tabela 10 Contratações anuais de aprendizes geral em relação à demanda do público prioritário em Juazeiro do Norte – 2019-2020

<b>Ano</b>	<b>Demanda público prioritário CadÚnico/PBF</b>	<b>Total de aprendizes admitidos Geral</b>	<b>Representação do total de aprendizes admitidos em relação à demanda do CadÚnico/PBF (%)</b>
<b>2019/2020</b>	25.762	599	2%

Fonte: (PDET-RAIS/CAGED, 2020) (PMJN/DTR, 2020) elaborado pelo autor.

Na Tabela , analisamos a demanda do público prioritário em relação ao quantitativo de jovens aprendizes inseridos pelo Primeiro Passo no ano de 2019. Logo, os 72 jovens admitidos via PPP representam apenas 0,27% da demanda do CadÚnico, que é de 25.762 jovens elegíveis a ingressarem no programa.

Tabela 11 Contratações anuais de aprendizes pelo PPP, em relação à demanda do público prioritário em Juazeiro do Norte – 2019-2020

<b>Ano</b>	<b>Demanda público prioritário CadÚnico/PBF</b>	<b>Total de admitidos pelo PPP</b>	<b>Representação do total de aprendizes admitidos pelo PPP em relação à demanda do CadÚnico/PBF (%)</b>
<b>2019/2020</b>	25.762	72	0,27%

Fonte: (PDET-RAIS/CAGED, 2020) (PMJN/DTR, 2020) elaborado pelo autor.

Como apontado aqui nesses dados (Tabela e Tabela ), observamos problemas semelhantes a nível estadual, como demonstrado (Tabela e Tabela 6 ), entre esses problemas estão: o quantitativo de vagas ofertadas para aprendizagem, que depende da capacidade do mercado de trabalho formal gerar oportunidades; e o outro é a gigantesca demanda do público prioritário diante da irrisória quantidade de vagas disponíveis para inserção dos jovens.

A partir dessa constatação da insuficiência de vagas para atender o público prioritário, buscamos em diálogo com a coordenação municipal saber o motivo das reduções das vagas do PPP para o município. De acordo com a DTR/Sedest, o que lhes foi passado em reunião com a coordenação estadual foi que a gestão municipal anterior foi negligente em relação ao projeto. Entre os motivos que levaram a coordenação estadual reduzir o quantitativo de vagas para o município estavam a questão da falta de acompanhamento dos jovens nas empresas; o

desinteresse em firmar os convênios com as empresas (captação de vagas) que precisavam cumprir a cota da aprendizagem no município; e, o mais grave, havia um alto índice de evasão e desistência, segundo eles, chegando a ter, nos anos de 2015-2016, uma taxa de 27% de evasão. Esse último aspecto foi o que mais pesou para a redução das vagas.

Averiguamos junto à coordenação municipal sobre o motivo de alto índice de evasão, já que o projeto é bastante disputado pelos jovens da cidade e que a quantidade de vagas é incipiente em relação à demanda. Isso se dava por uma falha na seleção, pois, na gestão anterior, os jovens que ingressavam não precisavam comprovar a renda por meio da declaração do CadÚnico e Bolsa Família. Fomos informados que muitos desses jovens eram de famílias que não cumpriam os requisitos de baixa renda e acabavam desistindo da aprendizagem, pois tinham outras oportunidades. É tanto que, segundo a DTR/Sedest, em sua maioria, os jovens desistiam da aprendizagem por não terem interesse em realizar atividades inerentes ao setor da indústria, como no setor de comércio e serviços, desse modo, a evasão se dava justamente no primeiro mês de atividade prática na empresa.

Para a coordenação local, esses problemas ensejaram uma mudança de postura ao selecionar os jovens que ingressariam a partir de 2017 (primeiro ano da gestão recém-eleita). O objetivo, inclusive, era buscar o aumento das vagas junto à coordenação estadual, como eram nos anos anteriores, pois naquele momento alguns municípios circunvizinhos, com uma pujança econômica muito menor, recebiam mais vagas do que Juazeiro, mesmo não tendo a capacidade de preenchê-las.

Sendo assim, colocaram como critérios para o processo de seleção a necessidade da folha resumo do CadÚnico/PBF para se fazer o cadastro e a participação dos jovens nas oficinas de preparação para o mundo do trabalho, que eram realizadas nos Cras. Quando perguntado à coordenação o motivo de se fazer a seleção por esses critérios, foi-nos informado que, devido ao próprio projeto ter um objetivo de inclusão no mercado de trabalho de jovens de baixa renda, não fazia sentido realizar um processo seletivo com prova, por exemplo, para a quantidade de vagas que são ofertadas. E que a melhor forma é justamente utilizar os Cras, já que esses equipamentos públicos estão justamente em áreas de vulnerabilidade social e que seu público beneficiário é justamente o público-alvo do PPP.

Dessa forma, na gestão atual, foi exigido como requisito mínimo a inscrição do jovem no CadÚnico. Com isso, nas turmas de 2017 em diante, reduziu-se o número de evasão por desinteresse ou porque o jovem não se via naquele espaço de aprendizagem, ou seja, que não tinha o perfil socioeconômico. É tanto que nessa turma de 2019-2020, apenas 5 jovens foram desligados e todos por motivo de terem conseguido uma colocação no mercado de trabalho

formal, o que lhes garantem a oportunidade de receber o salário-mínimo como trabalhador comum.

Dentre estes, 3 deles foram efetivados pela mesma empresa a qual já atuavam como aprendizes. Ainda de acordo com a DTR/Sedest, desde 2017, a média anual de efetivações tem sido em torno de 20% dos aprendizes, e para a turma de 2019-2020, dos 67 jovens que continuaram na aprendizagem, 21 foram efetivados nas empresas, o que representa 31% dos aprendizes, ou seja, acima da média dos últimos anos.

Baseados nessas informações, consideramos que essas medidas surtiram algum efeito, ao menos em relação a incluir o público prioritário, como consta no escopo do projeto. Pois, por meio do diagnóstico socioeconômico realizado com os 67 jovens participantes do PPP – turma 2019-2020 – entre os jovens, 49% afirmam que já receberam o Bolsa Família, 32% ainda recebem e 19% apenas são cadastrados no CadÚnico (PMJN/DTR, 2020, p. 11). Ou seja, todos os aprendizes estavam cadastrados no CadÚnico. No que tange à questão de gênero, 44% dos aprendizes são do sexo masculino e 56%, feminino. Em relação à raça ou etnia, 67% dos jovens declaram ser pardos; 19%, pretos; 13%, brancos; 1% amarelo; e 1% indígena.

Em relação às oficinas de preparação para o mundo do trabalho, elas são realizadas prioritariamente nos 10 Cras do município. Com isso, objetiva estar mais próximo dos jovens de baixa renda, que são o público-alvo do projeto. Algumas são realizadas na sede da Sedest ou em entidades parceiras como o Senac. São divididas em quatro encontros de 4 horas cada uma e conduzidas por uma psicóloga, uma assistente social e o apoio de estagiários do curso de psicologia de uma universidade privada da cidade. Tanto a psicóloga como a assistente social pertencem ao quadro de funcionários da DTR/Sedest.

Depois que passam pelas oficinas, os participantes ficam no banco de oportunidades, os quais aguardam numa fila preferencial para serem encaminhados à seleção do PPP ou para outras que surgirem. Dessa forma, dos 72 jovens selecionados, apenas 2 não participaram das oficinas, pois já vieram direto da empresa contratante (PMJN/DTR, 2020).

No tocante aos bairros de moradia dos Jovens Aprendizes, o Quadro 3 mostra-nos que os jovens selecionados residem em mais de 20 bairros da cidade. Já em relação ao tipo de moradia dos jovens, 60% afirmam que moram em casa própria, 35%, em imóvel alugado, 4%, em casa cedida e somente 1%, em casa financiada (PMJN/DTR, 2020).

Contudo, chamou-nos a atenção a quantidade de jovens que residem no bairro Frei Damião. Em diálogo com a coordenação municipal, foi-nos respondido que esse número de jovens se dá por alguns motivos. O primeiro é a dimensão populacional do bairro com 14.677 habitantes; o segundo é a presença de empresas parceiras no mesmo território; a terceira e

última é que o bairro apresentava desde 2015 um número alto de homicídios de adolescentes e que em 2018 houve um olhar mais direcionado para a juventude desse bairro.

Isso tem a ver com os resultados da pesquisa do projeto Cada Vida Importa, o qual demonstra que a cidade ocupa a quarta posição no ranking estadual das 10 cidades com o maior número de homicídios de adolescentes (ver **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, p. **Erro! Indicador não definido.**). Em meio às altas taxas de assassinatos de adolescente no município de Juazeiro do Norte, a maioria dos vitimados eram justamente do Frei Damião. Posteriormente fora criado pelo Governo do Estado o chamado Pacto por um Ceará Pacífico, que tem como objetivos ações articuladas do Governo Estadual com as gestões municipais nas áreas de segurança pública e o fortalecimento de ações sociais em territórios com alto índice de violência e vulnerabilidade sociais.

Quadro 3 Bairros de moradia dos Jovens Aprendizes do PPP de Juazeiro do Norte – 2020

Bairro	Quantidade de Aprendizes	Percentual em relação ao total de vagas ofertadas (%)
1. Aeroporto	4	6%
2. Antônio Vieira	1	1%
3. Brejo Seco	1	1%
4. Centro	1	1%
5. Franciscanos	3	4%
6. Frei Damião	14	20%
7. Jardim Gonzaga	4	6%
8. João Cabral	2	3%
9. José Geraldo da Cruz	1	1%
10. Leandro Bezerra de Menezes	1	1%
11. Limoeiro	2	3%
12. Pedrinhas	1	1%
13. Pio XII	10	10%
14. Pirajá	4	6%
15. Romeirão	1	1%
16. Salesianos	3	4%
17. Santa Teresa	2	3%
18. São José	2	3%

19. São Miguel	2	3%
20. Timbaúba	2	3%
21. Tiradentes	2	3%
22. Zona Rural	1	1%
23. Outros	6	9%

Fonte: PMJN/DTR (2020) elaborado pelo autor.

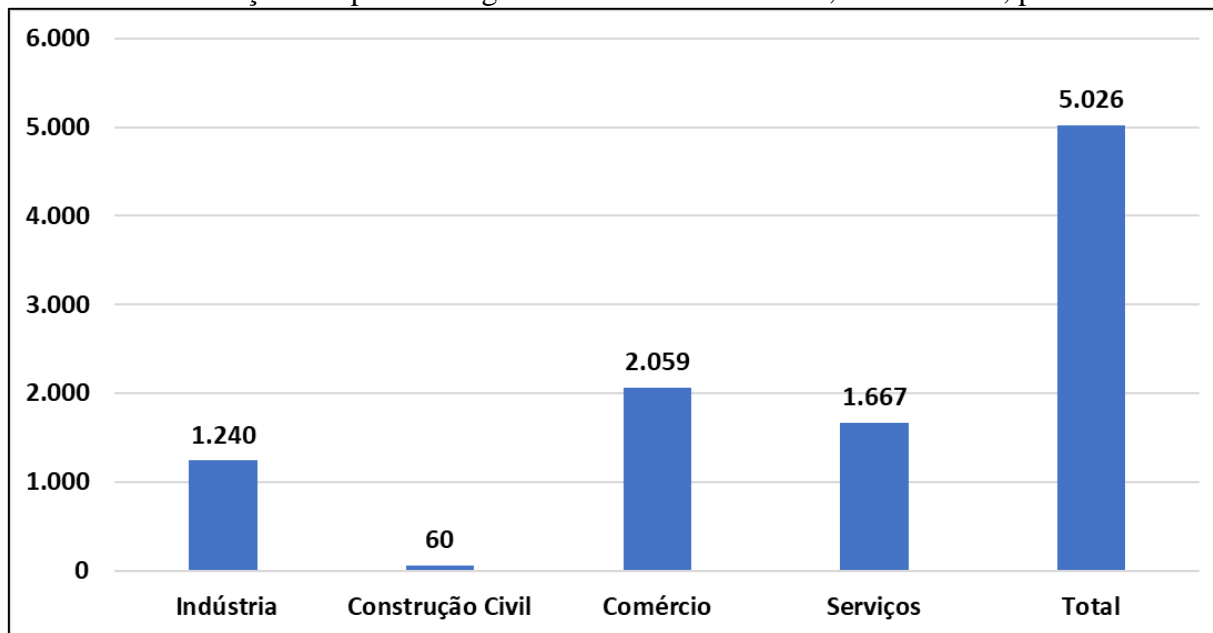
Destacamos o seguinte fato, perguntamos à direção local sobre como era realizado o controle por parte da coordenação estadual acerca da obrigatoriedade de inclusão de apenas jovens do público prioritário. Segundo nos foi repassado, não havia um controle ou obrigação de comprovar se o jovem era ou não inscrito no CadÚnico, apenas as documentações referentes à contratação, e que depois que o jovem é selecionado pela empresa e firmado o contrato de aprendizagem, apenas esse documento é enviado para o estado, assim como uma lista dos aprendizes.

Portanto fica posto que a gestão municipal realmente tem toda autonomia no processo de escolha dos jovens. Nesse momento, faz sentido o porquê de a coordenação estadual ter nos omitido os dados referentes ao percentual de jovens do CadÚnico e PBF, conforme solicitamos via portal da transparência do estado, pois, possivelmente, não dispusessem dessas informações.

### 3.2.1.2 Demanda de aprendizagem no município de Juazeiro do Norte

Analisando o Gráfico 9 abaixo, constatamos que, entre 2004 e 2019, os setores da economia norte-juazeirense apresentaram os seguintes resultados em relação à contratação de aprendizes:

Gráfico 9 Contratação de aprendizes geral em Juazeiro do Norte, 2004 a 2019, por setor



Fonte: (PDET-RAIS/CAGED, 2020) elaborado pelo autor.

Como podemos observar, no acumulado da série histórica por setor econômico, a contratação de aprendizes segue a dinâmica do trabalho formal da cidade, a qual é fortemente marcada pelo setor terciário, dessa forma, notamos com maior força, em número de contratações, o setor do comércio com 2.059 contratações; em segundo lugar, o setor de serviços, com 1.660 contratações; em penúltimo, o setor industrial, com 1.240 aprendizes; e, por último, o setor da construção civil, com apenas 60 inserções de jovens aprendizes.

Já em relação às turmas do PPP de 2019-2020, os cursos de formação são dois: Assistente Administrativo e Assistente de Linha de Produção. Com carga horária: 1.280 horas/atividades – sendo: 880 horas de atividade prática e 400 horas teóricas. Dessa forma, os jovens estão distribuídos nos seguintes setores: 71% estão no curso de Assistente Administrativo, atuando no comércio e serviços, enquanto 29% estão no curso de Assistente de Linha de Produção, atuando no setor da indústria.

Um fator importante constatado é a remuneração média salarial dos aprendizes em geral. Conforme a Tabela 12, é possível analisar o quantitativo de aprendizes por setor e por Faixa de Remuneração Média (SM).

Tabela 12 Faixa de Remuneração Média (SM) – aprendizes e a proporção por setor – Juazeiro do Norte 2004-2019

	Faixa de Remuneração Média (SM)						Total
	Até 0,50	Proporção %	0,51 a 1,00	Proporção %	1,01 a 1,50	Proporção %	
<b>1 Indústria</b>	299	24%	920	75%	10	< 1%	1.229
<b>2 Construção Civil</b>	21	35%	39	65%	0	-	60
<b>3 - Comércio</b>	635	32%	1.168	59%	185	9%	1.988
<b>4 - Serviços</b>	312	19%	1.248	76%	84	6%	1.643

Fonte: (PDET-RAIS/CAGED, 2020) elaborado pelo autor.

A Lei da Aprendizagem estipula como parâmetro a hora trabalhada proporcional ao salário-mínimo, portanto o aprendiz, em sua atividade prática diária, cumprirá na empresa a carga horária mínima de 4 horas e de máxima de 6 horas. Dessa forma, o valor mínimo a receber pela aprendizagem não pode ser menos do que meio salário-mínimo – SM (0,50), ao passo que não é estipulado um teto, podendo o aprendiz ser remunerado com valores maiores do que 0,50 SM, como podemos observar na tabela.

Analisando a proporção da quantidade de aprendizes em relação ao SM pago nos três maiores setores, indústria, comércio e serviços, temos o seguinte: o setor de serviços apresenta a maior quantidade de aprendizes recebendo de meio a um salário-mínimo (0,51 a 1,00), o que representa 76% do total de jovens contratados. Já o setor industrial figura entre o segundo melhor pagador nessa faixa salarial, com 75% dos aprendizes recebendo esse valor (0,51 a 1,00). Enquanto o setor do comércio figura em terceiro, com 59% dos aprendizes percebendo esse valor.

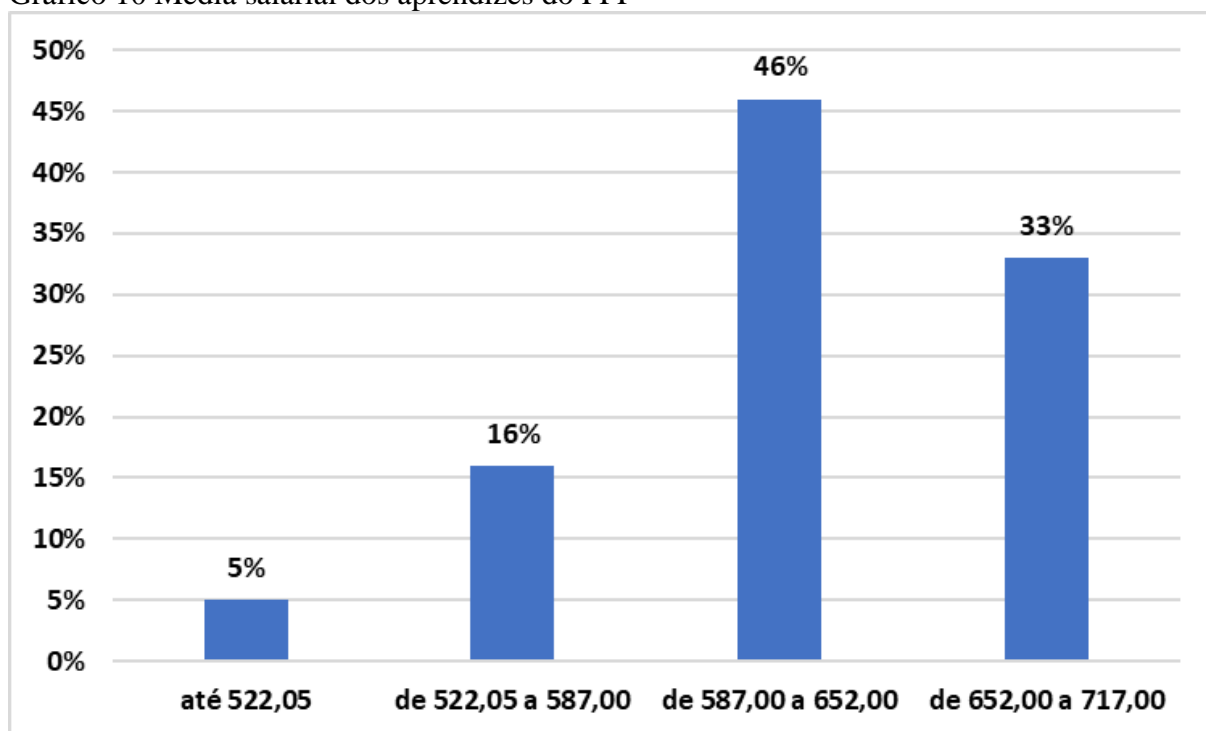
Há uma questão importante de se ressaltar que, na faixa salarial média (1,01 a 1,50), o comércio apresenta 9% dos aprendizes recebendo esses valores, enquanto o setor de serviços conta com 6% dos seus jovens contratados recebendo essa remuneração. Já os aprendizes do setor industrial, para essa mesma faixa salarial, representam pouco menos de 1% do total de aprendizes contratados para o setor. Portanto, com base na tabela acima, de 2004 a 2019, é possível constatar que o setor de serviços é o setor que melhor tem remunerado os aprendizes, seguido do setor industrial. Com base nos resultados das remunerações e do quantitativo de admissões, evidencia-se uma forte característica de terciarização da economia juazeirense.

No entanto, a partir da análise do Gráfico 10, fruto da pesquisa da DTR/Sedest, percebemos que 5% dos jovens recebem apenas o equivalente a meio salário-mínimo e que os outros 95% recebem um pouco mais do que o meio salário-mínimo.



Ainda assim, esses valores ficam distantes do salário-mínimo pago em 2020 – que é de 1.045,00 reais – chegando no máximo em 717,00 reais por mês.

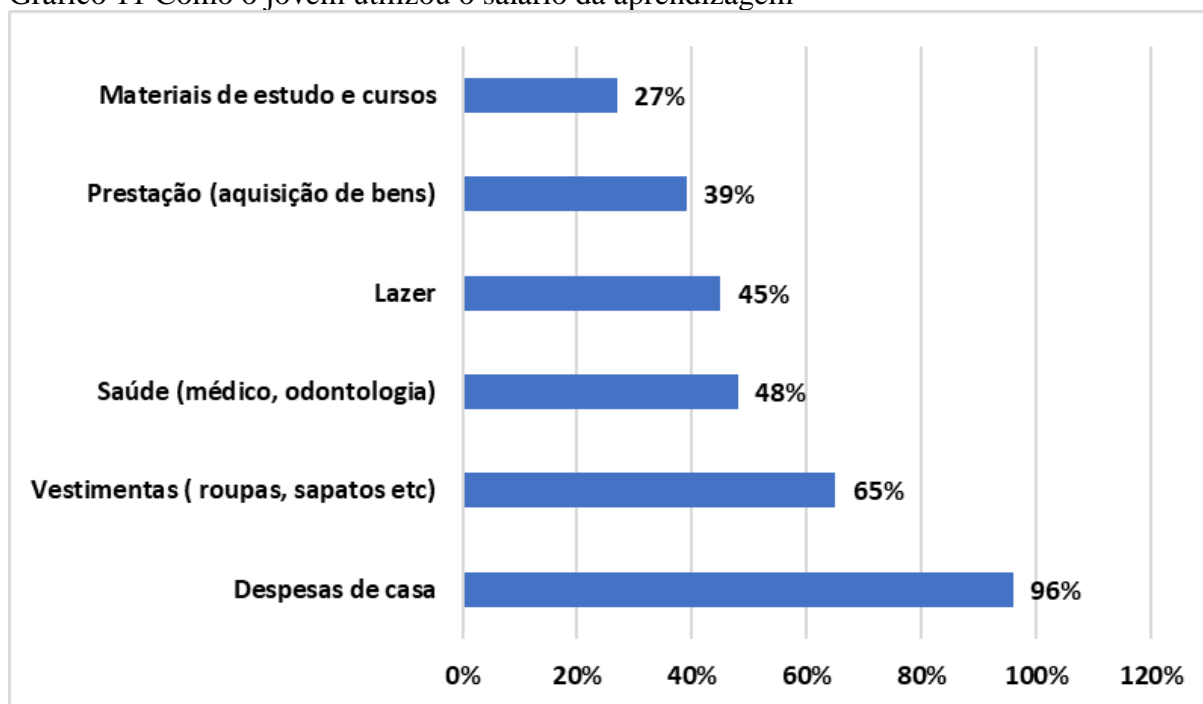
Gráfico 10 Média salarial dos aprendizes do PPP



Fonte: (PMJN/DTR, 2020) elaborado pelo autor

Destacamos a remuneração dos aprendizes, visto que representa uma importante conquista para esses jovens, os quais, como constatamos aqui, são provenientes de famílias de baixa renda. É tanto que, para 91% dos jovens, o salário da aprendizagem é muito importante no orçamento das suas famílias (PMJN/DTR, 2020). Os dados do Gráfico 11, trata sobre como o jovem utilizou o salário da aprendizagem:

Gráfico 11 Como o jovem utilizou o salário da aprendizagem



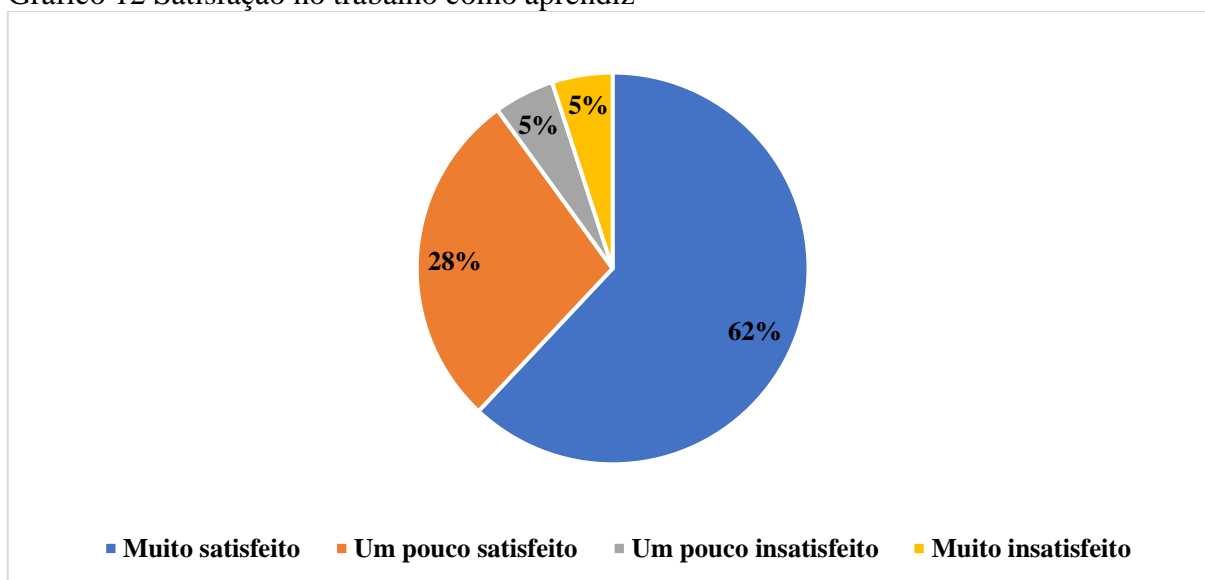
Fonte: PMJN/DRT (2020) elaborado pelo autor.

Como esboçado no gráfico, observamos que os gastos com despesas de casa sobressaem em relação aos outros gastos, chegando a 96% das afirmativas. Esse dado denota justamente a importância que o salário da aprendizagem tem para o orçamento familiar, pois que tem sido majoritariamente utilizado na sobrevivência e manutenção da vida. Enquanto isso, os quesitos de lazer e estudo ocupam posições secundárias na hierarquia de prioridade no uso do salário da aprendizagem. É tanto que, em relação às capacitações ou cursos livres, 71% dos jovens afirmaram que se dedicaram apenas à aprendizagem, enquanto 18% estão cursando o ensino superior, 6% realizaram cursos livres de capacitação profissional e 5% estão cursando um curso técnico profissionalizante (PMJN/DTR, 2020).

Todos os jovens ingressaram logo que concluíram o Ensino Médio. Nessa perspectiva, alguns durante o curso e a aprendizagem foram ingressando em cursos superiores, técnicos e cursos livres. Dessa forma, em relação às expectativas sobre qual o nível educativo mais alto na profissionalização que os jovens desejam alcançar, responderam da seguinte forma: 51% Pós-Graduação (especialização, mestrado, doutorado); 46% Ensino Superior (graduação); 3% Ensino Técnico/Profissionalizante. Portanto revela-nos que, entre os jovens, há um grande número que deseja continuar adquirindo mais conhecimento e mais anos de estudo.

No que tange às expectativas profissionais, 39% afirmam desejar montar o próprio negócio, enquanto 36% gostariam de um emprego no setor público. E 25% afirmam querer trabalhar em uma empresa privada (PMJN/DTR, 2020). No Gráfico 12, expomos as informações sobre como os jovens sentiam-se em relação ao trabalho que estavam realizando como aprendizes, bem como, em relação a empresa que atuavam.

Gráfico 12 Satisfação no trabalho como aprendiz

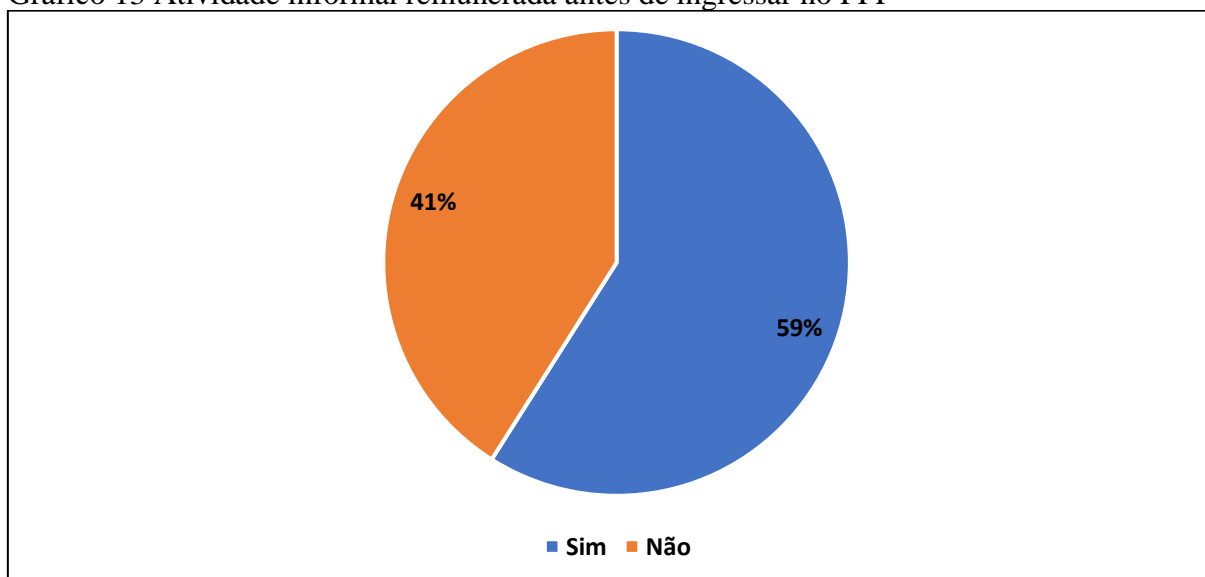


Fonte: PMJN/DTR (2020) elaborado pelo autor.

Sobre as expectativas de ser efetivado na empresa que trabalha, 78% dos aprendizes afirmaram que tem sim expectativa, 13% declaram que não acreditam que sejam efetivados, enquanto 9% confirmam não terem interesse. Como podemos notar, o número de jovens que nutre a expectativa de ser efetivado na empresa a qual atua é considerável.

Entre as informações repassadas pela coordenação municipal, um dado nos chamou bastante atenção, presente no diagnóstico socioeconômico. Conforme apontado no Gráfico 13, é possível perceber que entre os jovens há um elevado percentual que afirmam terem exercido alguma atividade informal remunerada antes de ingressarem na aprendizagem. Logo, 59% afirmaram ter exercido. Ao passo que 41% não realizaram alguma atividade informal remunerada antes do ingresso no PPP.

Gráfico 13 Atividade informal remunerada antes de ingressar no PPP



Fonte: PMJN/DTR (2020) elaborado pelo autor.

Destacamos que essas informações obtidas por meio do Diagnóstico Socioeconômico do PPP – turmas 2019-2020, o qual foi realizado pela Diretoria de Trabalho e Renda – DTR da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho – Sedest, com os 67 jovens, nos ajudou como ponto de partida para o momento das entrevistas com os aprendizes selecionados para a pesquisa qualitativa, ao passo que algumas lacunas deixadas pela pesquisa quantitativa nos serviram como indagações no diálogo com os jovens.

Ao analisarmos a execução do projeto, observamos que alguns problemas encontrados a nível estadual se repetem na execução municipal. Nessa perspectiva, fica claro a incapacidade do projeto, tanto a nível estadual como municipal, de cumprir com os objetivos a que se propõe, haja vista que o número de pessoas excluídas do projeto é maior do que a quantidade de incluídos, mesmo dentro de um grupo prioritário. Contudo, o programa analisado à luz da focalização, não entrega o que promete nem tampouco tem características universalizantes. Dessa forma, tem servido mais como instrumento de mercado do que de promotor de justiça social.

A partir da noção de participação e controle social, urge a necessidade de o programa ter um site próprio, com as definições claras sobre o processo de seleção dos jovens; como se dá o planejamento e definição do quantitativo de vagas; se há a participação da sociedade civil e dos defensores de direitos da criança e do adolescente; quais instâncias de controle social podem participar do processo decisório da execução do programa. E, por fim, a formulação de um documento de referência do PPP, pois que uma das dificuldades encontradas foi justamente em compreender os marcos legais da execução da ação.

Sendo assim, compreendemos que tais proposições marcam as demandas contemporâneas de todas as políticas públicas sociais, como bem nos aponta Loureiro:

os atores da sociedade civil organizada. São os que fazem parte dos conselhos ou de outras esferas participativas, que partilham com o Estado a gestão de políticas públicas e exercem (ou deveriam exercer) o controle social, como nossa Constituição Federal de 1988 estabeleceu. Aqui também se encontram desafios para a formação de gestores. Comprometida com a construção de formas mais democráticas de relação entre Estado e sociedade, essa formação precisa dar espaço à discussão sobre como superar práticas tradicionais de clientelismo e corporativismo ou mesmo de insulamento burocrático, pretensamente orientado pela competência técnica, mas igualmente antidemocrático. E precisa igualmente refletir a respeito de como construir efetivamente o controle social em nossa ordem democrática, fazendo com que ele não seja apenas uma promessa não cumprida (LOUREIRO, 2016, p. 12).

Dadas as características do PPP, seu desenho e implementação, coloca-se além de algumas políticas públicas tradicionais, conforme a visão de Castro (2012, p. 1019), visto que seu “corte transversal traz um caráter tanto de proteção quanto de promoção social, destinada especificamente a um ciclo de vida”. Evidentemente a focalização da política pública faz todo sentido, considerando-se que, segundo o Ipea, em seu boletim Mercado de Trabalho no Brasil em relação à taxa de ocupação medida até janeiro de 2019, o segmento dos mais jovens (de 18 a 24 anos) continuava sendo o que possuía a menor probabilidade de ser contratada, além de ter a maior chance de ser demitida (IPEA, 2019).

Todavia, o referido programa surge como resposta à demanda da sociedade pela ampliação das oportunidades de formação profissional para esses jovens. Por esse ângulo, concordamos com a ideia de Di Giovanni (2009, p. 9), o qual afirma que “a presença das políticas públicas na vida cotidiana, não se dá simplesmente pela ampliação da ação do Estado, mas também pelas exigências que lhe são colocadas pela sociedade”.

Como examinado nos dados apresentados, o público prioritário desenhado na política pública é um número excepcionalmente maior em termos quantitativos do que a oferta de vagas para esse segmento. Exige-se do PPP uma reformulação, pois temos que considerar que, no contexto o qual a Lei da Aprendizagem foi criada, vivenciávamos um momento de expansão econômica e de diversas políticas públicas às quais ensejavam a possibilidade de se atingir o pleno emprego e uma elevação do trabalho digno, ampliando as formas de inserção formal dos jovens. Nesse contexto:

Esses resultados, em grande parte, são resultantes da ampliação da política social que, mediante o maior volume na utilização de recursos humanos, físicos e financeiros por parte do estado, possibilitou ampliar a justiça social no Brasil mediante a maior transferência de rendas, maior oferta de bens e serviços sociais, o que resultou em

uma diversificação e em uma melhoria da proteção social/ geração de oportunidades para a população brasileira como os diversos indicadores revelaram (CASTRO, 2012, p. 1033).

Dessa forma, o discurso oficial, trata o projeto como uma referência e comemora as pequenas conquistas, enfatizando sempre a ideia de inserção digna e a possibilidade da conquista do primeiro emprego. Nisso, como nos recorda Arretche (2015, p. 8), “enfatizar os efeitos das políticas não implica que estas esgotem o rol das condições necessárias à redução das desigualdades”. A nosso ver, as ações empregadas são ínfimas perto da demanda existente, como já mostrado. Destacamos que as críticas aqui à execução estadual têm mais a ver com o momento da implementação e das melhorias que podem ser efetuadas pelo gestor do projeto, dentro das suas limitações administrativas. Ao passo que compreendemos as necessidades de mudanças no rumo da Política de Trabalho e Renda voltada para a juventude, que inegavelmente é de competência da União, conforme nos aponta Pochmann:

O Brasil tem muito que avançar final precisa reavaliar não somente as experiências mais recentes de políticas de atenção à juventude, mas também medidas mais antigas. Entre elas, o próprio sistema “S”, que, a despeito de sua qualidade, encontra-se relativamente distante de uma posição mais contemporânea da formação juvenil. Também em relação à legislação, com a do jovem aprendiz e a dos estádios vídeo, há muito o que fazer no Brasil. Sem isso, a situação juvenil dificilmente tenderá a ser alterada significativamente (POCHMANN, 2007, p. 91).

Sabemos que a mudança nos rumos de políticas públicas de desenvolvimento é de competência do nível federal, capitaneando os diversos atores sociais e econômicos de todo o país para tal pleito. Contudo, com a realidade aqui posta, leva-nos a crer na necessidade de se “alcançar os jovens da periferia e aglutiná-los em torno de um projeto de sociedade que ao mesmo tempo se apresente como uma oportunidade para enfrentar o desemprego, a informalidade e a subocupação” (MANZANO, TEIXEIRA e KREIN, 2020, p. 7), já que a estrutura do mercado de trabalho brasileiro tem aumentado a competição por uma vaga de emprego entre os jovens e que, até o presente momento, as ações do estado não têm sido capazes de alterar essa realidade do desemprego estrutural.

Dessa forma, o Projeto Primeiro Passo apresenta alguns problemas, e o mais severo é a incapacidade de inserir o público prioritário no mercado formal como aprendizes, haja vista que a quantidade de jovens de baixa renda é muito maior do que a oferta de vagas no mercado de trabalho formal. Portanto é justamente com aqueles que lograram êxito nessa corrida pela conquista do primeiro emprego, como aprendizes, que no Capítulo 4 nos debruçaremos sobre as percepções desses jovens a respeito de suas trajetórias de vida e experiências no mercado de trabalho formal.

## **CAPÍTULO 4: PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO**

Neste capítulo, analisaremos e discutiremos a respeito das percepções dos jovens do Projeto Primeiro Passo – PPP sobre o mundo do trabalho, a partir dos seus discursos e trajetórias de vida. Salientamos que, nas entrevistas realizadas, priorizamos o discurso livre dos aprendizes. Nesse momento, traremos os seus discursos analisados a partir do método crítico/reflexivo da sociologia crítica. Para uma melhor análise e compreensão do objeto pesquisado, dividimos o estudo em duas dimensões:

Dimensão 1: perfil socioeconômico familiar e experiências vivenciadas no mundo do trabalho. Busca apresentar o perfil dos jovens entrevistados e suas condições socioeconômicas e familiar, assim como analisar as experiências vivenciadas no mundo do trabalho dos jovens e sua família.

Dimensão 2: a aprendizagem teórico/prática e expectativas sobre o mundo do trabalho. Analisa as experiências vivenciadas pela inserção formal no mercado de trabalho por meio da aprendizagem, o papel que a política pública tem nesse processo e como os jovens percebem sua trajetória no mercado de trabalho.

Por meio das entrevistas, é possível analisar a reprodução social do capitalismo atual e como isso se dá na ação prática dos nossos entrevistados. É fato que há, de forma generalizada, uma precarização do trabalho em todas as frações da classe trabalhadora. No entanto, essa precarização afeta principalmente as frações mais pobres.

Ao longo do trabalho, apresentamos uma série de dados quantitativos. Porém os seus usos não objetivam trazer uma verdade absoluta. Compreendemos que eles são recortes da realidade do contexto histórico do tempo presente. São os dados e informações quantitativas que temos hoje e que mais cedo ou mais tarde servirão como fontes para futuras pesquisas.

Destarte, utilizaremos além das falas dos nossos entrevistados o recurso de gráficos, tabelas e quadros para melhor apresentar alguns discursos objetivos. O uso desses recursos se dá porque em muitos casos a informação pode ficar bem repassada, modelando-a para de fato obter uma melhor apresentação para a interpretação do leitor.

### **4.1 Perfil socioeconômico familiar e experiências vivenciadas no mundo do trabalho**

Organizamos os entrevistados priorizando uma paridade entre sexo e área do curso de aprendizagem. Sendo assim, inicialmente escolhemos 5 meninas e 5 meninos, sendo que, entre os 10 entrevistados, 5 seriam do curso de Auxiliar de Linha de Produção, que é específico do

setor industrial, e 5, do curso de Assistente Administrativo. No entanto, uma jovem acabou desistindo, justamente do curso de Assistente Administrativo, dessa forma, tivemos que substituí-la. Como havíamos adiantado, todos os jovens foram selecionados por livre espontânea vontade. Da mesma forma levamos em consideração esse mesmo fator para substituir a jovem. No entanto, nenhum aprendiz do sexo feminino e do curso de Assistente Administrativo se dispôs a participar, apenas jovens do sexo masculino e do curso de Auxiliar de Linha de Produção.

Em relação a faixa etária dos jovens entrevistados, constatamos que a média de idade dos aprendizes da pesquisa qualitativa está em torno de 21 anos. Há uma questão que merece destaque nesse componente da idade, pois, no desenho do PPP, a idade mínima exigida para ingressar no projeto é de 16 anos. Ademais, o jovem deve ter o Ensino Médio completo. Portanto, na prática, dificilmente os jovens que conseguem adentrar têm menos de 18 anos. Inclusive todos os jovens que ingressaram no município tinham ao menos 18 anos e a escolaridade exigida. O que nos leva a crer que essa idade de 16 anos cumpre uma formalidade, já que na prática dificilmente se efetiva.

É pertinente lembrar que, de acordo com a Lei da Aprendizagem, a idade limite para ser um jovem aprendiz é de 24 anos, exceto no caso de Pessoa com Deficiência (PCD), a qual não tem idade limite para inserção e sua vigência no programa pode ser superior a dois anos, diferentemente do aprendiz convencional.

Em relação à Cor/Raça, de forma espontânea, as respostas dos entrevistados nos mostram que 90% autodeclararam-se pardos e 10%, brancos, segundo esboçado no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Nessa perspectiva, tivemos apenas um jovem no momento da entrevista que indagou sobre qual é a sua raça ou cor demonstrando um pouco de dificuldade em relação à sua declaração, no fim ele chegou à conclusão que seria mesmo pardo.

Sobre moradia, 60% dos jovens afirmam que moram em residência própria, enquanto 40% afirmam que moram em casas alugadas. A partir dos diálogos, foi possível perceber que nenhum dos jovens pesquisados reside em bairros próximos ao centro da cidade, todos moram em bairros afastados.



A partir do discurso dos entrevistados, elaboramos um quadro com a distribuição dos jovens segundo a composição familiar (Quadro 4). É necessário ressaltar que o quadro leva em consideração a fala dos jovens, pois temos como objetivo aprender a realidade desses jovens em meio à sua composição familiar.

Quadro 4 Distribuição dos jovens segundo a composição familiar

Jovem	Arranjo Domiciliar	Pessoas na Residência
Amora	Casada	2
Roberta	Mãe e Padrasto	6
José	Mãe e Padrasto	4
Amanda	Avó	2
Antônio	Pais	4
João	Solteiro/Sozinho	1
Pedro	Pais	5
Andressa	Pais	5
Miguel	Avós	3
Francisco	Mãe	3

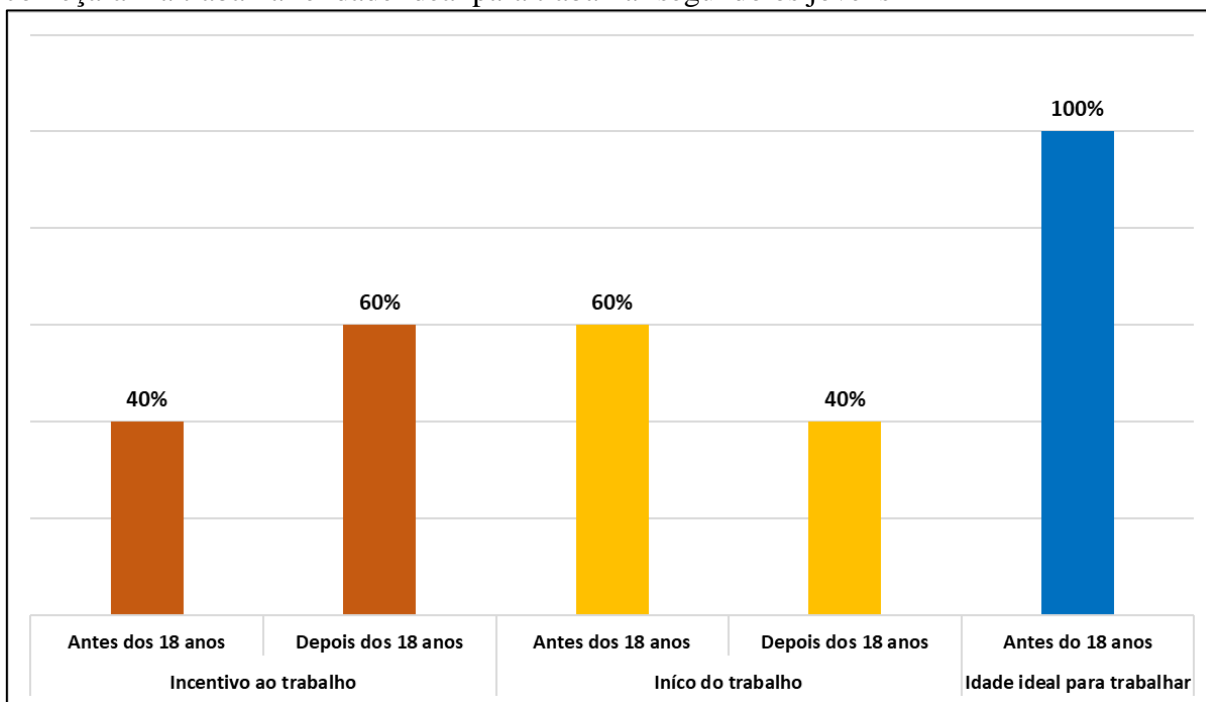
Fonte: elaborado pelo autor (2021)

Um aspecto relevante percebido ao analisar o quadro é que os jovens os quais vivenciam um arranjo baseado na família nuclear (Pai e Mãe) são apenas 3. Podemos observar que 2 jovens apresentam famílias recompostas (Mãe/Padrasto), mesmo número de jovens que vivem com os avós. Ao passo que temos uma jovem casada que vive com esposo e 1 jovem que mora sozinho.

#### 4.1.1 Família e trabalho precoce

Em relação à idade em que os pais incentivaram os jovens ao trabalho e idade em que os jovens começaram a trabalhar. O Gráfico 14 nos traz algumas informações diretas. Como podemos notar, 60% dos jovens afirmam que seus pais lhe incentivam ao trabalho para depois dos 17 anos de idade. Não à toa essa é a idade a qual o jovem provavelmente está próximo de concluir o Ensino Médio. No senso comum, para os filhos da classe trabalhadora, esse marco temporal é caracterizado como o término dos estudos e a possibilidade de iniciação ao mundo do trabalho, é o famoso “término dos estudos” para muitos jovens. Além do mais, é possível observar que 40% dos jovens afirmam que foram estimulados ao trabalho antes dos 17 anos de idade.

Gráfico 14 Idade em que os pais incentivaram os jovens ao trabalho e idade em que os jovens começaram a trabalhar e idade ideal para trabalhar segundo os jovens



Fonte: elaborado pelo autor (2021)

Já em relação ao início do trabalho, temos um percentual de 60% que iniciaram a sua trajetória no mundo do trabalho precocemente, ao passo que 40% afirmam ter iniciado a sua trajetória de trabalhador após os 18 anos. Pois bem, as respostas dos jovens referentes a essas duas questões nos trazem a necessidade de tratar de forma conjunta, haja vista que essas informações estão permeadas de ambivalências e similitudes, como observamos nos discursos proferidos pelos jovens. Entre os 10 jovens entrevistados na pesquisa qualitativa, como vemos no gráfico acima, foi unânime a ideia de que o jovem deve começar a trabalhar antes dos 18 anos.

Há uma forte presença da dimensão do trabalho em todas as falas dos jovens entrevistados, desde os que afirmam que seus pais sempre os incentivaram aos estudos e aqueles os quais os pais incentivaram ao trabalho precocemente, antes dos 18 anos. Percebemos então que suas falas estão sempre atreladas à dimensão do trabalho, mesmo quando colocadas em um pseudo-segundo plano.

Dessa forma, apresentaremos aqui, inicialmente, as falas dos jovens os quais iniciaram-se precocemente no mundo do trabalho. Todos eles começaram a trabalhar antes dos 18 anos de idade: Amora (22 anos), numa padaria; Amanda (20 anos) aos 15 anos, fazendo joias; Miguel (20 anos), fábrica de panelas de alumínio; João (19 anos), numa churrascaria como churrasqueiro; Roberta (22 anos) trabalhou fazendo doces caseiros para um buffet; José (20

anos) é o que mais impressiona, pela idade que iniciou, aos 9 anos de idade, e a quantidade de trabalhos já exercidos, como: ajudante de soldador, ajudante de pedreiro e até porteiro. Alguns jovens não lembram de forma precisa a idade que começaram a trabalhar, mas sabem que foi antes dos 18 anos. Todos reconhecem que começaram muito cedo.

Sobre as experiências no mundo do trabalho de forma precoce, temos as seguintes falas:

Com 15 anos eu comecei a trabalhar não era de carteira assinada, mas com 15 anos eu comecei a trabalhar e estudar. Eu fazia joia (Amanda, 20 anos).

Eu já trabalhei fazendo doces caseiros, eu ganhava uns 300 por mês (Roberta, 22 anos).

Eu já tinha trabalhado em uma padaria passei quase um ano. Eu ganhava 70 reais por semana (Amora, 22 anos).

Trabalhava numa fábrica de painéis de alumínio assim eu comecei lá no ensino médio, aí eu ganhava meio salário, eu acho que era 400 reais, naquela época, aí terminou ensino médio eu comecei a ganhar um salário-mínimo normal. Era 8 horas de segunda a sexta, tinha o sábado era 4 horas (Miguel, 20 anos).

Tinha trabalhado em uma churrasceria já fui churrasqueiro mais só foi cinco meses. Eu ganhava de quinze em quinze dias era 300R\$ por quinzena. eu entrava 18:00 da noite saía às vezes 1:00 hora da manhã por aí. Minha mãe sempre me estimulou a estudar (João, 19 anos).

Eu comecei a trabalhar desde os 9 anos de idade. já trabalhei de ajudante de pedreiro...já trabalhei de ajudante de Soldador, já trabalhei de porteiro e só. Ajudante de Soldador ... Chegava a ser 100 R\$ por semana, ajudante de pedreiro que era servente chegava a ser 200R\$ por semana, o porteiro também chegava a ser 200R\$ por semana. É só que não sábado eu tinha que ir trabalhar, mas meu irmão na metalúrgica dele. (José, 20 anos).

Tratando-se de trabalho precoce e trabalho infantil, o município de Juazeiro do Norte apresenta historicamente maus resultados em relação ao trabalho desprotegido e fora dos padrões legais, de acordo com os dados do diagnóstico municipal sobre o trabalho infantil, da OIT, realizado em 2016.

Ao analisar o número de aprendizes contratados por faixa etária, em relação ao contingente de jovens ocupados, conclui-se que, nas faixas etárias de 14 a 15 e de 16 a 17 anos, havia um grande número de crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho no município:

Com base nas informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MT, o município possuía 21 aprendizes contratados no ano de 2015. O Censo 2010 registrava 1.388 crianças e adolescentes ocupados entre 14 e 15 anos de idade, sendo que nesta idade, segundo a legislação nacional, o trabalho é permitido apenas na condição de aprendiz. Mesmo tratando-se de informações referentes a períodos distintos, é muito pequena a proporção em relação ao total de ocupados no Censo 2010 (1,5%), indicando, portanto, que a grande maioria das crianças e adolescentes ocupados nessa faixa etária encontrava-se em situação irregular de trabalho. Ainda de

acordo com o Censo 2010, na faixa etária entre 16 e 17 anos, 2.296 adolescentes estavam ocupados na semana de referência, embora as informações da RAIS apontem que apenas 94 (4,1%) eram contratados na condição de aprendiz. É importante ressaltar que a aprendizagem não é a única modalidade de ocupação permitida em lei para essa faixa etária. Por outro lado, também não é possível afirmar com base nesses dados, que o restante das pessoas ocupadas nesse grupo, estejam contratados dentro da legalidade, considerando especialmente as Piores Formas de Trabalho Infantil, que são vedadas a menores de 18 anos (OIT, 2016, p. 10).

No diálogo com os jovens, as falas sobre o trabalho exercido eram pronunciadas com muita naturalidade e com um semblante de estímulo. Analisando as falas dos jovens que tiveram experiências precoces no mundo do trabalho, podemos inferir que se trata de situações de trabalho infantil. Esse fato não é algo em comum entre jovens de baixa renda que são beneficiados de alguma política pública voltada para a inclusão social e laboral. Em pesquisa realizada pela OIT com jovens do Projovem, foi constatado que aproximadamente 40% dos rapazes e 36% das moças tinham começado a trabalhar antes dos 16 anos, tendo vivido, portanto, situações de trabalho infantil (OIT, 2009, p. 88).

Como vimos no Gráfico 14, 60% dos jovens afirmam que seus pais lhe incentivaram ao trabalho para depois dos 17 anos, o que justifica então um número tão alto de trabalho precoce? De acordo com Di Giovanni, ao analisar qualitativamente a questão do trabalho infantil no Brasil, há duas questões que pesam nas motivações ao trabalho precoce, um é a questão cultural e a outra a questão econômica.

As concepções favoráveis ao trabalho infantil são generalizadas na sociedade brasileira. Sempre foram. Se, por um lado, o trabalho de crianças e adolescentes representa uma possibilidade de aumento de rendimentos (monetários ou não) para as famílias pobres; por outro, para as camadas mais ricas da população, além da função óbvia de manter rebaixado o nível geral de remuneração dos trabalhadores, o trabalho infantil representa uma certa segurança, na medida em que atua como uma modalidade de controle social sobre "as classes perigosas" (DI GIOVANNI, 2004, p. 37).

No entanto, o próprio pesquisador afirma que "obviamente essa explicação de natureza socioeconômica não esgota a resposta à questão. Mas tudo indica que esse é o mecanismo que está na base da oferta de trabalho infantil" (DI GIOVANNI, 2004, p. 38). Então, de forma objetiva, é fato que o trabalho infantil tem estreita relação com as condições socioeconômicas dos sujeitos. Entendemos o trabalho infantil como resultado do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o qual relega às camadas subalternas uma vida engendrada pela escassez, miséria, enfim, pela violência simbólica, como afirma Jessé:

Assim, hoje em dia, separamos as classes sociais em classes do espírito, as classes "superiores", e classes do trabalho manual e corporal, as classes "inferiores". O que

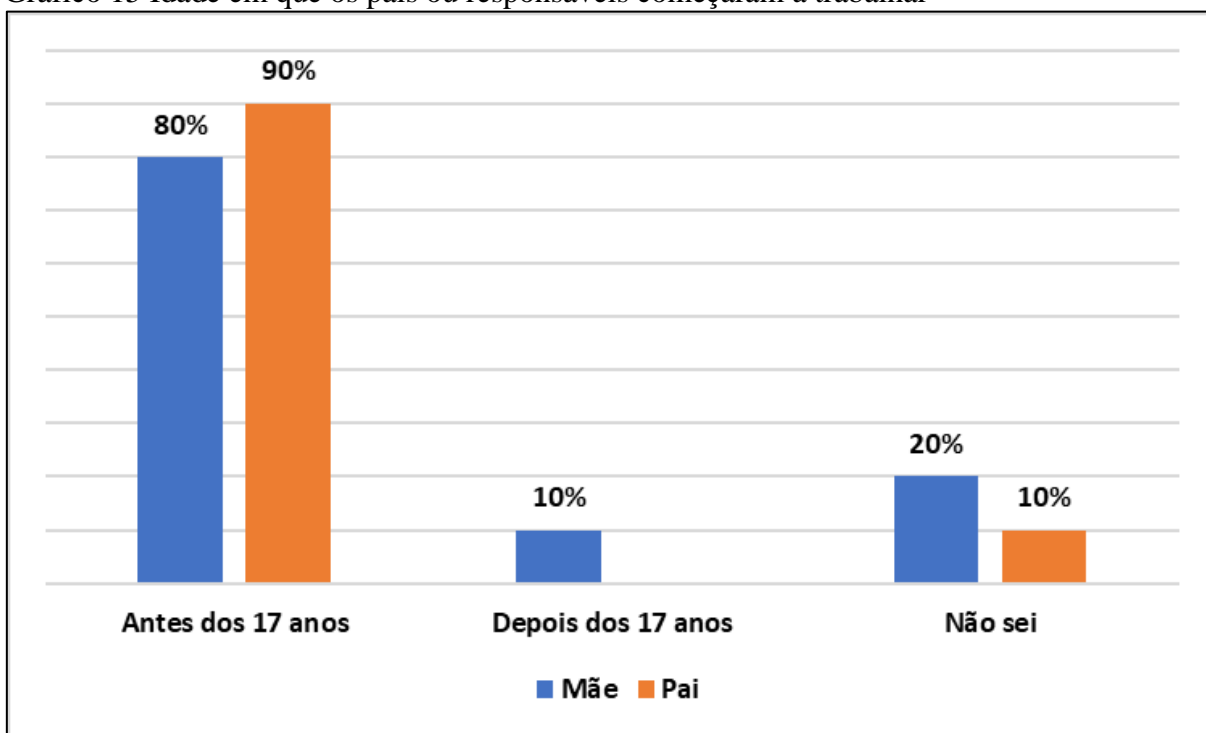
implica perceber que o capitalismo reproduz a mesma hierarquia moral que caracterizava a Igreja cristã, só que de modo, agora, inarticulado e pré-reflexivo (SOUZA, 2018, p. 11).

De acordo com Vieira, em pesquisa de opinião realizada a nível nacional em 2006, pela OIT, constatou-se que a “existência do trabalho infantil no Brasil indica que há uma aceitação da sociedade sobre o fato”. Contudo, uma parcela da sociedade se manifesta contrária à inclusão precoce no mercado de trabalho, principalmente as pessoas com maior grau de instrução e as mais jovens, de acordo com a pesquisa do Ibope (VIEIRA, 2019, p. 149). A pesquisa demonstra que quanto maior a renda e grau de instrução, maior é a faixa etária que acredita ser ideal para iniciar no mundo do trabalho. No entanto, para 77,3% dos entrevistados com idade entre 16 e 24 anos, a melhor idade para começar a trabalhar é 16 anos ou mais. A pesquisa nacional aponta que de modo geral há uma valorização da educação em detrimento ao trabalho precoce.

A partir da realidade vivenciada na nossa pesquisa, as entrevistas com os jovens do Primeiro Passo nos revelam que as circunstâncias da vida dos pais, como a escolaridade, iniciação precoce ao mundo do trabalho e as ocupações destes, influenciam bastante as pseudo-escolhas dos filhos, isso se revela quando confrontamos as respostas desses com as ações práticas, como, por exemplo: a unanimidade do trabalho antes dos 18 anos de idade, mesmo com apenas 40% de incentivo dos pais. Apesar disso, essa percepção não é clara e objetiva como aparenta ser, pelo contrário, ela está escondida. Se trazemos à tona, é com a ajuda do instrumental teórico metodológico da sociologia reflexiva, conforme nos orienta Souza:

se quisermos procurar a base de todo o processo opaco e escondido de legitimação social que justifica desigualdades permanentes e transmitidas por herança familiar, então teremos de compreender como precisamente essa dinâmica da produção da distinção social e do prestígio diferencial se manifesta na vida cotidiana. (SOUZA, 2009, p. 397)

Gráfico 15 Idade em que os pais ou responsáveis começaram a trabalhar



Fonte: elaborado pelo autor (2021)

Com base no Gráfico 15, podemos perceber que essas famílias são marcadas por pais e mães que vivenciaram em suas trajetórias os sabores de um trabalho precoce e que têm muito a ver com a baixa escolaridade. Em outros momentos da história do Brasil, “era muito comum o exercício contínuo do trabalho ao longo do ciclo de vida humano, o ingresso no mercado de trabalho, ocorria nas faixas etárias mais precoces possíveis (cinco a seis anos de idade)” (POCHMANN, 2007, p. 27). Contudo, embora esses jovens reforcem a ideia de que seus pais ou responsáveis sempre colocaram em primeiro plano o estudo, nada mais é do que um falseamento da dura realidade, fruto das dificuldades econômicas e de uma série de privações vivenciadas em seus lares.

A dualidade trabalho e escola permeia os discursos de todos os jovens, independentemente de inserção precoce, antes dos 17 anos e cursando o Ensino Básico ou posterior ao término do Ensino Médio. Aqui destacamos as falas primeiramente dos jovens que afirmam que os pais ou responsáveis lhe estimularam antes dos 17 anos a trabalhar:

Ela (avó) ela sempre me estimulou logicamente que nunca colocando a frente dos estudos, sempre mandava eu estudar só que ela sempre dizia, ó minha filha, arrumar pelo menos alguma outra renda, né? Primeiro é só estudar, só que assim que eu comecei a trabalhar ela viu que realmente dava para conciliar as duas coisas (Amanda, 20 anos).

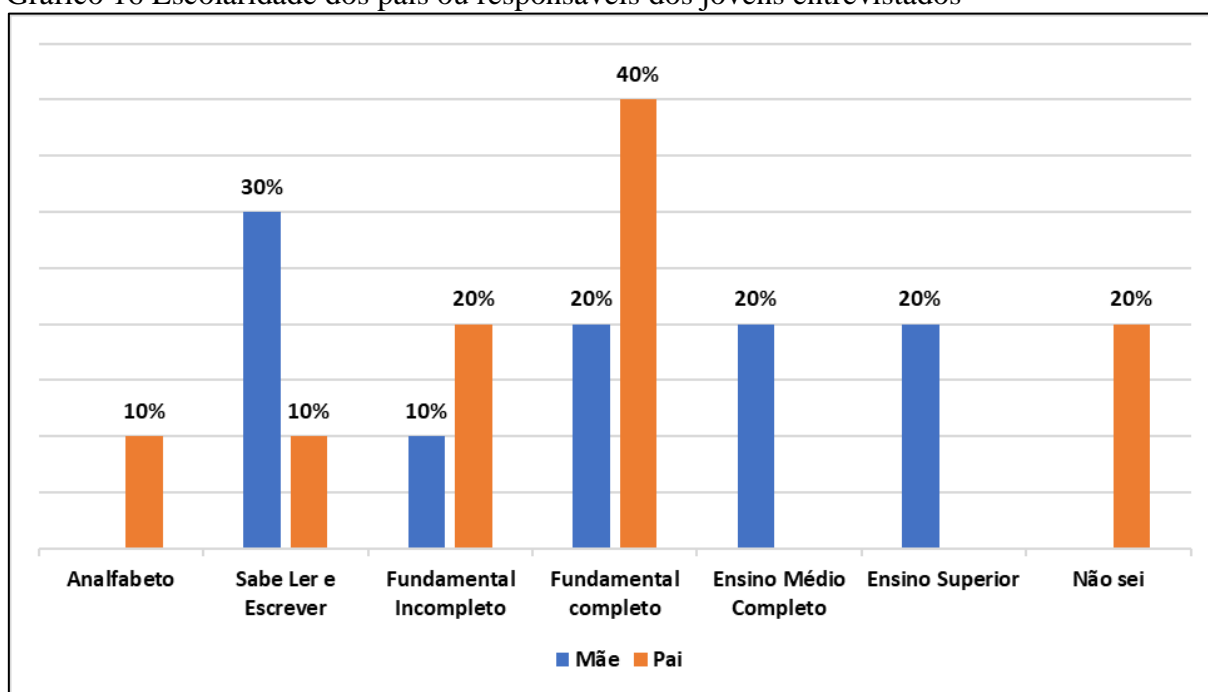
Que eles começaram a me estimular mesmo acho que foi a partir dos 13 ou 14 anos eles acreditam que o trabalho dependendo de qual seja pode atrapalhar os estudos (José, 20 anos).

Desde os dezesseis anos eles incentivam, mas para meus pais o mais importante é o trabalho e o estudo, só que mais o estudo (Pedro, 22 anos).

Meu pai sim, mãe não. Mãe era mais estude. Estude e pai era não, trabalhe. Trabalhe (Francisco, 20 anos).

Independentemente do incentivo direto ou não para o trabalho precoce por parte das famílias dos jovens; como observamos, 60% dos jovens acabaram sendo impelidos às diversas formas de trabalho infantil, como já constatamos aqui. Sobre o incentivo dos pais, uma série de fatores pode ter motivado os jovens a esse tipo de trabalho, entre eles as experiências precoces de seus pais no mundo do trabalho, a idade em que os pais ou responsáveis começaram a trabalhar. Além do mais, tem o fator da escolaridade desses pais, que podem ajudar a fortalecer no seio familiar esse pensamento naturalizado sobre o trabalho precoce. Analisaremos adiante o Gráfico 16, que trata da escolaridade dos pais ou responsáveis dos entrevistados:

Gráfico 16 Escolaridade dos pais ou responsáveis dos jovens entrevistados



Fonte: elaborado pelo autor (2021)

É notável a dificuldade na escolarização dos pais dos jovens trabalhadores. Entre as mães, temos um percentual de 30% que sabem apenas ler e escrever, o que demonstra uma alfabetização fora dos padrões da educação regular, 10% delas têm o Ensino Fundamental completo. Um aspecto positivo é que nenhuma é analfabeta e, diferentemente dos pais, são as únicas que têm Ensino Médio completo (20%) e Ensino Superior (20%). Contudo, quando se trata do pai, podemos constatar que, no máximo, tem o Ensino Fundamental completo. Dessa forma, 10% são analfabetos, mesmo percentual dos que apenas sabem ler e escrever; 20% têm o Ensino Fundamental incompleto e 40% concluíram esse nível de escolaridade.

Sendo assim, podemos perceber nas falas dos jovens aquilo que Jessé chama de culpabilização individual dos sujeitos na pseudo-escolhas dos seus destinos:

Assim ela é daqueles povo bem antigo que tanto faz como tanto fez, a única coisa que ela não quis era que a gente trabalhasse em casa de família. Ela sempre motivava a gente a terminar os estudos, agora emprego mesmo foi eu, quem fui atrás assim eu nunca gostei de tá pedindo nada a ela, eu sempre achei bom ganhar meu dinheiro e tal (Amora, 22 anos).

Sempre presaram pelo meu estudo também, só que se eu quisesse algo a mais eu tenho que trabalhar. Ganhar meu próprio dinheiro minhas responsabilidades e tudo mais. Eles acham como eu também acho que dá para conciliar (Miguel, 20 anos).

Minha mãe sempre me estimulou a estudar (João, 19 anos).

Mesmo entre os jovens que não estiveram em situação de trabalho infantil, podemos notar uma centralidade no mundo do trabalho bastante presente, talvez essa presença se faça pela pressão implícita das necessidades diárias nas famílias, pois, evidentemente, conseguir um emprego faz parte da perspectiva de uma melhoria de vida.

O discurso contraditório de Andressa (21 anos) tenta esconder as dificuldades vivenciadas, pois a princípio ela afirma que não houve incentivo ao trabalho antes dos 17 anos, no entanto, relata a busca pelo primeiro emprego ainda quando estudava e sua posterior entrada no primeiro passo:

Não! Eles deixaram livre, para eu escolher... aí, foi uma decisão que eu tomei, que eu quis ir atrás. Eu já estava no terceiro ano, aí eu já estava indo atrás de um emprego, só que eu não consegui. Já, depois, eu já tinha terminado o ensino médio, aí conseguir depois.

Ela ainda acrescenta que: *“e... isso foi uma coisa que foi livre. Se eu quisesse, tipo, investir em estudar até hoje estava tudo bem* (Andressa, 21 anos). Falamos em contradição no discurso, pois que, mais à frente, ela afirma o seguinte:



Meu salário ajuda muito aqui em casa eu compro as minhas coisas e também guardo. Assim, para alguma coisa futura porque e ainda pretendo seguir nessa área, não sei se eu vou conseguir, né. Mas. Futuramente eu preciso comprar um transporte pra mim. E está sendo muito importante! Porque pra mim tirar um transporte pra mim, eu vou ter que tirar habilitação e tem todo um custo. É, eu não vou está tirando dos meus pais. Eu tenho que correr atrás!

A afirmação “*é, eu não vou estar tirando dos meus pais. Eu tenho que correr atrás!*” demonstra toda a pressão implícita a qual esses jovens vivenciam, pois, ao deparar-se com as dificuldades em casa, são tomados pelo sentimento de peso ou de um fardo para as famílias. Essa oscilação na narrativa aponta para uma fantasia compensatória à realidade vivenciada, como nos afirma Souza (2009, p. 177), “aliás, essa é a marca de sua vida, a falta de alternativas, o horizonte das “escolhas pré-escolhidas”, que não lhe apresenta nenhuma saída”.

Essas afirmações tentam esconder a necessidade da entrada no mundo do trabalho o quanto antes. Quando isso não acontece antes de concluir o Ensino Médio ou mesmo na adolescência, é muito mais por falta de oportunidades do que um planejamento prospectivo dessas famílias. Podemos perceber, por exemplo, que, na fala da Andressa, ela já vinha tentando conquistar um emprego antes dos 17 anos, enquanto cursava o Ensino Médio.

Da mesma forma, entre os jovens que trabalham antes dos 17 anos, observamos uma postura leniente por parte de seus pais ou responsáveis. Na fala de José, ele afirma que: “*eles acreditam que o trabalho dependendo de qual seja pode atrapalhar os estudos*”. No entanto, na sua fala não há uma objetividade sobre que trabalho pode atrapalhar os estudos, fica a ideia de que apenas um trabalho de uma jornada de 8 horas atrapalharia os estudos, haja vista que esse jovem começou a trabalhar aos 9 anos de idade, cumprindo jornadas de 4 horas de diárias. Isso, por si só, já demonstra que na prática dificilmente seus pais teriam condições materiais ou socioemocionais para mantê-lo fora dos perigos do trabalho infantil.

Outro exemplo encontramos na fala de Amora, a qual demonstra justamente essa falta de planejamento futuro da sua mãe, assim, ela destaca o único tipo de trabalho que a mãe não deseja que ela trabalhe: “*assim, ela é daqueles povo bem antigo, que tanto faz como tanto fez, a única coisa que ela não quis era que a gente trabalhasse em casa de família.*” Essa repulsa ao trabalho doméstico é fruto da vivência da mãe, a qual, segundo Amora, experimentou uma vida dura, da agricultura na zona rural para o trabalho doméstico na cidade: “*ela trabalhava de roça e depois ela passou a trabalhar em casa de família, só que agora ela não trabalha mais, porque ela é doente, tem problema de osteoporose na coluna, aí, ela não pode trabalhar*”.

Ela sempre traz a ideia de que foi sua escolha trabalhar e não que fora levada ao trabalho precoce por conta da situação socioeconômica e da falta de uma condição mínima de

pensamento prospectivo da sua mãe, “*ela sempre motivava a gente a terminar os estudos, agora, emprego mesmo, foi eu quem fui atrás. Eu nunca gostei de tá pedindo nada a ela, eu sempre achei bom ganhar meu dinheiro e tal*”. Contudo, a partir das falas aqui explicitadas, concordamos com Jessé, ao afirmar que:

É a própria enorme fragilidade de posição social da mãe que a obriga a perceber suas “escolhas”, fruto de circunstâncias adversas e não desejadas, como “escolhas livres”, quando são, na verdade, “racionalizações” de escolhas forçadas por circunstâncias que ela não controla (SOUZA, 2009, p. 418).

Como fato dos exemplos aqui citados, podemos observar as análises realizadas no Gráfico 16, que tratamos da escolaridade dos pais ou responsáveis dos jovens entrevistados. Identifica-se que apenas 20% de seus pais tinham cursado o Ensino Superior. A história da conformação capitalista do Estado brasileiro assinala uma histórica exclusão educacional das classes subalternas, assim como a negação das possibilidades de escolha racional de uma profissão, sendo assim,

às pessoas empobrecidas da nação brasileira restava o destino do trabalho precoce, e quando uma qualificação profissional era sequer cogitada, sempre aparecia como alternativa de segunda linha o aprendizado de habilidades para o desempenho de um ofício (BOCK, 2008, p. 13).

No entanto, a questão da escolaridade tem efeitos sobre a profissão dos pais e as ocupações as quais têm exercido no mercado de trabalho, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 5 Distribuição de mães e pais no mercado de trabalho. Situação atual no mercado de trabalho

Jovem	Pai	Mãe	Responsável
Amora	Falecido – Agricultor	Agricultora – BPC	
Roberta	–	–	Pensionista
José	Pedreiro	Dona de casa	
Amanda	Falecido – Pedreiro	Dona de casa	
Antônio	Agricultor – BPC	Dona de casa	
João	Caldeireiro Industrial	Professora – Pedagoga – Desempregada	
Pedro	Caminhoneiro – Desempregado	Dona de casa	
Andressa	Servente de Pedreiro – Desempregado	Auxiliar de Serviços Gerais	
Miguel	Vendas de joias e de panela	Venda de roupa e de cosméticos	
Francisco	Autônomo – Faz fretes	Professora – Pedagoga	

Fonte: elaborado pelo autor (2021)

Como podemos notar, são atividades produtivas de baixo reconhecimento social e consequentemente de baixos salários. Dessa forma, as condições sociais de reprodução da classe social, seus rendimentos, assim como as condições socioafetivas serão de vital importância no jogo social, o que levará esses jovens ao fracasso ou ao sucesso. Ou seja, a uma ascensão geracional ou à pauperização, regressão.

De um modo geral, nossas crianças trabalhadoras pertencem a famílias nas quais estão presentes, em parte, o desemprego, em parte, a informalização e a precarização das relações de trabalho. Por outro lado, o trabalho infantil aparece, majoritariamente, relacionado com os baixos rendimentos familiares, devido, em parte, à incapacidade de geração de renda das famílias e, em parte, ao empobrecimento geral da população constatado pela queda real e generalizada dos rendimentos (DI GIOVANNI, 2004, p. 53).

Nos últimos 20 anos, com as políticas públicas de transferência de renda, assim como a expansão das possibilidades educacionais promovidas pelos governos do PT, foi possível que mais jovens, filhos de trabalhadores, pudessem melhorar os níveis educacionais, principalmente quando comparamos a escolaridade dos filhos com a dos seus pais. Há um outro fator importante em relação aos jovens entrevistados, que é o fato de nenhum deles terem estudado no período noturno, algo que é bem comum entre os jovens da classe trabalhadora.

no Brasil tem sido frequente a presença de estudantes que trabalham de dia e estudam à noite, parece ser comum o ingresso no mercado de trabalho antes dos 15 anos de idade, mesmo que isso possa comprometer o desempenho escolar (POCHMANN, 2007, p. 56).

No entanto, sabemos que há um apressamento da entrada do jovem pobre no mercado de trabalho. É senso comum entre a classe trabalhadora pauperizada a visão do fim do Ensino Médio representando a possibilidade imediata de arranjar um emprego. É consenso a ideia de que dá para conciliar o trabalho e o estudo, principalmente se for no Ensino Superior. Isso talvez se dê dessa forma porque há na sociedade muitos estudantes trabalhadores, principalmente no Ensino Superior. No entanto, Jessé nos aponta algumas características dessa classe que vai para além de uma análise econômica:

Algumas vezes, ainda que alguns pais estimulem os filhos a irem à escola, os motivos dessa escolha são “cognitivos”, da “boca para fora”, posto que a maior parte desses pais também não foi à escola ou não teve nenhuma experiência pessoal de sucesso escolar. Assim sendo, eles não “sabem”, de modo “emotivo” e por experiência própria, os benefícios da vida escolar. Como esses pais, por exemplo, não possuem, como consequência do “fracasso” escolar, o hábito da leitura eles mesmos, de que vale o estímulo, “da boca para fora”, sem a força do exemplo, para a leitura das crianças? (SOUZA, 2009, p. 46).

A inatividade dos jovens, tão valorizada nas famílias de classe média, aponta para uma entrada mais tardia no mercado de trabalho e uma melhor preparação para esse momento, o que denota uma valorização da educação em detrimento ao trabalho que parte de ações mais afetivas e experimentadas cotidianamente. Contudo, entre os jovens entrevistados, tivemos 60% deles com uma entrada precoce no mundo do trabalho e de forma desprotegida, o que nos leva a crer que essa inatividade ainda está longe de atingir a massa de jovens pobres.

Dito isso, o trabalho enquanto centralidade na vida desses jovens é a esperança mágica para uma salvação, fruto de uma vida marcada pelo imediatismo familiar. Assim, o que esses jovens pensam ser um atributo de suas escolhas individuais nada mais é do que a reprodução da classe à qual pertence. Por isso, somos tributários da ideia de que “isso que explica por que a miséria da ‘ralé’ brasileira não é apenas econômica, social e política. Ela é, indissociavelmente, também, num sentido muito preciso como vimos acima, existencial e moral” (SOUZA, 2009, p. 418).

É necessário compreendermos o contexto social desses jovens para entendermos que, mesmo aqueles que são ditos bons nos estudos, acabam por ser empurrados ao trabalho logo que concluem o Ensino Médio. Nesse contexto, corroboramos com a ideia de Pochmann:

A prática nacional cada vez mais frequente é tanto o pai como a mãe trabalharem fora de casa, quando não ocorre a condição de família monoparental. Os filhos, muitas vezes, estudam e executam atividades domésticas e, quando não trabalham fora de casa, colocam o estudo em segundo plano. A necessidade de antecipar renda futura ou de ajudar no orçamento familiar tem pressionado os filhos, sobretudo os de famílias de menor renda, a terem uma passagem breve pela escola. Por conta disso, o ingresso de filhos de famílias humildes no mercado de trabalho tende a ocorrer na faixa de dez a 15 anos de idade (POCHMANN, 2007, p. 63).

Dessa forma, um outro aspecto que pesa sobre esses jovens é a reprodução da sua classe, a qual está ancorada justamente nas necessidades imediatas de obterem renda. Sobre essa temática, podemos analisar os dados sobre a distribuição dos jovens segundo a renda familiar, como esboçado na Tabela abaixo:

Tabela 13 Distribuição dos jovens do PPP segundo a renda familiar

	Renda familiar	Renda familiar per capita	Salário aprendizagem	
			Valor recebido	Representação em relação à renda familiar %
<b>Amora</b>	2.000,00	1.000,00	650,00	33%
<b>Roberta</b>	2.700,00	450,00	700,00	26%
<b>José</b>	3.500,00	875,00	580,00	17%
<b>Amanda</b>	1.800,00	900,00	711,00	40%
<b>Antônio</b>	1.695,00	424,00	650,00	38%
<b>João</b>	580,00	580,00	580,00	100%
<b>Pedro</b>	2.000,00	400,00	650,00	33%
<b>Andressa</b>	1.625,00	325,00	580,00	36%
<b>Miguel</b>	2.800,00	934,00	687,00	25%
<b>Francisco</b>	1.700,00	567,00	652,00	38%

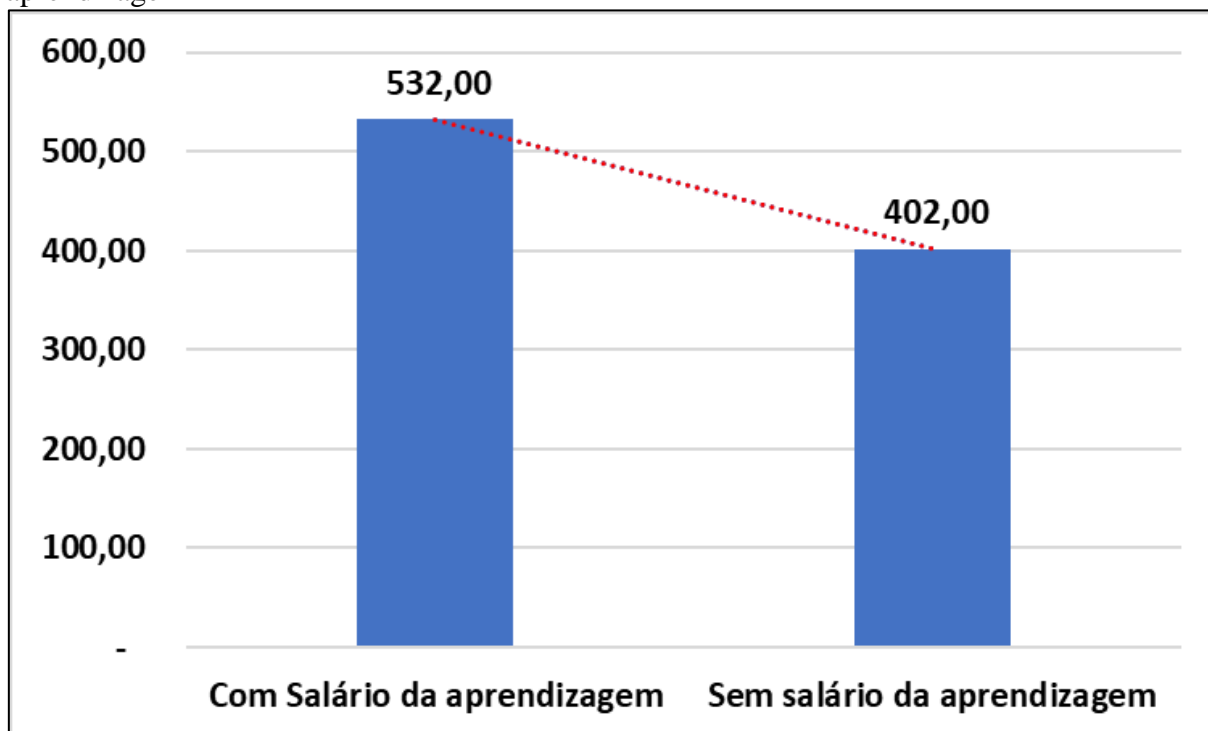
Fonte: elaborado pelo autor (2021)

A tabela nos aponta os dados da renda dos jovens aprendizes e de suas famílias. Entretanto, o aspecto que nos chama mais atenção é a importância que o salário da aprendizagem tem na composição do rendimento dessas famílias. Sendo assim, temos percentuais que vão desde apenas 17%, no caso da família de José, chegando a 40% dos rendimentos da família, no caso de Amanda, até o ápice dos 100% no caso do jovem João.

A persistência de tal quadro de valores somente pode ser explicada pelo contexto em que se apoia. Sobre o pano de fundo da pobreza, coloca-se a ausência de oportunidades de ganhar a vida oferecidas às populações mais pobres. Além disso, conforme os dados demonstram, a ausência de qualificação dos pais faz com que as famílias busquem estratégias de sobrevivência que incluem, sob várias formas, o trabalho dos filhos, seja como fonte de reforço ao orçamento familiar, seja como desoneração de seu sustento diante de recursos tão escassos (DI GIOVANNI, 2004, p. 38).

Com base nas entrevistas dos jovens, foi possível que traçássemos a renda média domiciliar per capita das famílias, com e sem o salário da aprendizagem. Dessa forma, temos os seguintes dados no Gráfico 17, a seguir:

Gráfico 17 A renda média domiciliar per capita das famílias com e sem o salário da aprendizagem



Fonte: elaborado pelo autor (2021)

A renda média domiciliar per capita das famílias dos jovens entrevistados, com o salário da aprendizagem, é de 532,00 reais. Ao passo que essa mesma medida realizada sem o salário da aprendizagem cai para 402,00 reais. Então, há uma queda de 75% na renda média domiciliar per capita das famílias quando não se tem o incremento da renda com o salário recebido pelos jovens. Isso demonstra que a trajetória pessoal da classe trabalhadora pauperizada é marcada por inconstâncias social, em especial pequenas ascensões e quedas nos padrões econômicos e consequentemente nos níveis de qualidade de vida. Jessé, a esse respeito, lembra-nos que: “A ausência, muito frequente na ralé, de um emprego regular não acarreta apenas a falta de uma renda segura no fim do mês, mas também todo um sistema de organização coerente do tempo e da vida” (SOUZA, 2009, p. 418).

Há um ponto muito importante de ressaltar: mesmo aqueles jovens que afirmam que nunca foram instigados pelos pais a trabalhar, na sua maioria, acabam demonstrando que isso não aconteceu de forma explícita, mas que esse estímulo pode ter se dado de forma implícita no convívio e nas necessidades imediatas das famílias.

Pois, como já demonstramos aqui, 60% dos jovens entrevistados já tiveram inserção laboral desprotegida antes da maioridade permitida ao trabalho. Lembramos ainda que, de acordo com a pesquisa realizada com o total dos jovens da turma 2019-2020 pela DTR/Sedest,

59% afirmaram ter exercido atividade informal remunerada antes do ingresso no PPP, conforme o Gráfico 13 (p. 92).

Como sabemos, muitas vezes os sujeitos são de origem suburbana ou advindos de áreas rurais e dificilmente conseguem uma ocupação formalmente qualificada, tendo sua juventude marcada por pouca instrução formal, o que lhes faz vagar por trabalhos e ocupações que apenas exigem esforço braçal (SOUZA, 2012). Sendo assim:

A perspectiva liberal joga nas mãos do indivíduo toda a responsabilidade pelo sucesso ou insucesso que pode alcançar. A escolha profissional é um dos mecanismos que contribui para isso, juntamente com a dedicação e esforço que despense para galgar os degraus escolares. Já na perspectiva crítica, é a estrutura da sociedade e a situação econômica do país que explica e justifica a posição do indivíduo na pirâmide social; o resto nada mais é que ideologia. O indivíduo, nessa abordagem, não é nem um pouco autônomo na definição de seu caminho, e é entendido apenas como reflexo da sociedade (BOCK, 2008, p. 14).

Destacaremos a realidade vivenciada por Amora, a qual entre os jovens a sua experiência nos chamou mais atenção.

Amora vivia com sua mãe, a qual migrara do campo para cidade com seu pai (já falecido) para tentar a vida, como muitos migrantes de áreas rurais. Estabeleceram-se num bairro periférico da cidade, bastante habitado e de moradias precárias. Posteriormente seu pai faleceu e sua mãe assumiu as responsabilidades da casa e os cuidados das duas filhas menores. Algum tempo depois, sua irmã mais velha engravidou. Sem direito à pensão pela morte do esposo, sua mãe trabalhou fazendo faxinas em casas de famílias, complementando a renda com 100 reais recebido no bolsa família. No entanto, pouco tempo depois, por motivo de doença, foi obrigada a parar de trabalhar. Dessa forma, segundo Amora:

ela sustentava eu e minha irmã com o dinheiro do bolsa família, era a única renda que a gente tinha e um irmão da gente (por parte de pai) aqui perto ajudava com 100 reais pronto, era a única renda que tinha aqui em casa e era pra tudo. Pra pagar água, luz, feira e encher bujão comprar roupa, calçados pra nós, e tudo isso só com esse dinheiro.

É justamente nesse momento de sufoco econômico que Amora se vê impelida a adquirir alguma renda e foi trabalhar numa padaria do bairro.

Na padaria passei quase um ano, eu ainda estudava quando eu estava trabalhando lá. Eu entrava de quatro em meia da manhã. Era pra eu sair dez e meia da manhã só que sempre eu saia onze horas, onze e meia nunca dava tempo eu sair o horário certo. Eu fazia, tudo, atendia, limpava a padaria, ajeitava a máquina de fazer os pães, pesava, limpava as bandeja, fazia tudo de lá, tudo, tudo, tudo. lá, era tipo uma escravidão eu ganhava 70 reais por semana.

Como relatado por ela, as condições de trabalho, assim como a carga horária, de 7 horas diárias, iniciando ainda na madrugada, denuncia o grau de precarização a qual a jovem foi submetida ainda na adolescência.

O mundo do trabalho está estruturado em regras e relações hierárquicas, que, na maioria das vezes, são muito rígidas, o que exige submissão e produtividade, administração de conflitos e tomadas de decisão. Até para um adulto, tal ambiente às vezes é difícil de administrar. Para uma criança ou adolescente pode causar um sofrimento ainda maior (VIEIRA, 2019, p. 146).

Isso acarretou problemas na sua trajetória escolar, como ela nos relata mais à frente, assim como um problema de saúde, o que a obrigou a sair do trabalho.

ai ficou muito puxado ai eu tive que sair porque eu estudava no militar ai era muito puxado era para sair uma hora de lá, ai eles nunca liberaram pra sair aquele horário eu sempre saia tarde, quando eu chegava em casa não dava tempo de tomar banho, as vezes não dava tempo de almoçar ai eu partia direto pra escola. ai chegou um tempo que eu adoeci e não conseguir mais ir, minha mãe também não deixou eu ir mas porque eu adoeci e a mulher ficou me devendo dinheiro e meu irmão foi atrás pra comprar a medicação, e ela não queria pagar ai minha mãe foi e disse que eu não ia mais, não deixou ir mais só que lá não parava ninguém, a única pessoa que aguentou lá foi eu é tanto que quando eu sair de lá o pessoal, a vizinhança, vieram atrás de mim, pedindo pra voltar pra lá ai eu disse pra lá eu não volto mais, ai eu não fui mais não (Amora, 22 anos).

Não bastando os problemas sofridos por conta do trabalho precário a qual a jovem estava submetida, na sua vida escolar, na virada do 2º ano do Ensino Médio para o 3º ano, a escola que ela estudava foi incorporada à escola militar, dessa forma ampliou-se as problemáticas de tempo de deslocamento, rigidez no ensino e os problemas do trabalho precário.

teve essa mudança do militar, ai eu disse pronto e agora, porque pra fazer tinha que pagar não sei o que ai era uma burocracia danada, minha irmã de imediato ela não quis porque lá tinha muita regra e ela não gostava de cumprir regras por causa que tinha que ser unha curta, cabelo amarrado, tinha que usar a farda de lá e pagava 25R\$ por mês ai minha irmã não quis, não podia usar batom, nem maquiagem nem nada e ela gostava dessas coisa, ai ela saiu foi pro segundo grau e eu disse agora o que é que eu vou fazer e o pessoal de lá disse fique você, você vai achar bom aquela coisa toda ai eu acabei ficando lá e eu terminei lá, mas lá era muito puxado muito.

Sobre a taxa de 25,00 reais, ela não soube explicar para que seria: “eu não sei era tipo uma taxa que você tinha que pagar por mês eles nunca explicaram pra que era, não sei só sei que todo mês tinha que pagar os 25,00 reais”. Ela afirma que, embora fosse puxado o ensino, ela gostava, no entanto, logo apresentou os problemas por ter continuado na escola, entre eles a dificuldade no horário por conta de morar distante.



a questão do horário que a gente as vezes precisava sair cedo, de tipo como a gente pegava ônibus né! a gente que morava aqui ai a gente precisava de uma autorização pra poder sair de lá pra poder pegar o ônibus e ir pra casa porque se não a gente não chegava em casa (Amora, 22 anos).

Como resultado da junção dos problemas sociais enfrentados pela jovem, a escola e seu modelo rígido penalizaram-na mais de uma vez. Como podemos notar, o seu desempenho escolar caiu, fazendo com que ficasse em recuperação em todas as disciplinas.

No final do ano eu fiquei de recuperação em todas as matérias, eles me deram duas semanas pra eu fazer os trabalhos e estudar. Eu, acho que me prejudiquei muito assim no começo quando eu comecei a estudar lá, eu ainda estava trabalhando nessa padaria. Ai eu não tinha muito tempo pra estudar pela manhã né, e as vezes, à noite eu chegava muito cansada e ia direto dormir, ai por um ponto eu acho que esse emprego que eu arrumei me prejudicou um pouco, por eu ter ficado de recuperação em todas as matérias, mas eu consegui fazer as provas e os trabalhos e passei.

Pela narrativa da jovem, é fato que o trabalho teve um peso enorme. E a escola e o seu modelo funcionaram como um agravante na sua vida. No entanto, não é percebido pela jovem. Como nos aponta Jessé (SOUZA, 2009, p. 301), essa jovem sofreu a violência simbólica e a violência institucional. A autoridade e o poder institucional materializado nos agentes institucionais, seus professores e nas práticas corriqueiras, provas e todo tipo de métodos de avaliação foram mobilizados para punir e castigar Amora pelas limitações as quais ela sozinha não podia superar.

Como bem nos destaca Di Giovanni (2004), as concepções enraizadas nas famílias sobre o trabalho infantil têm-se uma concepção de que ele prepara para a vida. E acrescenta: é nisso que está o anacronismo de tal crença.

Há cinquenta anos, era possível que, oriundo de família pobre, um trabalhador precoce, em qualquer setor da economia, pudesse ter uma razoável ascensão social, prescindindo de alguns anos de escolaridade e de algumas outras habilidades e atributos adquiridos no seu processo de socialização. No mundo atual, quando os padrões de competição são exacerbados e os canais de ascensão são cada vez mais rígidos e seletivos, em virtude das transformações ocorridas no mundo do trabalho, o trabalho de crianças e adolescentes atua como um poderoso inibidor de oportunidades e de ganhos (incluindo a escolaridade) que compõem uma espécie de "capital cultural" para ser usado na vida adulta (DI GIOVANNI, 2004, p. 37).

As histórias de vida desses jovens são contadas em diferentes contextos, o que nos ajuda a entender sua visão sobre o mundo do trabalho. A noção de percepção aqui referida está relacionada ao conceito de *habitus* de Bourdieu. A partir dele, compreendemos por que a ideia liberal de meritocracia não se aplica de forma efetiva na vida dos aprendizes, ao passo que nos

responde essas duas indagações: quais as consequências do trabalho infantil e ou precoce; e por que esses jovens não enxergam os problemas que eles trazem?

Para responder a essas perguntas precisamos conhecer não apenas o que os indivíduos da “ralé” dizem de si mesmos, que é sempre também uma “justificação” da própria existência, mas, antes de tudo, como é construída a sua “segunda natureza” social que Pierre Bourdieu denomina de habitus de classe. Como vimos, essa “segunda natureza” é construída socialmente por herança familiar e afetiva. Ainda que essa “segunda natureza” possa ser modificada no decorrer da trajetória individual, ela também estabelece limites e possibilidades para essas mudanças possíveis (SOUZA, 2009, p. 410).

Assim como o histórico laboral de seus familiares, “a imensa maioria dos trabalhos realizadas por crianças e adolescentes compõe-se de atividades de baixa complexidade (embora muitas ofereçam altos riscos), que resultam em chances escassas ou nulas de qualquer qualificação profissional (DI GIOVANNI, 2004, p. 37). A respeito disso, já compreendemos como inicia a trajetória no mundo do trabalho dos jovens aprendizes, de forma precarizada, desprotegida e antecipada. A partir de agora, adentramos ao mercado de trabalho formal e explicitaremos as impressões e vivências dos nossos entrevistados a respeito de suas experiências.

## **4.2 A aprendizagem teórico/prática e expectativas sobre o mundo do trabalho**

### **4.2.1 O processo de seleção do Primeiro Passo**

Sobre o processo de seleção, a maioria dos jovens afirmou a participação nas oficinas de preparação para o mundo do trabalho realizada pela Sedest, por meio da diretoria de trabalho e renda. Apenas 2 dos entrevistados não passaram por ela, pois foram indicados diretamente pela empresa.

Nessa perspectiva, a partir da fala dos jovens, compreendemos que essas oficinas funcionam apenas como um filtro, uma triagem dos jovens que comporão o banco de oportunidades. Acaba sendo uma Orientação Profissional Tradicional, uma vez que a coordenação seleciona esses jovens, encaminhando-os para as empresas parceiras do projeto, e lá é que eles serão selecionados, passam por uma espécie de teste, como vemos nos relatos:

Quando foi... Eu me lembro que quando me ligaram do primeiro passo, me ligaram para fazer uma entrevista né! Numa empresa. Menino eu estava em casa sozinha, pense num sufoco que foi pra mim, pra eu ir para essa entrevista. Aí eu não passei,

mas eu ainda fiquei naquela, mas com uns três dias depois me ligaram de novo, aí eu fui fazer outra entrevista, aí nessa eu (Andressa, 21 anos).

Assim eu já sabia que tinha o primeiro passo mas eu sempre vinha tentando e nunca consegui aí eu passei um tempo, eu e meu esposo morava na casa da minha mãe aí passou um pessoal visitando lá do CRAS. Aí estava tendo um curso de capacitação no CRAS aí perguntou se eu tinha interesse de fazer aí eu disse mulher, eu não sei se eu vou fazer não, aí a mulher disse, se tu for fazer vai lá quarta-feira e leve essa documentação, aí eu disse tá bom. aí eu comecei, levei minha documentação pra o pessoal do primeiro passo, eles deram umas aulas falaram como é que é que a gente tem que se comportar numa entrevista, como era que a gente era para falar, se sentar e tudo, aí, quando foi com duas semanas, eles ligaram mandando eu ir lá para o CSU pegar uma carta para fazer entrevista lá na empresa. Quando foi pra gente ser selecionado teve um teste esse teste era o dia todo, a gente foi de manhã e voltava no sábado e ia à tarde aí o teste que eu fiz lá foi nessas alça que foi para separar, numerar a cor, carregar e fechar grade, eu fiquei nesse setor os outros ficaram na administração, teve outro que fez o teste nas Esteiras. aí passou uma semana, eles ligaram para gente, que a gente foi selecionado aí já mandou a gente levar a Carteira, levar documentação que precisava e na outra semana, a gente já foi. e lá uns ensinava agora daquele jeito era ensinava tinha paciência e outros era daquele jeito não tinha paciência (Amora, 22 anos).

Assim eles chegarem apresentaram o setor pra gente aí mostraram assim e botaram a gente pra trabalhar um dia como teste, esse é o serviço se vocês concordam com o serviço vocês ficam, se vocês quiserem mesmo (João, 19 anos).

É interessante notar que vários jovens relatam ter participado de seleções, ou seja, foram encaminhados para empresas, mas não passaram nesses testes. “*Eu fiz uma na coca-cola. (...) E fiz uma do hospital*” (João, 19 anos).

Poderíamos dizer que esse serviço de Orientação Profissional serve muito pouco para esses jovens, na medida que não atribuem grande importância à decisão específica da profissão a seguir. Nossos dados demonstraram que eles se consideram vitoriosos por “chegarem aonde chegaram”, ou seja, terem terminado o ensino médio, diferenciando-se do “destino” de seu grupo social (BOCK, 2008, p. 146).

Compreendemos que o fato dessa seleção de tipo tradicional ser realizada acaba por “expressar em suas práticas que o trabalho/profissão de populações de baixa renda não deva ser objeto de escolha e, portanto, de reflexão sobre ela” (BOCK, 2008, p. 147). Isso nos aponta que há uma descaracterização do programa enquanto política pública focalizadora, levando enquanto critério o estado de vulnerabilidade social do jovem, visto que essa colocação do jovem aprendiz, no mercado de trabalho, tem como prioridade a formação profissional e não a inserção e seleção de um trabalhador comum, já qualificado. Além do mais, reforça-se a ideia de que o sucesso almejado, conforme prega a ideologia (neo)liberal, só pode ser alcançado por meio do esforço e disputa pessoal. A ideia do vitorioso e do fracassado (BOCK, 2008, p. 96).

Não se trata aqui de uma descaracterização apenas pelo mero motivo da focalização, mas sim da perda do objetivo da ação política desenhada na política pública, como nos recorda:

A focalização como condicionalidade e como retificação ou redistribuição, indica que, como estilos de política social, focalização e universalização podem se combinar sob a batuta de uma concepção de justiça distributiva. Apenas na acepção restrita de política social residual, a focalização se encaixaria comodamente na visão de justiça de mercado, em sua versão popularizada na onda do chamado neoliberalismo (KERSTENETZKY, 2006, p. 571).

Trata-se de uma relação que, sob a aparência da inclusão, reitera a exclusão, pois inclui de forma subalternizada e oferece como bem-estar o que é na verdade direito (YAZBEK, 2009, p. 20). Dessa forma, “o teor sutilmente liberal dessa perspectiva se apresenta quando logo em seguida se pensa na solução: é preciso criar novas possibilidades de inserção, ou seja, novas oportunidades para quem está de fora” (SOUZA, 2009, p. 274). Do mesmo modo,

Essa modalidade de tratamento que o Estado vem dispensando aos segmentos mais pauperizados da força de trabalho deve ser apreendida no contexto contraditório das mutações econômicas, sociais e políticas que vem caracterizando o desenvolvimento capitalista no Brasil, sobretudo nas três últimas décadas (YAZBEK, 2009, p. 37).

Contudo corroboramos com Pochmann ao discutir os problemas das políticas públicas de inclusão produtiva para os jovens brasileiros:

Em síntese, o mercado de trabalho é entendido como independente do funcionamento da economia, cabendo exclusivamente ao indivíduo adaptar-se ao contexto dos empregos existentes e procurar favorecer-se do seu próprio esforço e postura qualitativa, como forma de superação da concorrência em relação aos outros (POCHMANN, 2007, p. 76).

Ainda segundo Pochmann (2007 b, p. 76), “nesse caso, a vítima do desemprego é identificada como responsável pelo próprio desemprego”. Portanto tais políticas públicas permeadas pelos ditames do mercado acabam por reproduzir as desigualdades presentes da nossa sociedade. Como nos afirma Pochmann (2007b, p.90), “todo filho de pobre está condenado a ter que ir cedo ao trabalho, ao contrário dos filhos de ricos, que somente ingressa no mercado de trabalho mais tardiamente, com mais alta escolaridade”.

Gostaríamos de ressaltar que compreendemos a importância conjuntural da política pública aqui analisada, ao passo que somos tributários da ideia central no pensamento de Pochmann, o qual aponta para a necessidade de políticas públicas universais que atendam a

população jovem brasileira, garantindo-lhes educação e condições para seu pleno desenvolvimento.

O jovem requer espaço e oportunidade para viver o seu tempo, munido de condições suficientes tanto para ampliar o tempo de não-trabalho, associado ao processo educacional, bem como uma melhor preparação para o ingresso em condições adequadas no mercado (POCHMANN, 2007, p. 114).

#### 4.2.2 Inserção formal e precarização dos aprendizes

Em diálogo com os jovens, quando indagamos como se dava o acompanhamento do projeto lá nas empresas, muitos apontaram a necessidade de fiscalização tanto da coordenação municipal como do próprio Ministério do Trabalho, como podemos observar na fala de Antônio, *“a gente sempre falava, com a coordenadora (municipal) sobre a fiscalização, porque ela falava, falava ó a gente vai fiscalizar isso, aí a gente sempre falava ó (supressão do nome da coordenadora) está acontecendo isso, está acontecendo aquilo. Só que nunca aparecia na empresa uma fiscalização”*. Ele acrescenta ainda sobre a fiscalização dos dois entes municipal e federal.

Não nunca vi. Era o que a gente mais buscava, né? Porque na Lei do Aprendiz, fala que a gente não deve fazer isso nem aquilo, a gente estava só mostrando que a gente estava na linha da lei. A gente só queria falar que ele está nosso direito. Fazer o que tá na lei (Antônio, 21 anos).

Assim como ele, vários jovens apontaram tais problemas:

É como posso dizer, as visitas das entidades nas empresas pra ver se realmente ela está cumprindo as leis né, porque muitas vezes tem a lei e as empresas não tá nem aí. Acho que as duas deveriam estar mais presentes, acho que quanto mais presente mais a empresa vai se sentir, é eu tenho que fazer isso senão eu vou ser multada né, e nenhuma empresa quer ser multada (Francisco, 21 anos).

Não, nunca teve uma fiscalização eu acho que com certeza deveria ir mais nas empresas, obrigar mais o fiscal ir à empresa, ver como é que tá os jovens aprendiz como eles estão se comportando, como estão tratando eles se tão enganando e focar mais nisto (José, 20 anos).

Eu acho que deveria melhorar a questão da fiscalização dentro da empresa (Amora, 22 anos).

Nunca vi. E eu acho que nem tem. porque a pessoa passar quase um ano, ali trabalhando sendo aprendiz e nunca receber uma visita para saber como é que está? Para saber se os aprendiz está usando os equipamentos, se está tendo todo aquele cuidado (Andressa, 21 anos).

Os jovens atribuem à falta de fiscalização uma série de descumprimentos de regras do contrato de aprendizagem por parte das empresas, entre eles a questão de horas extras:

Porque esse ano a gente foi muito enganando por falta de fiscalização, vamos dizer que enganado entre aspas que a gente estava pagando horas e a gente não era obrigado a pagar, a gente estava sofrendo desconto que a gente não era obrigado a ter e isto foi gerado por falta de conhecimento da nossa parte e por falta de fiscalização nas empresas (José, 20 anos).

Nós não podia fazer hora extra mas sempre eles queria arrumar um meio de colocar para gente fazer, aí sempre tinha uns que fazia normalmente, só que a gente sempre ia atrás para saber se estava certo, se a gente podia, se a gente não podia (Amora, 22 anos).

muitas vezes a gente fazia banco de horas e isso não era discutido no primeiro passo, a gente falava pro primeiro passo, o primeiro passo falava que isso não era permitido, só que tipo assim, a gente trabalha pra empresa e a empresa é quem manda. A pessoa falava pro primeiro passo e o primeiro passo não resolvia aí ficava nessa, o primeiro passo disse que não pode, mas não toma a frente, entendeu? eles falam que é uma coisa que não pode mas querem que a gente resolva e a gente não tem voz (João, 19 anos).

Conforme Roberta (22 anos), “no final do ano a gente compensou horas só que acabou que a gente não podia fazer, compensação de horas aí a gente não fez mais, hora extra não”. Amora nos apresenta os problemas relacionados à hora extra e à compensação de horário exigido pela empresa:

No final do ano eles botaram a gente para trabalhar no sábado, a gente passou quase um mês trabalhando no sábado, só que aí a gente não sabia que a gente aprendiz não pode trabalhar no sábado que é compensação de hora não pode a gente não sabia (Amora, 22 anos).

De acordo com as falas dos jovens, percebemos que em algumas empresas há o descumprimento da carga horária em contrato dos jovens, haja vista o jovem aprendiz na modalidade de 11 meses. Assim sendo, o Decreto n.º 5.598, de dezembro de 2005, disciplina sobre a jornada de trabalho do aprendiz:

Art. 18. A duração do trabalho do aprendiz não excederá seis horas diárias. § 1º O limite previsto no caput deste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tenham concluído o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

Art. 19. São vedadas a prorrogação e a compensação de jornada. (referência???)

Dessa forma, tanto o Art. 18 quanto o 19 supracitados permitem as horas diárias da aprendizagem até 8 horas para os jovens que já concluíram o Ensino Fundamental. No entanto, essa carga horária não pode ultrapassar 30 horas semanais, somada à carga horária da

aprendizagem prática com a aprendizagem teórica. Nesse cenário, os jovens aprendizes do Primeiro Passo não podem ter uma carga horária prática na empresa maior que 4 horas, pois os seus contratos de aprendizagem são na modalidade 11 meses, na qual 4 horas diárias de segunda a sexta-feira estão na prática na empresa e 8 horas, atividade teórica dividida em 2 dias, segunda e terça-feira. E tem uma aula complementar uma vez por mês para completar a carga horária teórica, sempre em uma quinta-feira, com duração de 4 horas.

De acordo com João, faltou fiscalização. Ele afirma que “*nenhuma vez eles foram lá*”, e aponta a falta de fiscalização como um dos problemas para os aprendizes atuarem em áreas onde não poderiam:

Não era pra gente trabalhar com peso, não foi permitido a gente trabalhar com peso, trabalhar com máquina, só que como não havia fiscalização, então isso tudo passava batido porque eu trabalhei em máquina no jovem aprendiz, eu era cortador (placa de borracha). Assim, eu fazia o meu serviço e aí me colocaram pra trabalhar nas máquinas, desenrolei aí eles me deixaram uns dois meses na máquina cortando (João, 19 anos).

Antônio aponta vários problemas relacionados a desvio de função e colocação de aprendizes em ambientes insalubres e perigosos. Ele afirma que tem sinusite e asma, mas que foi colocado para trabalhar vizinho a uma estufa para secamento de cola de sandálias. Segundo ele, não há uma rotina e um lugar fixo para os aprendizes:

Primeiro eu colocava as sandálias nas caixas, aí outras vezes eu ia colar, aí outras vezes eu ia para prensa, aí depois eu ia para o aperto. Era assim, tipo ah! tô precisando de alguém aqui na esteira, aí você ia para outra, aí tô precisando ali. Aí ia para outra, não tinha um destino. Entendeu? (Antônio, 21 anos).

Minha função é repositor, só que além dessa função eu faço várias outras lá, sabe. Então isso gera um lucro maior pra empresa né, ao invés de contratar um para cada função, ela põe um pra uma função e meia, duas função. Aí tenho que descarregar caminhão, subir lá pra o terceiro andar, descarregar pão, ajudar no estoque a guardar as coisas, a levar coisas pra os clientes fora, empacotar, limpar a sessão. É bom e ruim ao mesmo tempo.. é bom porque eu aprendo né, eu num fico mais leigo nessas áreas e ruim porque eu faço muita coisa, sendo que eu ganho só por uma, mas tô fazendo mais do que o meu dever (Francisco, 21 anos).

Com certeza eles colocam muito a gente pra fazer coisas que não podiam, porque não pode sair da empresa jovem aprendiz não pode sair da empresa que eles colocavam a gente pra gente fazer coleta de várias coisas, pegar pesos altíssimo e manusear máquinas que a gente não tem conhecimento não tem curso sobre isso várias coisas que eles botam pra fazer que a gente não poderia está atuando. - É barbear, pegar saco de um local como por exemplo de borracha pra levar de um local pra outros além de ser serviço pesado porque os sacos pesavam muito, são serviços fúteis porque é coisas que outros funcionários podiam fazer quando não tinha nada mesmo pra fazer aí botavam a gente pra fazer (José, 20 anos).

Hoje eu fico sempre no setor só que a injetora. na injetora eles fabricam as alças solado porém eu não pego as máquinas eu levo os produtos, os pigmentos para as máquinas, eu embalo solado e as alças, eu separo os pedidos, eu tiro o respaldo de alças quando precisa, desmancho pedido, carrego pedido, levo as alças tipo eu sou um serviços gerais da injetora. Uns 35kg e no máximo chega a ser uns 60kg a 65kg. Um serviço pesado inclusive lá na injetora tem duas embaladoras mulheres e quando eu cheguei lá, a supervisora falou que não era mais pra pegar peso qualquer peso era pra falar comigo pra eu pegar. Teve dois jovens aprendiz que operaram uma máquina pra quem corta tatame, ela tem uma guilhotina que quando ela desce ela corta a parte (José, 20 anos).

Eu comecei na parte da injetora que é onde eles fábrica as correias, os solados. Depois eu fui para a parte dos tatames, trabalha com a classificação de placas. O setor melhor era esse dois, né! São os mais leve, aí depois de lá eu fui tirado e colocado em um setor pesado, aí eu trabalhava no setor de coleta e separação, aí eu carregava saco, a parte do como eu falo, da reciclagem (João, 19 anos).

A única máquina que a gente mexeu lá que eu acho era só a prensa lá dentro, eu ainda aprendi a mexer no balancim que era uma máquina que cortava tecido, só lá tinha várias máquinas lá tem muitas (Amora, 22 anos).

Exige um pouco de esforço físico, porque oh você tem que pegar a caixa, tem que subir em escada, eu num sei nem na verdade se aprendiz pode? Assim ...Subir em escada, num tem, tem uma certa altura (Andressa, 21 anos).

Muito esforço, as caixas pesam e aí você tem que se atrepar para tirar as caixas lá de cima do estoque, aí pra carregar, descarregar caminhão, descarregando pão que os pão vem nos caixotão grande pesado ai o esforço físico é muito grande (Francisco, 21 anos).

Antônio afirma que, na indústria que trabalhava, os homens raramente iam ao banheiro.

Mesmo você trabalhando só 4 horas, você fica em pé lá? Raramente você vai ao banheiro. Porque... Eu não sei por que, mas lá você pedia para ir no banheiro muitas vezes. Mas eles priorizavam mais as mulheres (Antônio, 21 anos).

Segundo Antônio, um dos aprendizes machucou o braço em uma prensa, ao invés de levarem para um hospital, deixaram-no em casa, no outro dia, ele foi trabalhar, mesmo machucado, pois tinha medo de alguma represália da empresa. E ainda afirmou: “*eu mesmo, já usei prensa, já usei uma cola que a prega os dedos que num dava nem pra bater o ponto, pegava caixa e caixote pesado*”. O jovem também nos lembra que ele mesmo já vivenciou uma situação de lesão por esforço repetitivo e que foi negligenciado pela empresa.

Eu tive um problema no ombro por esforço repetitivo, falei com a coordenadora (PPP) e com a direção da empresa, mas disseram que não tinha o que fazer, aí eu mesmo sai de onde eu estava que era o encaixotamento e fui pra outra aera. Aí um amigo do RH me falou, que a minha chefe da esteira foi ao RH e disse que não sabia por que a empresa queria um aprendiz com problema no braço sendo que é preciso movimentar pra fazer o trabalho. Só que ela não sabia né que eu tive esse problema lá na empresa (Antônio, 21 anos).



Nas falas dos entrevistados, alguns jovens relataram que, além das condições insalubres a que eram submetidos, havia também a falta de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs.

Sim, porque logo no começo eles diziam acho que era no contrato, vem dizendo que a gente não podia mexer com cola, não podia mexer com solvente, e lá a gente fazia isso a gente mexia com cola, mexia com solvente tem que fazer essas coisas. Não, assim eles usavam mais aí ou era comprado e outras vezes, eles pediam né, os meninos pedia para, me der uma luva, me der uma máscara aí eles ia providenciar. Só era o que a gente usava lá e eu nunca cheguei a usar máscara, nem luva, não usava lá de jeito nenhum, eu passei usar agora quando foi no começo no finalzinho de fevereiro, por conta da pandemia aí eles obrigaram a gente usar máscara aí a gente usava mas antes não (Amora, 22 anos).

Não, ela fornece uma luvinha, mas aqueles protetor não fornece não, não, tênis normal. Se quiser as botas você tem que comprar por fora.. Frigorifico não, mas na câmara fria sim. As veze o cliente quer uma cerveja gelada, um Danone gelado aí entra lá e pega (Francisco, 21 anos).

Assim muitas vezes faltavam máscara pra gente, a gente ia muitas vezes atras do chefe de segurança. E ele falava não tem. Como é que você tem uma empresa de cento e poucos funcionários e tem 50 máscaras no estoque? Não tem sentido isso (Antônio, 21 anos).

Em questão de máscara foi agora em questão da pandemia aí eles deram. Mas desde o começo, não deram nada né, nem aqueles protetores da orelha. Eles têm, só que a gente pedia as coisas a eles, eles não davam, eles não traziam (Roberta, 22 anos).

A partir dos relatos dos jovens entrevistados, podemos perceber que há de fato um processo de inserção precarizada, haja vista os abusos e constrangimentos colocados aos jovens, principalmente em relação à sua carga horária. Percebemos ainda que esses jovens, ao assumirem atribuições correlatadas ao trabalhador adulto, têm se igualado no processo de precarização, exercendo assim uma função muito mais de trabalho do que de uma formação técnico profissional metódica. Também demonstrado que em nenhum momento os jovens afirmaram ter uma pessoa responsável por eles no local da aprendizagem prática, conforme exige a legislação em seu Art. 23.

Art. 23. As aulas práticas podem ocorrer na própria entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica ou no estabelecimento contratante ou concedente da experiência prática do aprendiz.

§ 1º Na hipótese de o ensino prático ocorrer no estabelecimento, será formalmente designado pela empresa, ouvida a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, um empregado monitor responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, em conformidade com o programa de aprendizagem (BRASIL, 2005).

Não há um treinamento específico e sequer uma inserção gradual em cada atividade. Um outro fator que caracteriza isso é justamente o uso dos jovens em atividades de pouca

qualificação, relegando a estas atividades meramente desqualificadas, o que dificulta assim o processo de aprendizagem desses jovens. Muitos afirmam que desde que entraram não houve nenhum treinamento e que não há um setor fixo para trabalhar. A cada dia, uma rotina e ambientes diferentes.

No início é sempre chato, porque eles ficavam. Oh! Faz isso direito, faz aquilo. Mas, como eu sempre fui aquela pessoa que fala, eu sempre falava com o chefe da esteira, cara eu sou aquela pessoa que estou aqui para aprender. Você tem né! A opção de me ensinar, não está vindo ninguém aqui para me ensinar. Então você que está aqui na função há tempo, você tem que me dá alguma dica para eu não errar. Aí eu sempre falava ai a gente passava por chato, muitos, muitos ficavam com raiva (Antônio, 21 anos).

Não, treinamento não teve não. É no dia a dia, nós entramos aí veio a gerente e “ó vocês vão fazer assim, assim e assim”. Ela chamou um menino pra ele ficar ensinando a nós (Francisco, 21 anos).

Vai aprender no dia a dia, nem apresentar a empresa eles apresentam, nem mau chega já trabalha e a gente vai pegando a prática no dia a dia (José, 20 anos).

Ela foi e explicou que tinha parte lá que era pesada, que tinha umas coisas que era mais leve, a gente chegou a ver o serviço mais leve, mas eles já botaram no pesado, a gente segurou e a galera foi pegando o serviço (João, 19 anos).

A gente ia aprendendo lá, mas não tinha aquele treinamento que era para ter. eles não explicava a gente direito o que era para a gente fazer, as vezes a gente fazia uma coisa certa eles diziam que estava errado, as vezes a gente não sabia direito eles não explicavam. Era só essa parte mesmo, as informações muitas vezes eles não passavam direito (Amora, 22 anos).

Dessa forma, embora o discurso oficial afirme que há uma inserção digna no mercado de trabalho para os jovens da classe trabalhadora, ao mesmo tempo esconde que o que há de fato é uma inserção precarizada de sujeitos que já vivem em uma realidade de vulnerabilidade social, advindas de uma precária vida socioeconômica, afetiva e de possibilidades educacionais.

Portanto o tratamento relegado aos jovens aqui expressos se aproxima das condições de trabalho presentes nos segmentos não organizados do mercado de trabalho, apresentados por Pochmann (2007 b, p. 57):

O padrão de inserção ocupacional do jovem é extremamente precário e instável. (...) É por isso que esse tipo de segmento do mercado de trabalho ocorre mais em economias capitalistas periféricas, com baixa fiscalização do poder público e ausência de instituições eficazes de representação e proteção dos interesses dos trabalhadores.

Além das condições enfrentadas pelos jovens aqui já mencionadas, há uma clara desorganização dos processos de trabalho nessas empresas. Isso, de maneira geral, perpassa aos

jovens trabalhadores todas as formas de tratamento praticadas pelos trabalhadores veteranos. De acordo com os aprendizes, muitos lhe tratavam bem, mas também há problemas:

Tipo a gente vivia quase direto no RH porque surgiu muita dúvida a gente sempre ia lá para tirar porque eles não explicavam direito a gente ia atrás aí eles achavam ruim quando a gente ia (Amora, 22 anos).

Muitos que já trabalhavam lá a muito tempo, eles ajudavam muito. Davam conselhos, muitas coisas lá. Mas, muitos, muitos ficavam com raiva porque o aprendiz tem direitos e eles tipo ficavam calados entendeu? E a gente não ficava calado sempre, esse ano 2019 a 2020. Nós pelo que escutamos lá e pelos que já trabalharam há tempo, falaram que foram os únicos aprendizes que mais falavam que, porque os outros ficavam quietinho, não iam atrás dos seus direitos e nós fomos os que mais que corriam atrás dos direitos, falavam mesmo (Antônio, 21 anos).

Aí tipo a gente que pegava muito, muito rápido alguns. Aí a gente ficava meio assim. Eita! esse menino tá mais rápido do que eu. Então ele vai ser colocado no meu lugar. Eu sempre falava lá, que eu não estava lá para ficar no lugar de ninguém eu sempre, eu fui pra lá. Para mostrar meu potencial e não era para tipo pegar vaga de ninguém. (Antônio, 21 anos).

Eu vi muita exploração dos efetivados, tudo coloca os aprendiz, chamava ei vamos me ajudar e aí dizia estamos ocupados, chama o outro aprendiz. Sempre quando é aprendiz e estagiário. Tinha e tem né. e qualquer erro é foi o aprendiz, nem que o erro seja dele eles colocam no aprendiz (Francisco, 21 anos).

Logo no começo era aquele olhar de desconfiança aquele olhar malicioso eles colocavam a gente pra fazer coisas, muitas vezes ficavam com brincadeira, zombavam da gente, riam quando a gente fazia uma coisa errada, porém a gente fazia por falta de explicação no primeiro emprego, ficavam quase usufruindo poder em cima da gente, ficavam colocando coisas que era pra eles fazer, ficavam mandando a gente fazer e era assim (José, 20 anos).

Os funcionários vão lhe ajudando, vão lhe auxiliando. Mas tem muitos né, que tipo assim, você tá trabalhando com eles, se acontece um erro ali, eles jogam a culpa pra cima de você que você é jovem aprendiz (João, 19 anos).

Uns ensinava agora daquele jeito era ensinava tinha paciência e outros era daquele jeito não tinha paciência (Amora, 22 anos).

Algumas não todas, mais qualquer coisa que der errado a culpa é do aprendiz é tipo isso (Roberta, 22 anos).

Eu acho que um pouco a falta de respeito foi a dos colegas do trabalho que às vezes. Fala que a vida de aprendiz é muito boa, trabalha só meio expediente ganha mais do que eu. Mas o aprendiz por mais que trabalha só meio período, ele se esforça tanto para mostrar um bom serviço e acaba até trabalhando mais do que quem trabalha as 8 horas (Andressa, 21 anos).

Conforme relatado, como os jovens não eram acompanhados por um único supervisor, responsável pela sua atividade prática, sem uma rotina pré-definida, então eram alvos fáceis para muitos trabalhadores veteranos. Por conseguinte, ficavam expostos a todo tipo de

brincadeiras e achincalhes. Além da desconfiança inicial com os jovens, há de fato uma expressão do grau de precarização do trabalho e individualização dos sujeitos impulsionada pela desregulamentação do trabalho, diminuição de direitos e garantias sociais, assim como a forte presença do desemprego na vida dos sujeitos.

O capitalismo na sua morfologia, como nos lembra Antunes (2009), tem promovido cada vez mais a alienação do trabalhador, sua individualização, o que pode estar sendo impulsionador do tratamento para com os jovens, haja vista que, em meio a trabalhadores precarizados, os aprendizes são vistos como trabalhadores especiais, com muitos direitos. Essa percepção é clara quando afirma-se que o jovem tem vida boa, que só trabalha meio período, que ganha mais do que eles (trabalhador comum). No segmento do mercado de trabalho denominado como geral, existe ampla competição entre os indivíduos de faixas etárias distintas, isso ocorre com frequência (POCHMANN, 2007, p. 56).

Dessa forma, a presença do aprendiz, mesmo estando em um ambiente precarizado, causa um certo estranhamento por parte dos veteranos. Por alguns motivos, esses jovens têm uma escolaridade maior do que a dos outros trabalhadores do chão de fábrica; estão sendo profissionalizados a partir do curso teórico e prático; eles têm buscado dialogar com os gestores na empresa sobre seus direitos; e um ponto a mais, como todos já tem mais de 20 anos, evoca-se a ideia do senso comum que já podem exercer as mesmas atividades dos outros trabalhadores. Esses tratamentos dos trabalhadores veteranos, assim como da própria empresa, são frutos daquilo que há algum tempo Ricardo Antunes (2009, p. 91) vem nos chamando a atenção: “ausência de regulamentação da força de trabalho, a amplíssima flexibilização do mercado de trabalho e a conseqüente precarização dos trabalhadores, particularmente no que concerne aos seus direitos sociais”.

#### 4.2.3 Experiências vivenciadas e perspectivas sobre o mundo do trabalho

Entre os 67 jovens do programa, 21 foram efetivados na empresa. Entre os 10 jovens entrevistados, apenas 3 ficaram na empresa. No entanto, como podemos notar, a maioria dos jovens nutria a esperança de ser efetivados na empresa. Entre os jovens entrevistados, apenas um jovem não demonstrou interesse em continuar caso a empresa o efetivasse, pois trabalhava em uma loja e, segundo ele, havia a possibilidade de assumir um cargo como vendedor, mas afirmou que não tem interesse em ser vendedor.

Em meio a todas as problemáticas aqui vivenciadas, debruçamo-nos a partir das perspectivas desses jovens após experimentarem a inserção produtiva formal. Dessa forma, nas

falas aqui elencadas, a centralidade do mundo do trabalho é o mote que orienta o horizonte desses jovens. Sendo assim, não podemos esquecer que o trabalho representa as contradições da realidade posta, ao passo que para os aprendizes é a janela aberta para as possibilidades de fugirem das condições socioeconômicas as quais vivenciam suas famílias. Então, quando perguntados sobre o trabalho e se gostariam de ser efetivados, afirmaram o seguinte.

Então eu acho que já teve interesse só que como aconteceu a pandemia acho que não vão contratar. Eu achei que eu ia ser efetivada, porque as vezes a gente escuta alguma coisa então eu achei que ia ser efetivada mas não ocorreu (Amanda, 20 anos).

A gente pegou a coisa muito rápido então eles já falavam, eu quero esse menino aqui pra ficar na esteira! eu quero esse aqui, não tire ele daqui. Então o cenário da pandemia atrapalhou muito, algumas pessoas queriam ficar, só que não deu certo, nenhum aprendiz foi efetivado (Antônio, 21 anos).

Todo ano eles sempre efetivam 2 ou 4, eu não sei se eles vão efetivar esse ano mas a gente ainda está esperando. Assim eu espero, né que eles chamem a gente de novo, mas por conta dessa pandemia, eu não sei se eles vão chamar para ser efetivado não, porque também a gente teve muito conflito com a empresa por conta da hora extra (Amora, 22 anos)

Não eles até do ano passado eles já efetivaram um e tipo, até antes da pandemia eles estavam fazendo entrevista para ser efetivado em outra área que era já da área da distribuição, aí por conta da pandemia deu aquela atrasada em tudo aí eu só vou saber se eu conseguir voltar para empresa, ou se realmente vai ter a vaga ainda por causa da pandemia (Miguel, 20 anos).

Os aprendizes relatam que a pandemia atrapalhou as suas efetivações. No entanto, fica claro também que as suas posições de exigir os direitos também pesaram na possibilidade de continuar na empresa, principalmente ao afirmarem que eles não podiam fazer hora extra nem compensação de hora.

A partir daí eles começaram a pegar mais no nosso pé, tipo eles procuravam colocar para trabalhar no sábado mesmo sabendo que a gente não podia, aí por conta dessa desavença também o dono ele disse que não queria mais a gente que não queria que a gente trabalhasse mais lá (Amora, 22 anos).

Alguns outros jovens afirmaram que no fundo as empresas não têm o interesse em preparar o jovem para ser efetivado, a maioria deseja apenas cumprir a cota da aprendizagem.

Eu acho que ela quer só cumprir a cota do aprendiz, mas se por acaso surgir alguma vaga, tenta encaixar algum aprendiz (Andressa, 21 anos).

Eu acho que no momento só cumprir a lei, porque no momento parece que nenhum aprendiz ficou, mas logicamente que nem todos estão qualificados pra estar lá mais a grande maioria já sabe bastante (Amanda, 20 anos).

Eu acho assim, que muitas empresas olha o aprendiz como gasto de dinheiro (Antônio, 21 anos).

A partir da fala da Amanda, ao afirmar que os aprendizes não estariam aptos a continuar no trabalho, nos traz a perspectiva liberal do individualismo como força motriz para a mudança da realidade.

Da mesma forma, a visão liberal de atuação do governo na temática da ocupação juvenil diz respeito à flexibilização do mercado de trabalho, partindo do princípio geral de que a produtividade do jovem é inferior à do adulto. Por conta disso, seria preciso oferecer compensações ao empregador para a contratação de um trabalhador jovem. Além dos subsídios, por meio dos contratos de trabalho flexíveis (contratação de experiência e de formação, estágios, entre outros), que se diferenciam dos contratos de adultos em relação ao tempo de duração do emprego, ganham maior importância as práticas de imposição de custos menores ao empregador, com salário abaixo do mínimo oficial ou com redução do pagamento dos chamados encargos sociais (POCHMANN, 2007, p. 77).

Encarna-se aqui uma culpabilização pelo insucesso, que é uma marca das trajetórias desses jovens, como vimos aqui ao tratar das motivações que levaram alguns a uma inserção precoce ao mundo do trabalho, e esse sentimento de culpa é representado em vários momentos pelos aprendizes. Principalmente quando indagamos sobre o que precisa para o jovem ser efetivado na empresa a qual estava.

Depende do Aprendiz o Aprendiz é quem tem que se esforçar. Não, Vai de cada um esforço é de cada um lá (Amora, 22 anos).

Eu acredito que depende de mim (Andressa, 21 anos).

Tem que ter muita agilidade, muita agilidade (Roberta, 22 anos).

Na minha empresa ela é a que mais efetiva os aprendizes. Porque aí não é ruim pra eles, é bom, porque tem a mão de obra qualificada né. Esse tempo que eu fiquei lá uns três ou quatro estagiários e eles não demoraram nem 4 meses e já saiu né, porque cozinhou muito o galo (fazia corpo mole), não fazia as coisas, ficava mexendo no celular. E nós não, nos realmente trabalha né (Aprendizes do Primeiro Passo). É tanto que a gerente até perguntou se tinha disponibilidade, interesse porque estava precisando, disse que sim vamos ver né (Francisco, 20 anos).

Eu acho que trabalhar, entendeu? Eu acho que ele precisa de um bom desempenho pra pelo o menos ser efetivado, pro efetivado é reconhecer que ele tá trabalhando, como realmente um funcionário de verdade e os chefes quando eles vão conversar sobre isso eles pedem a opinião dos efetivados, pra quem trabalha com você direto e eles também ficam avaliando e a partir daquilo ele junta tudo e pega a conclusão dele (João, 19 anos).

No discurso dos aprendizes, percebemos a reprodução da dita sociedade do mérito a qual pune os sujeitos ou corpos que não se adequam aos ditames da chamada meritocracia e

relegam aos dissonantes as piores formas de punição. No trabalho, isso corresponde ao desemprego, quando não há situação de empregos e ocupações precárias. O que está em jogo, na verdade, sem que paremos para pensar nisso, é uma luta constante, entre todas as pessoas, pelo reconhecimento de seu valor prático na sociedade do trabalho (SOUZA, 2009, p. 258).

Nas falas aqui dos aprendizes há uma alusão ao trabalho braçal, repetitivo e que não necessita de grandes conhecimentos técnicos para ser exercido. Mais uma prova disso encontramos na fala de José, o qual nos confidenciou que a empresa iria lhe efetivar:

Assim se você gosta de trabalhar que nem escravo eles lhe contratam, desculpa a brincadeira, porém é porque lá é assim, se não tem problema em ser mandado eles lhe contratam até porque eu sempre dei o meu máximo lá, busquei dar o meu máximo pra ver se eu ficava porque realmente eu estou precisando do dinheiro pra construir minha casa, pra ir atrás de outras melhoras, e eles me deram essa chance até porque eu nunca reclamei de nada lá, sempre ficava um tempo no setor, nunca reclamei do serviço e aí eles me deram essa vaga, porém tinha outro que estava no mesmo setor, só que ele não fazia tanta questão de ficar e acabou ficando (José, 20 anos).

se eles me chamassem eu iria só o fato da pessoa está empregada, eu sei que lá não é bom lá, você trabalha direto, mas aí você não vai estar parado você vai tá ganhando seu dinheiro (Amora, 22 anos).

Ela tem, ela quer que você fique, entendeu? Só que aí vai depender do funcionário ser for funcionário que quer moleza que quer sossego eu acho que nem devia tá no primeiro passo, devia procurar outra coisa, quando você entra como jovem aprendiz você tem que dar o dobro de si porque você trabalha somente um período, eles exigem de você, entendeu? Eles quer que você mostre que tá ali realmente pra ficar não que você tá ali por algazarra (João, 19 anos).

No entanto, nas falas dos outros jovens, percebemos os discursos ambivalentes ancorados nas necessidades imediatas, haja vista que nenhum jovem visualizava a empresa ou o trabalho exercido como algo duradouro, mas apenas como um trampolim para outras conquistas. Viam apenas como uma fase difícil a superar, mas como a via de superação da pobreza.

estar lá, ou ficar lá, pelo menos até você arranjar coisa melhor (João, 19 anos).

Gostaríamos de destacar a fala de João, haja vista que fora efetivado na empresa. Ele acrescenta que foi efetivado por conta do trabalho duro e por ter aprendido a utilizar maquinários na fábrica, ou seja, trabalhar como os trabalhadores efetivos para assim ser reconhecido. No entanto, na sua fala, ele traz novamente o desamparo sofrido pelo projeto ao não cumprir a fiscalização.

Naquele momento o que eu fiz é que ajudou eu a continuar na empresa porque eles estão lhe testando só que de acordo com o primeiro passo não era pra isso acontecer entendeu? Só que o primeiro passo não fiscaliza não tem nem cabimento aí pessoal falar porque você fala e eles quer mandar e-mail pra empresa, não é assim o certo é fazer a fiscalização de dois em dois meses ou três em três meses, só são onze meses de contrato o que é que custa? (João, 19 anos).

Como podemos notar, a ideia de força é uma tônica na fala dos jovens, o que vemos representando a construção social da desigualdade entre as classes presentes justamente no labor e na força de trabalho, o que nos leva a corroborar com Jessé:

Como já se pode ver, a construção dessa desigualdade é sutil. As ocupações braçais, que dependem muito pouco ou, na maioria dos casos, quase nada do conhecimento da escola são estigmatizadas o tempo inteiro simplesmente porque podem ser feitas por qualquer pessoa. Assim, a pergunta que sempre é silenciada na cabeça de milhões de brasileiros, trabalhadores desqualificados, é: quem sou eu, que valor eu tenho, se posso ser substituído por inúmeros iguais a mim, caso abandone minha ocupação neste momento? Dito de modo simples, a resposta, também calada, é: eu sou ninguém em minha sociedade (SOUZA, 2009, p. 258).

Acrescenta-se a essa articulada ideia de Jessé uma outra igualmente pertinente para as análises aqui realizadas por nossa pesquisa qualitativa:

Hoje em dia, o capitalismo pressupõe uma alta — comparativamente — incorporação de conhecimento técnico para o exercício de qualquer função produtiva no seu setor mais competitivo. Desse modo, ainda que a “ralé” inegavelmente disponha de “capacidades” específicas que permitem desempenhar seus subempregos e suas relações comunitárias, essas “capacidades” não são aquelas exigidas pelo mercado moderno em expansão. (...) É por conta disso também que a “ralé” brasileira moderna não se confunde com o simples lumpemproletariado tradicional. Como ela não encontra emprego no setor produtivo que pressupõe uma relativa alta incorporação de conhecimento técnico ou “capital cultural”, ela só pode ser empregada enquanto mero “corpo”, ou seja, como mero dispêndio de energia muscular (SOUZA, 2009, p. 23).

Sendo assim, para o jovem brasileiro, a sua entrada no mercado de trabalho, bem como a manutenção da empregabilidade, é marcada por desafios, como nos evidenciam Corseuil e Franca (2020, p. 100), “um início promissor no mercado de trabalho é um desafio difícil enfrentado pelos jovens trabalhadores, mesmo em períodos em que a atividade econômica, e especificamente o mercado de trabalho, apresenta bom desempenho”. Ademais, numa economia de capitalismo periférico, como a brasileira, somada à pandemia do coronavírus, a inserção digna dos jovens torna-se um problema ainda maior, como bem nos lembra Corseuil e Franca (2020, p. 101), “a inserção dos jovens no mercado de trabalho em dois episódios recessivos confirmam um quadro de deterioração e afastamento dos jovens do mercado de trabalho, sobretudo agora em 2020, por conta da pandemia da Covid-19”.



Para esses jovens, assim como para a classe trabalhadora em geral, o chamado pós-pandemia certamente acentuará as desigualdades existentes.

e, portanto, exige uma redefinição do papel do Estado e do lugar do trabalho na sociedade. Em relação às especificidades do Brasil, é preciso considerar que se trata de um país de capitalismo tardio e periférico, sem um mercado de trabalho estruturado, cuja população transita do emprego ao desemprego, do formal ao informal, de atividades precárias à ilegais (MANZANO, TEIXEIRA e KREIN, 2020, p. 1).

Essas medidas serão de vital importância, haja vista que, para os cenários futuros, as evidências são “de que os efeitos de períodos de recessão na inserção dos jovens no mercado de trabalho perduram muitos anos além do fim do período recessivo” (CORSEUIL e FRANCA, 2020, p. 93).

#### 4.2.4 O trabalho enquanto valor moral e dignidade e aquisições a partir da renda

Para os jovens, a questão econômica e as aquisições possibilitadas com o salário da aprendizagem são muito importantes em seus discursos. Para além da questão econômica dos jovens, que, como já vimos aqui, tem um grande peso nas pseudo-escolhas, devemos compreender o valor moral que tem o trabalho para as classes subalternas. Os jovens veem a oportunidade do primeiro emprego como um valor de dignidade por estar ganhando o seu próprio salário, ajudando nas despesas de casa.

Rapaz, é uma coisa que você fica poxa.. não é o dinheiro que minha mãe me dá não, é o dinheiro que eu suei pra conquistar. É outra coisa, o dinheiro só presta quando ele é suado é que você dá valor a ele.. agora finalmente minha carteira está assinada né, já tenho o meu primeiro emprego né, vou ter a experiência né, e positivo também eu sei o que eu quero pra minha vida, se eu quero ficar ou não ficar no emprego se eu quero outro lugar melhor. Ponto negativo, pra mim não tem assim. Só o salário que é pequeno, mas pelo menos para o horário nosso ele é justo né? (Francisco, 20 anos).

Ah! Foi uma felicidade enorme né! A pessoa pensa em várias coisas que você vai, vai comprar, né? Pra vê! E você dá até mais valor no tem! Ao seu dinheiro porque você trabalhou, você suou (Andressa, 21 anos).

É muito satisfatório você tipo ter como profissão tanto na sua carreira de trabalho porque antes eu não tinha nada na carteira. Não tinha para onde ir, tipo hoje em dia eu já tenho direcional, uma carreira a seguir uma carreira se especializado tipo, se não fosse o primeiro passo, hoje em dia não seria praticamente nada no mercado de trabalho ia ser como qualquer pessoa com o básico de ensino médio (Miguel, 20 anos).

Vai fazer falta pra mim, porque eu queria fazer mais coisas, pagar curso pra mim que eu preciso bastante. Ajudar em casa mesmo. Ajudei em casa até pra comprar algumas

coisas em casa, e comprar algo pra mim né. Celular. Não tenho fiz mais eu ajudo água, luz é internet (Roberta, 22 anos).

Não bens materiais mas eu comprei meu celular, foi mais ajudar em casa mesmo. na energia, e na água. Assim como foi minha primeira experiência eu não tive tanta, eu não sei muito bem qual profissão seguir exatamente, é mais como assistente administrativo então eu fiquei fazendo um pouco de tudo na empresa, que a empresa é de venda e de comercio ai não foi um local que eu me interessei tanto, não foi uma coisa que eu achei que era pra mim sabe ai estou procurando. Você trabalhando com a carteira assinada, você vai ter Claros direito, né? (Pedro, 22 anos).

Sim! Porque com meu salário ajudo aqui em casa eu compro as minhas coisas e também guardo. Assim, para alguma coisa futura porquê e ainda pretendo seguir nessa área, não sei se eu vou conseguir, né. Mas. Futuramente eu preciso comprar um transporte pra mim. E está sendo muito importante! Porque pra mim tirar um transporte pra mim, eu vou ter que tirar habilitação e tem todo um custo (Andressa, 21 anos).

Justamente isso, ganhar dinheiro, ajudar em casa, comprar minhas coisinhas, ajudar a mãe (Francisco, 20 anos).

Vai baixar um bocado vai pesar na parte porque minha mãe tem alguns problemas aí a gente precisa tá comprando medicamentos pra ela, vai fazer falta no momento que precisar comprar algum medicamento, de precisar fazer a feira, água, luz vai fazer muita falta.- Ajudava aqui em casa e coisas pra mim, tipo um celular que fosse melhor porque o que tinha não era muito bom aí acabei comprando o melhor pra mim e o resto foi tudo pra dentro de casa (José, 20 anos).

Nos discursos proferidos, o trabalho é apresentado como a oportunidade de se perseverar em busca de uma distância da realidade vivenciada, tendo em vista que, muitos desses jovens, ao menos comparado às profissões e escolaridade dos pais, já alçaram um patamar um pouco acima do conquistado por seus familiares. De acordo com Souza (2009, p. 115), a “dignidade do trabalho” é fonte objetiva de todo reconhecimento social e de toda possibilidade de autoestima modernamente produzidos. Não obstante, seguimos o pensamento de Jessé, o qual defende que é o discurso da moral presente, no dito trabalho digno, que serve, especialmente, antes de tudo, para produzir e legitimar distinções sociais entre indivíduos, grupos e classes sociais (SOUZA, 2009, p. 397). Ao passo que acrescenta que:

O que é escondido pela ideologia do mérito é, portanto, o grande segredo da dominação social moderna em todas as suas manifestações e dimensões, que é o “caráter de classe” não do mérito, mas das precondições sociais que permitem o mérito. Desde que se demonstre que o acesso ao conhecimento útil e, portanto, à dignidade do trabalho útil e produtivo — que é também base da noção de sujeito racional e livre — exige pressupostos desigualmente distribuídos por pertencimento de classe, ou seja, por privilégios de nascimento e de sangue — como em qualquer sociedade pré-moderna —, e não decorrentes de mérito ou talento individual, então podemos criticar toda a desigualdade social produzida nessas condições como “injusta” e “ilegítima” A demonstração inequívoca, para qualquer leitor de boa vontade, dessa realidade no caso brasileiro, para toda uma classe social condenada ao fracasso, que chamamos aqui provocativamente de ralé (SOUZA, 2009, p. 121).

Dessa forma, no Brasil, a uma fração da classe trabalhadora – a qual Jessé denomina como ralé – é negada historicamente o direito de uma cidadania plena e de condições sociais de superação da pobreza e extrema pobreza e assim exercerem de forma autônoma a escolha de uma profissão e ofício.

Como observamos na fala de Antônio (21 anos), “foi a minha primeira assinatura. Nem meu pai nem minha mãe tem a carteira deles assinadas, ainda estão brancas. Já bati até a foto”. No discurso do jovem, evoca-se a comparação entre ele e seus pais que, por não terem uma carteira assinada, uma ideia de superação, e de fato podemos considerar que ele tem acesso a alguns direitos que lhe garantem uma renda formal e um contrato minimamente estável como aprendiz, muito embora com prazo determinado. Também a possibilidade de aquisições materiais e de consumo doméstico. No entanto, isso não o isenta do sofrimento e das condições precárias que o jovem enfrentou na sua experiência de trabalho. Dito isso, a historicidade da classe à qual ele pertence está presente como herança da reprodução social da sua família que, para Jessé, funciona como uma espécie de “herança irrecusável” (SOUZA, 2009, p. 126).

O que percebemos é que, para esses jovens trabalhadores, o trabalho formal é uma garantia para a manutenção das suas esperanças de mobilidade social e melhoria de vida e o mínimo de segurança no mercado de trabalho.

Assim quando eu entrei, eu pensei que fosse um salário assim de 400, 300. Eu pensei que jovem aprendiz recebia pouco. Aí eu vi que a gente recebi até 700 reais. Eu sei que era pouco para muitas pessoas, mas para mim era muito. Para minha família era muito. tipo, a primeira vez que eu recebi eu dei tudo pra minha mãe, não fiquei com nenhum tostão no bolso, eu dei tudo pra ela, mãe isso aqui é pra pagar as contas (Antônio, 21 anos).

Ainda sobre as possibilidades de aquisição e dignidade trazidas pelo trabalho, Antônio nos afirma o seguinte:

Então além de tipo realizar um sonho no primeiro sonho. Era comprar meu óculos, aí eu peguei comprei meu óculos. E eu sempre quis. fazer um curso online pago, aí eu comprei aquele o curso.

Desse modo, para Antônio, as conquistas e o consumo de bens advindos do esforço do trabalho trazem a sensação de dignidade. Como descrito por Souza:

finalmente consegue alcançar o patamar de dignidade que antes lhe era negado todos os dias. alcança a dignidade do produtor útil, e dos prêmios e troféus que são frutos do seu trabalho, pois através dos salários poderia agora planejar consumir um dia aquilo que ainda não podia ter no momento (SOUZA, 2009, p. 138).

Ainda essa percepção de dignidade dele é julgado como fruto do esforço e da resiliência em buscar as oportunidades, que, ao atingir o prêmio que era o primeiro emprego, fora possível também dividir o troféu com sua família, a qual orgulhosamente pode demonstrar o sucesso atingido:

no dia que me ligaram era aniversário da minha mãe e foi tipo um presente para ela. Porque eu sempre corri, eu saía às vezes de madrugada. 5 horas da manhã e ela não sabia onde eu estava, ligava para mim. Aí falava como é que você está. Onde é que você tá? Aí? Eu estava lá no shopping. Lá na Avenida Padre Cícero às vezes entregando currículo (Antônio ,21 anos).

Portanto, essas palavras representam a violência simbólica a qual os jovens advindos de bairro periféricos sofrem ao não disporem de uma certeza sobre seus futuros, escolares ou de experiências de trabalho. “As virtudes reativas do pobre honesto dependem muito desse mecanismo de projeção simbólica. A mulher e o homem honestos, os bons-moços de nossa ralé busca de algum modo se distinguir socialmente na e apesar da sua situação desvantajosa de classe” (SOUZA, 2009, p. 237). Contudo a oportunidade do primeiro emprego e com carteira assinada representa o ideal de dignidade, e ser o primeiro da família a possuir uma assinatura na carteira confere-lhe o status de respeitabilidade, frutos do trabalho produtivo, útil.

Nas falas dos jovens também percebemos uma grande valorização do trabalho formal e uma alegria por terem a sua carteira de trabalho assinada, o que para eles é um marco que legitima a sua posição de trabalhador ao passo que deixam um pouco de lado os problemas enfrentados nas suas trajetórias nas empresas.

Todavia, essa tal dignidade esconde a violência simbólica sofrida por esses jovens diariamente e historicamente por sua classe. Pois, como nos esclarece Pochmann,

Constata-se, por exemplo, que os jovens filhos de pobres no país encontram-se praticamente condenados ao trabalho como uma das poucas condições de mobilidade social, posto que ingressam muito cedo no mercado, com baixa escolaridade para ocupar as vagas disponíveis, geralmente com menores remunerações e em posição de subordinação no interior da hierarquia no trabalho. O contrário parece ocorrer com os jovens filhos de pais de classes média e alta, que possuem, em geral, condições de financiar a inatividade, elevando a escolaridade e postergando o ingresso no mercado de trabalho. Assim, terminam por obter acesso às principais vagas disponíveis, com maior remuneração e em postos de direção no interior da hierarquia do trabalho (POCHMANN, 2007, p. 111)

#### 4.2.5 Importância do Primeiro Passo

A partir das falas sobre a importância do emprego formal, os jovens demonstram um sentimento de gratidão pelo Projeto Primeiro Passo para conseguir o primeiro emprego, ao passo que foi unanimidade a boa relação com os conteúdos do curso teórico, assim como a relação com os professores instrutores. As únicas ressalvas foram em relação ao ambiente de relação do curso.

Esse ano a questão do ambiente que a gente fazia o curso não era muito bom. Acho que podia aumentar um pouco tem muito jovens atrás. Eu tinha me inscrito um ano antes aí eu, fui lá renovei de novo aí na terceira vez passou um mês eu acho, um mês e meio pra chamarem pra entrevista (Roberta, 22 anos).

Eu acho que a estrutura do colégio. Porque assim, não é muito favorável, nem tanto os alunos e acho o que nem para os professores. Né? Por exemplo que nem a lousa entendeu? Não estava muito bem adequada, para escrever, Tipo passar um filme, alguma dinâmica, alguma coisa nesse sentido, Eu sei que as vezes é complicado entendeu a turma é numerosa que nem no caso foi a minha turma e a questão assim de manter um certo controle né, para fazer uma coisa diferente. Mas, seria mais interessante (Andressa, 21 anos).

Eu acho que é pouco eu acho que...ainda tem muitas empresas que deveria palpitar por mais vagas (Andressa, 21 anos).

Eu acho que eu ia procurar outros meios da aprendizagem ou eu ia tentar a sorte, né! A concorrer outras vagas ali e com outras pessoas que tenham anos de experiência, o que seria muito difícil né! Por perdi muito (Andressa, 21 anos).

Se num fosse o Primeiro Passo, acho que poderia até conseguir um trabalho mas não de carteira assinada, não com direito que a pessoa tem, que nem eu trabalhava na padaria que não tinha nenhum direito (Amora, 22 anos).

Sim, ajudou bastante porque aí a gente já tem experiência ou seja, se a gente tivesse de fazer um currículo e deixar em outras empresa, com certeza a gente seria chamado. Porque a gente já tem experiência naquela área que a da produção a gente já sabe mais o menos como é que funciona (Amora, 22 anos).

O primeiro passo me deu a oportunidade que eu não tinha nas outras instituição. E o primeiro passo deu essa abertura no mercado de trabalho que eu não tinha, eu já rodei muitas instituições sem ser o primeiro passo e sempre não dava certo quando eu entrei no primeiro passo é que estava tendo no Cras. foi rápido, eu entrei muito mais rápido (Antônio, 21 anos).

Não, acho melhor entrar pelo o curso primeiro passo por ele ser uma forma regular uma forma certa e você vai ganhando mais conhecimento antes de atuar certamente em uma empresa, você vai ganhando um aprimoramento pra um conhecimento evoluindo cada vez mais pra quando você entrar no jovem aprendiz, saber o que vai querer e o que vai fazer (José, 20 anos).

Eu acho que teria sido mais difícil porque até pra mim entrar no primeiro passo demorou né. Foi um ano e meio mais ou menos pra mim conseguir entrar (Francisco, 20 anos).

É melhor formal, é melhor dessa forma um contrato de jovem aprendiz porque se com o contrato acontece tudo isso ainda imagina sem o contrato fica bem complicado (João, 19 anos).

Nesse ponto, gostaríamos de ressaltar que a Lei da Aprendizagem, assim como os programas baseados nela, é fruto de um momento político econômico permeado por contradições, o qual

o governo Lula, agindo com cautela e habilidade política, colocou – em termos concretos e simbólicos - o foco na ralé. Mais do que isso, apesar de ter subordinado a macroeconomia à ortodoxia neoliberal, o Estado foi lentamente alçado ao primeiro plano como instância propulsora de um desenvolvimento social particular, no qual a defesa da massa trabalhadora – ou a reversão do processo de construção social da subcidadania- foi apresentado pragmaticamente, por meio de políticas públicas específicas, como ponto nodal dos governos petistas (MANZANO, 2017, p. 83).

#### 4.2.6 Término da aprendizagem e o desemprego juvenil

Nos diálogos com os jovens sobre as perspectivas futuras de quando acabar o contrato da aprendizagem, buscamos compreender quais estratégias eles tinham para reinserção no mercado de trabalho – caso não fossem efetivados –, assim como as possibilidades que avistavam.

Alguns pensam em procurar emprego, outros em trabalhar informalmente ou montar o próprio negócio e alguns falam do sonho em exercer algumas profissões e em cursar uma graduação.

A jovem Amora nos relata que tentará buscar um outro emprego. Ela nos lembra que passou no Enem e foi convocada na segunda chamada do Sisu para o curso de Letras Libras na Universidade Federal do Cariri – UFCA, com sede em Juazeiro do Norte. No entanto, estava pensando em desistir por conta que, para ir até a universidade, tem que pegar duas conduções e, para voltar, teria problemas, já que o horário do último ônibus do seu bairro é mais cedo.

É dois ônibus, aí é um problema, pra ir mas o problema é pra vir o último ônibus daqui do bairro é 22:30 e um de lá é 22:20 ai não dá tempo eu pegar o ônibus de lá e pra lá e do shopping ir pra casa.

Mas, pelas palavras dela, as dificuldades já estavam lhe impulsionando a desistir do curso, pois logo em seguida afirma o seguinte: “*se eu fizer o vestibular agora no meio do ano e passar eu pretendo fazer para pedagogia, porque para pedagogia eu tenho mais acesso para pegar transporte*”. O vestibular que ela fala é da Universidade Regional do Cariri – Urca, uma

universidade estadual, mas que o curso de Pedagogia fica na cidade de Crato, distante cerca 12 quilômetros. No entanto, embora seja mais distante, há um transporte gratuito de estudantes que passa pelo bairro dela, diferentemente da UFCA, que, mesmo sendo mais próximo, o acesso é mais limitado.

A partir da fala de Amora e de outros jovens que apresentaremos mais à frente, nos rememora o que discute tanto Souza (2009,2012) como Pochmann (2007 b) sobre as necessidades inerentes a cada fração de classe, em especial aos filhos da classe trabalhadora que, como fruto das condições socioeconômicas e disposições socioafetivas das suas famílias, acabam por ter que trabalharem ao invés de manterem-se mais tempo apenas estudando.

Antônio apostou todas as suas esperanças na oportunidade do primeiro emprego. Como nos relatou, ele fora aprovado em algumas instituições, como Letras, na Urca; Educação Física, no Instituto Federal do Ceará – IFCE; porém diz que seu grande sonho é cursar Direito e que até conseguiria entrar, mas, na Universidade Federal do Piauí – UFPI, entretanto, sua família não teria como mantê-lo longe. Dessa forma, afirmamos:

Eu cursei um mês ainda de Educação Física no IFCE. Mas aí vem logo a oportunidade do jovem aprendiz. E como eu estava esperando muito tempo essa oportunidade. Aí eu deixei de lado, porque eu sei que atrapalharia o horário. Eu mesmo fazendo um curso desse acho que lá na frente, eu iria me arrepender.

Sendo assim, uma das aquisições a qual ele atribui muita importância é a compra de um curso on-line preparatório para Enem e vestibulares. Para ele, esse curso lhe proporcionará a continuidade dos estudos para ir tentando entrar no curso de Direito, que é o seu sonho, seja na universidade pública ou na privada, pelo Prouni.

O imediatismo da classe trabalhadora pauperizada é o grande agente impulsionador das escolhas. A propósito dessa temática, Jessé nos recorda que, em sua maioria, esses jovens “já nascem condenados. Nascem filhos de pais (apenas de mães, quase sempre) miseráveis não só economicamente, mas carentes de autoconfiança, de autoestima e sem ter internalizadas as condições psicossociais para ganhar a vida numa sociedade competitiva” (SOUZA, 2009, p. 99).

A jovem Amanda também nos relata que ingressou no ensino superior no curso de Saneamento Ambiental, mas preferiu desistir. Ela afirma que não se identificou e que gostaria de fazer o curso técnico em Segurança do Trabalho para continuar trabalhando na indústria, no entanto, encontra-se em um dilema: “*eu tenho dois planos, continuar disso de segurança do trabalho e querer mais empregos de fábrica mesmo ou fazer o concurso pra PM*”.

Destarte, a tomada de decisão desses jovens em relação ao curso superior é o que Jessé chama de escolhas “pré-escolhidas” pela situação e pelo contexto. Com esclarece:

A necessidade do trabalho se impõe desde cedo, paralelamente ao estudo, o qual deixa de ser percebido como atividade principal e única responsabilidade dos mais jovens como na “verdadeira” e privilegiada classe média. Esse fator é fundamental porque o aguilhão da necessidade de sobrevivência se impõe como fulcro da vida de toda essa classe de indivíduos. Como consequência, toda a vida posterior e todas as escolhas – a maior parte delas, na verdade, escolhas “pré-escolhidas” pela situação e pelo contexto – passam a receber a marca dessa necessidade primária e fundamental (SOUZA, 2012, p. 51).

Mesmo esses jovens que conseguiram adentrar ao Ensino Superior – o que seria um ambiente visto socialmente como promissor e objeto de uma possível ascensão social – são impelidos a priorizar o trabalho. Portanto acabam por serem vítimas da reprodução da sua classe, no tempo e no espaço. Classe essa que é expropriada não só economicamente, mas principalmente nos fatores e condições sociais, emocionais, morais e culturais (SOUZA, 2012, p. 22). Como resultado, temos uma histórica desigualdade entre as classes, socialmente legitimada no país.

É interessante notar que, entre os aprendizes entrevistados, temos sempre a menção de um desejo na realização de um curso superior. Dentre eles, como observamos, apenas Antônio está imbuído em continuar na trilha de forma mais consciente, considerando que ele já se deparou com os problemas e dificuldades dos vestibulares e do Enem. Se terá sucesso ou não, o tempo e sua resiliência é quem responderão. Nesse sentido, Antônio, Amora e Amanda não estão livres da chamada Perspectiva Mágica – a qual é resultante da falta de um pensamento prospectivo internalizado na e pela família – tão presente na ralé, como caracteriza Souza:

Quando esses indivíduos praticam somente uma “projeção intermitente e extraordinário do futuro”, como é o caso da perspectiva mágica que os ensina a perceber o amanhã como fonte de tudo que é improvável, não aprendem o processo cotidiano de “sentir o futuro” (SOUZA, 2012, p. 323).

Do mesmo modo, todos os jovens entrevistados mencionam a possibilidade de realizar algum curso superior. Entretanto essas menções figuram secundariamente, apenas como mera esperança mágica. Entre os aprendizes, além de Amanda, mais três jovens demonstraram interesse em realizar o concurso público para PM.

De acordo com Miguel, ele realizou algumas aquisições para estudar para o concurso da PM e possivelmente fazer uma faculdade em EAD.



Consegui adquirir muita coisa, eu consegui adquirir um notebook, eu tenho um wi-fi para estudar. Mas essas coisas assim, eu foquei mais em coisa de tecnologia assim para estudar em casa foquei mais nisso ter uma base boa para estudar em casa. E ainda mais se eu for querer fazer um superior ou querer um EAD. Fora o primeiro passo estudava para concurso quando eu estudava para o da PM Polícia Militar do Ceará. Estudava online que é o do primeiro passo estudava em casa (Miguel, 20 anos).

Penso em fazer um curso, um curso técnico ou uma faculdade. Mas a faculdade ainda não me decidi. tipo assim....Acho que seria mais ou menos uma faculdade de Engenharia. Mas pela experiência que tive no tiro de guerra eu queria fazer o concurso da PM (Pedro, 22 anos).

Eu pretendo fazer cursos que seria no horário do sábado que dê pra eu trabalhar, ou caçar emprego, que seja meio período e uma remuneração que der pra pagar os cursos, penso também em fazer o concurso pra PM. Eu tinha muita vontade de entrar em educação física (José, 20 anos).

O que percebemos nas falas dos jovens é mais uma vez suas realidades objetivas dominando o processo de escolhas e até de omissões. Como podemos notar em alguns discursos que apresentam novamente a esperança em um futuro, sem referência temporal ou proximidade, faltando-lhes o cálculo racional e o pensamento prospectivo:

Eu penso. Na área de cálculo, engenharia, física. Esse ano não por causa do trabalho porque teve essa pandemia, vou deixar para o próximo (Francisco, 20 anos).

Penso em fazer a faculdade de marketing.: Eu ainda pensei em fazer ali na UNIP, mas eu ainda não tenho esse pensamento. Está meio incompleto para definir esse ano, até porque eu estava fazendo o curso (aprendizagem) e estava trabalhando, eu não estava totalmente focada para fazer a prova do Enem (Andressa, 21 anos).

A fala de Francisco e de Andressa é permeada de muitas indecisões, que possivelmente retratem as condições de vida que eles vivenciam. No entanto, essa situação não é um fato isolado. Destacaremos o diálogo sobre essa perspectiva de uma profissionalização que tivemos com Roberta. Ela nos afirma que sempre teve um sonho, desde criança, de ser veterinária e que pretende cursar. Na sequência, segue nosso diálogo:

Você pretende cursar veterinária onde?

- Eu ainda não sei.

Você fez Enem ou se inscreveu?

- Não.

Pretende?

- Esse ano não.

Mas pretende se inscrever?

- Sim.

Já fez alguma vez o Enem?

- Não cheguei a fazer, já me inscrevi, mas nunca cheguei a fazer.

Como você pretende se preparar?

- Eu vou estudar bem muito né.

Mais você vai estudar onde? Vai tentar fazer um cursinho, vai estudar em casa? Vai fazer como?

- Vou fazer esses cursinhos.

Então você pretende fazer um cursinho pré-vestibular particular?

- Talvez.

Você já disse que se interessa em futuramente fazer uma faculdade, você se interessa mesmo por essa área de Medicina Veterinária ou você se interessa em outra área?

- Também já pensei em Educação Física.

(Roberta, 22 anos)

Pudemos notar nos discursos de muitos jovens uma expectativa, um sonho de conseguir uma profissão por meio do curso superior. Porém esses jovens estão realmente distantes da “cultura das profissões universitárias”. Não convivem com profissionais de formação superior e não têm, em seu grupo social, muitos exemplos e questões relativas a essa formação (BOCK, 2008, p. 147). Dessa forma, nas falas aqui expressas, vemos fortemente aquilo que nos recorda Souza (2012, p. 338), “a ‘esperança Mágica’ como forma de ‘projetar o futuro’, como se ele pudesse se realizar ao acaso, sem o encadeamento de intervenções causais encadeadas no tempo”.

Dessa forma, a escolha de uma profissão é algo secundário, já que o que importa é a luta pela sobrevivência. Até aqueles que conseguem minimamente ter um pensamento prospectivo e tentam trilhar os rumos do sonho da profissão que julgam ser a ideal deparam-se com as condições da realidade objetiva que lhes bate à porta, ou seja, sem a experiência prática socializada e vivida em suas famílias, sobram-lhes a “aposta mágica no futuro”, típica dos desesperados da ralé (SOUZA, 2012, p. 338).

Com a proximidade do fim dos contratos e a certeza de que não seriam efetivados, aparecem frequentemente nos diálogos a ideia de empreendedorismo, das mais diversas formas. Sendo assim, Roberta reafirma o valor do emprego formal: “*carteira assinada é mais para o futuro, né*”, mas pondera que, não tendo, ela já pensa em algumas formas de driblar o desemprego que se aproxima, “*eu já pensei em trabalhar com eventos, artigos de eventos, essas*

*coisas de decorações*”. Assim como Roberta, outros jovens também têm planos de exercer o empreendedorismo.

Eu já pensei principalmente agora, né que eu não sabia que eu ia ser efetivada empreender e montar alguma coisa, mas eu tenho minhas dúvidas (Andressa, 21 anos).

Estava até pensando em abrir uma loja de parafuso (José, 20 anos).

João (19 anos) afirma que já pensou em promover produtos na internet compartilhando links, pois, segundo ele, um amigo ganha mais de dois mil reais por mês promovendo produtos na internet.

Eu já pensei nisso já, me indicaram muito pra tomar uma atitude dessa, eu até penso, to analisando direitinho. hoje em dia, tem que trabalhar bem com as redes sociais, não é nem mais com questão de nome, nem nada, você tem que trabalhar com o virtual, só assim pra subir (João, 19 anos).

Uma loja virtual de Roupas e apetrechos de academia. Futuramente né uma academia. Essas coisas mais voltado pra o mundo do esporte sabe. As leis do país, muito imposto e muita burocracia pra uma pessoa começar assim né. Porque o passo mais difícil é o começo né, começar, criar. E as pessoas começam, mas tem uma derrota aí já para. E os grandes empreendedores tem a derrota, mas eles continuam até conseguir vencer. (Francisco, 20 anos).

Antônio destaca que o salário da aprendizagem foi muito importante para ele e a família, mas nos apresenta as experiências que teve na indústria:

Eu, passei um tempo assim de ver com os meus olhos que ali não era meu lugar. A indústria de calçados não era meu lugar, muitos até falavam isso também porque a gente via na verdade um cenário de muita humilhação, as pessoas sendo humilhadas e você vê ali e a pessoa ficar calado e não poder falar nada, isso é triste demais. Tipo depois né deu entrar no mercado de trabalho, eu vejo que você não pode fazer e você pode hoje, fazer dentro de uma empresa é bom você entrar dentro de uma empresa, porque você vê o real que acontece. Porque muitos conta como é a história, oh! Isso aconteceu. Mas, o melhor ainda é você vê com os seus próprios olhos né? O que está acontecendo dentro da empresa, o que eles gostam de ver em um funcionário (Antônio, 21 anos).

A partir desse relato, o jovem nos demonstra um sentimento de repulsa com o trabalho exercido e que não deseja voltar mais para a indústria. Além disso, de forma taxativa, exclama: *“sinceramente, eu não voltaria para indústria”*. Dessa forma, quando indagamos o que pensava fazer agora, ele nos respondeu: *“assim eu vou tentar. Buscar né, tipo como as pessoas falam né? Um famoso bico. Um aqui outro ali. Assim tipo no mercantil, alguma coisa assim na área*

*de organização no mercado*”. Posteriormente ele acrescenta, “assim eu gostaria de trabalhar na informalidade, sendo o próprio empreendedor. isso eu focaria numa loja física de vender tipo coisas esportivas, tênis, relógios” (Antônio, 21 anos).

Como podemos notar, nas falas dos jovens, a presença da ideia de empreendedorismo é vista como alternativa contra o desemprego, que se avizinha. Não à toa, esse é o discurso promovido pelas ideias neoliberais, que, de diversas formas, têm tomado corpo na sociedade capitalista.

De acordo com Dardot e Laval:

a política neoliberal deve mudar o próprio homem. Numa economia em constante movimento, a adaptação é uma tarefa sempre atual para que se possa recriar uma harmonia entre a maneira como ele vive e pensa e as condicionantes econômicas as quais deve se submeter (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 91).

Contudo é necessário recordamos que a inserção produtiva das famílias desses jovens ao mercado de trabalho se dá, em sua maioria, de forma precarizada, ou seja, atuando majoritariamente como autônomos ou no setor de comércio e serviços. Além do mais, muitos desse jovens já vivenciaram formas de trabalho desregulado. Nesse sentido, Jessé recorda-nos que:

Nessas condições, estimula-se um certo senso de oportunidade, uma vez que o mundo é marcado pelo fatalismo da “flexibilidade e do fluxo a curto prazo”, onde “a instabilidade pretende ser normal, o empresário de Schumpeter aparecendo como o homem comum ideal (SOUZA, 2012, p. 226).

Dessa forma, a ideia do homem empreendedor já é realidade na vida desses jovens. No entanto, restando-lhes apenas o exercício de adaptação às novas condições impostas pelo neoliberalismo.

Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 7).

Além do mais, o sistema neoliberal imprime um regime de concorrência em todos os níveis da sociedade, o que, segundo Dardot e Laval (2016, p. 7), “as formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação”. Como resultado disso,

para esses jovens brasileiros, essa lógica é um grande problema, já que pelas especificidades do Brasil

é preciso considerar que se trata de um país de capitalismo tardio e periférico, sem um mercado de trabalho estruturado, cuja população transita do emprego ao desemprego, do formal ao informal, de atividades precárias à ilegais (MANZANO, TEIXEIRA e KREIN, 2020, p. 1).

Contudo, sabemos que a ofensiva neoliberal sobre as decisões das políticas públicas no Brasil data da década de 1990. No entanto, aos jovens participantes da pesquisa recaem o que Pochmann já alertava sobre a necessidade de romper com políticas públicas de corte neoliberal, pois “o ingresso precário e antecipado do jovem no mundo do trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho numa possível trajetória profissional” (POCHMANN, 2007, p. 13). Mesmo que “para uns, pareça comum a combinação de trabalho com estudo (formal, curso supletivos e de qualificação profissional), (...) Como se trata de trabalhadores que estudam, diferentemente de estudantes que trabalham, a qualidade da aprendizagem fica comprometida” (POCHMANN, 2007, p. 13).

Enquanto isso, mesmo que uma perspectiva neoliberal ao longo do tempo abarque o todo da sociedade, os jovens da classe média e classe média alta têm conseguido prolongar seu tempo de estudo para além da universidade e alcançar empregos que lhes garantam uma renda muito maior do que a dos jovens pobres. Restando-lhes o que oferta a combalida economia brasileira.

Nos últimos cinco anos, com o choque recessivo de 2015-2016 e a guinada neoliberal, essas tendências regressivas se aprofundaram. As ocupações que cresceram foram as de vendedores, das atividades “uberizadas”, dos terceirizados e das atividades ligadas aos serviços pessoais (MANZANO, TEIXEIRA e KREIN, 2020, p. 1).

Contudo a esses jovens, “sob o neoliberalismo, foram introduzidas soluções individualizadas, exaltando as supostas virtudes do empreendedorismo, da meritocracia e da empregabilidade (MANZANO, TEIXEIRA e KREIN, 2020, p. 2). Dito isso, os aprendizes que não lograram a efetivação na empresa comporão as filas dos desempregados, “sem uma rede de proteção social, o desempregado acaba exercendo qualquer tipo de atividade, (...) recorrendo assim às estratégias inventadas para sobreviver” (POCHMANN, 2007, p. 42). Estratégias essas que, como já relatamos aqui, para esses jovens e suas famílias não é novidade. De novo, mesmo para eles, eram o trabalho formal, a carteira assinada, enfim, o mínimo de direitos sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi analisar a percepção dos jovens aprendizes do Projeto Primeiro Passo em relação ao mundo do trabalho. Essa proposta entendeu centralidade da categoria trabalho a partir dos fundamentos teóricos do materialismo histórico-dialético. Portanto, ao analisar a ação do Estado para inserção dos jovens no mercado de trabalho formal, foram imprescindíveis as contribuições de Márcio Pochmann (2007) principalmente no que diz respeito aos desafios encontrados pelo jovens brasileiros ao buscarem o primeiro emprego.

A categoria relacionada às percepções dos jovens foi analisada com base nos instrumentos teórico/metodológicos da sociologia crítica. “A verdadeira sociologia crítica procura sempre perceber tanto o componente de tragédia quanto o elemento de chance, de esperança que reside no bojo de toda mudança social bem compreendida” (SOUZA, 2012, p. 57). A valiosa contribuição da sociologia crítica de Jessé foi fundamental para que pudéssemos olhar para além do economicismo presente nas análises da realidade brasileira e, assim, compreendermos a lógica assistencialista presente nas políticas públicas no país, as quais refletem o processo de competição social desigual imposta historicamente à classe trabalhadora. Sendo assim, valemo-nos da ideia dele ao afirmar que “a ‘cegueira’ da percepção economicista do mundo reside em literalmente não ‘ver’ o mais importante, que é a transferência de ‘valores imateriais’ na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo” (SOUZA, 2009, p. 19).

Os jovens participantes da pesquisa são compreendidos na sua pluralidade e observados a partir das experiências laborais individuais e familiares. Com isso, foi possível esclarecer e responder ao problema da pesquisa, da mesma forma, os seus objetivos específicos. A apresentação de suas impressões a partir dos discursos traz à tona a dialética contida no trabalho, presente principalmente nas contradições e ambiguidades que a centralidade do trabalho tem na vida dos aprendizes e familiares. Os resultados estão articulados a partir de duas grandes dimensões, apreendidas com base nos discursos proferidos. Essas dimensões estão organizadas da seguinte forma: perfil socioeconômico familiar e experiências vivenciadas no mundo do trabalho; a aprendizagem teórico/prática e expectativas sobre o mundo do trabalho.

Na primeira dimensão – perfil socioeconômico familiar e experiências vivenciadas no mundo do trabalho –, foram atendidos os objetivos específicos que buscavam compreender a centralidade do trabalho na trajetória de vida dos jovens e de sua família, assim como investigar os motivos que levavam os jovens de baixa renda a buscarem prioritariamente sua inserção no mundo do trabalho. Nossa análise identificou que 60% dos jovens estiveram em situação de

trabalho infantil. Dessa maneira, isso tem uma relação próxima com a realidade socioeconômica vivenciada pelos jovens e as experiências pretéritas de seus familiares. A exemplo disso, constatamos que, na sua maioria, os pais e responsáveis têm baixa escolaridade, como, por exemplo, 80 % dos pais atingiram no máximo o Ensino Fundamental completo, já entre as mães, esse dado é de 60%. Ademais, apenas 20% das mães completaram o Ensino Médio e 20%, o Ensino Superior. Aliados a isso, os jovens afirmaram que 80% das mães começaram a trabalhar antes dos 17 anos, enquanto seus pais apresentaram uma taxa de 90%. Observamos ainda que a maior parte dos pais exerciam atividades produtivas de que necessita pouca instrução formal. Contudo apresentam baixo reconhecimento social e conseqüentemente baixos salários.

Portanto, nossos resultados nos levam a crer que as motivações que conduzem esses jovens a buscarem uma oportunidade tanto no emprego formal quanto numa atividade de trabalho infantil estão fortemente atreladas ao seu contexto sociofamiliar, nas condições de reprodução da sua classe social, nos domínios socioafetivos e experiências pretéritas dos seus pais, os quais, mesmo sem querer ou perceber, transmitem aos seus filhos a herança da desigualdade. Ressaltamos esse ponto pois, por mais que a maioria desses pais incentivassem os filhos ao trabalho para a partir dos 18 anos, isso era apenas da boca para fora, na prática os jovens iniciaram suas vidas no mundo do trabalho de forma precoce, e os que não iniciaram foi tão somente por falta de oportunidade.

Sendo assim, a partir da sociologia crítica de Jessé, compreendemos que essas são marcas da desigualdade que perpassam as gerações e que, a partir das ideias de Pochmann, o trabalho juvenil não é a melhor opção para o seu desenvolvimento, principalmente entre as classes pobres, pois isso tem relegado a esses jovens um papel social de mera reprodução das desigualdades e assimetrias de classes. Um outro ponto a destacar é a naturalização que essas famílias encaram o trabalho infantil, isso se dá por dois motivos, um é a questão econômica, pois esses jovens, ao sentirem a necessidades atreladas ao consumo, percebem que seus anseios não serão atendidos por seus pais, e o outro motivo está nas crenças do grupo familiar que são construídas a partir das experiências vivenciadas por pais e mães que iniciaram a vida laboral na infância e da experiência laboral exercida na infância e na adolescência. Dessa forma, o trabalho infantil é visto como uma fase pedagógica para esses jovens, pois seria uma preparação para o mundo adulto, assim como seus pais também passaram.

Na segunda dimensão – a aprendizagem teórico/prática e expectativas sobre o mundo do trabalho –, foram atendidos os objetivos específicos que pretendiam analisar como se daria a inserção formal dos jovens como aprendizes no mercado de trabalho num contexto de

precarização do trabalho; avaliar o Projeto Primeiro Passo a partir da sociologia crítica e com base nas percepções dos jovens; discutir como a razão neoliberal influencia nas representações dos jovens sobre o mundo do trabalho.

O processo de seleção do Primeiro Passo, por meio das oficinas de preparação para o mundo do trabalho realizadas pela Sedest, é o instrumento de inserção formal dos jovens no mercado de trabalho. Contudo, esse modelo é fortemente marcado pelas contradições inerentes ao mercado de trabalho brasileiro. Percebemos que essas oficinas funcionam apenas como um filtro, uma triagem dos jovens que comporão o banco de oportunidades. Acaba sendo uma Orientação Profissional Tradicional, haja vista que a coordenação seleciona esse jovem e encaminha para a empresa, e lá é que eles serão selecionados, passam por uma espécie de teste, como foi retratado pelos entrevistados. Com isso, ao passarem pelo crivo do mercado, são jogados ao sabor da sorte da competição.

Desse modo, o projeto, embora coloque como prerrogativa a questão da renda e da vulnerabilidade social, acaba por realizar um funil e jogar na responsabilidade do mercado a seleção dos jovens, o que denota uma falha no cumprimento do seu escopo institucional, pelo qual a política pública focalizadora objetivaria garantir a justiça social independentemente do mercado. Entretanto, nas falas dos jovens, o Projeto Primeiro Passo é visto com muita importância em suas trajetórias; demonstram um sentimento de gratidão por ter lhes proporcionado a conquista do primeiro emprego. Nos diálogos é preponderante a afirmação de que, sem o Primeiro Passo, seria muito mais difícil entrar no mercado de trabalho, assim como para alguns, dificilmente conseguiriam um emprego formal, com carteira assinada, restando-lhes apenas o exercício de trabalhos informais, desprotegidos.

Os aprendizes apontaram alguns problemas em relação à infraestrutura da escola, onde acontecia o curso teórico, sinalizando para a necessidade de algumas melhorias, ao passo que foi unânime a boa relação com os conteúdos do curso teórico e a relação com os professores instrutores. A inserção formal desses jovens é marcada por um contexto de precarização. O discurso do trabalho digno oficial não se cumpre na prática. O que há de fato é a inserção formal acompanhada por descumprimento da legislação da aprendizagem, horas extras e compensação de horas, exposição dos jovens em trabalhos insalubres, falta de EPIs; falta de orientação profissional, ausência de fiscalização do programa.

Vários problemas relacionados a desvio de função e colocação de aprendizes em ambientes insalubres e perigosos foram mencionados. Consequentemente há uma deturpação da ideia de formação profissional metódica, já que, ao colocarem os aprendizes para realizarem atividades insalubres em desacordo com a Lei da Aprendizagem e atribuições correlatas ao



trabalhador adulto, acabam por fazerem uso da mão de obra dos jovens como força de trabalho barata, igualando-os aos trabalhadores efetivos no processo de precarização.

Muitos dos entrevistados atribuíram aos problemas enfrentados nas empresas o fato de não haver a fiscalização por parte dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Ressaltando que, por diversas vezes, à coordenação municipal foram levadas as informações do que estava se passando, mas que nunca era solucionado. Com isso, para os jovens, somente a fiscalização *in loco*, tanto da coordenação municipal como do próprio Ministério do Trabalho, poderia equacionar os problemas relatados.

O diálogo com os jovens revela a centralidade do trabalho nas suas vidas como instrumento de superação da realidade socioeconômica. Nenhum dos jovens viam a empresa ou o trabalho exercido como algo duradouro, mas apenas como um trampolim para outras conquistas, uma espécie de fase a transpor. Ao mesmo tempo, as experiências vivenciadas e perspectivas sobre o mundo do trabalho entrelaçam-se com as contradições da realidade posta do mercado de trabalho precarizado, o qual experimentaram. No entanto, esses percalços muitas vezes são suprimidos pela possibilidade da renda, aliada ao valor moral que tem o trabalho para as classes subalternas. Para os aprendizes, a oportunidade do primeiro emprego traz um valor de dignidade, que se adquire a partir do momento que eles passam a contribuir no custeio das despesas de casa e assim deixam de ser um peso no orçamento familiar.

Logo, toda forma de precarização sofrida no trabalho parece tolerável diante das necessidades presentes em suas famílias, isso se justifica nos discursos dos aprendizes os quais atribuem a conquista do seu trabalho formal como fruto do esforço e da resiliência em buscar as oportunidades, reproduzindo assim a meritocracia liberal do merecimento. Portanto, ao atingir o prêmio, que é o primeiro emprego, é possível também dividir o troféu com sua família, a qual legitima a dignidade do esforço empreendido. Assim, a oportunidade do primeiro emprego com carteira assinada representa o ideal de dignidade, ao passo que ser o primeiro da família a possuir uma assinatura na carteira de trabalho confere-lhes o status de respeitabilidade, frutos do trabalho produtivo, útil.

Com a proximidade do término do contrato da aprendizagem, o desemprego de reinserção bate à porta dos jovens, e assim suscita neles uma série de sentimentos que estavam latentes. Entre eles a necessidade ou o sonho de se ter uma profissão, em cursar uma graduação ou continuar a que estava encaminhada. E, como observamos, todos os jovens entrevistados mencionam a possibilidade de realizar algum curso superior. Contudo essa tomada de decisão estaria no que Jessé chama de escolhas “pré-escolhidas” pela situação e pelo contexto e não

está livre da chamada Perspectiva Mágica – resultante da falta de um pensamento prospectivo internalizado na e pela família – tão presente na ralé.

Um outro aspecto presente nos discursos dos jovens é a ideia de empreendedorismo, vista por eles como alternativa imediata contra o desemprego que se avizinha. Não à toa, esse é o discurso promovido pelas ideias neoliberais, que de diversas formas têm tomado corpo na sociedade capitalista, estimulado pelo Estado. Apresenta-se ainda como alternativa o trabalho informal, o chamado “bico”. Para eles, nesse momento nada é descartado. O que notamos é que na maioria dos discursos aposta-se na esperança em um futuro, sem referência temporal ou proximidade, faltando-lhes o cálculo racional e o pensamento prospectivo. Desse modo, a escolha de uma profissão é algo secundário, pois o que importa é a luta pela sobrevivência. Mesmo entre aqueles que conseguem minimamente ter um pensamento prospectivo, e tentam trilhar os rumos do sonho da profissão que julgam ser a ideal, deparam-se com as condições da realidade objetiva que lhes bate à porta.

Alguns aprendizes atribuem à pandemia o insucesso por não terem conseguido a efetivação na empresa. No entanto, no computo geral, a quantidade de aprendizes efetivados pelo Primeiro Passo no município de Juazeiro do Norte foi o maior dos últimos anos, somando 21 efetivações dos 67 aprendizes. Entre os 10 jovens entrevistados, 3 foram efetivados. Talvez a postura de alguns jovens em reivindicar seus direitos possa ter pesado na possibilidade de continuar na empresa, já que, entre os jovens mais atuantes, nenhum foi efetivado. Ademais, numa economia de capitalismo periférico, como a brasileira, somada à pandemia do coronavírus e seus reflexos futuros, a inserção digna dos jovens no mercado de trabalho formal torna-se um desafio ainda maior.

Dessa forma, esses jovens, ao serem impelidos a tentarem a vida em atividades de sobrevivência sem garantias de direitos sociais, jogados ao sabor da sorte, são mais uma vez vítimas do Estado e conseqüentemente da razão neoliberal. Sobrepujados às vontades das classes médias e altas, acabam condenados à histórica condição da sua classe despossuída economicamente e alijada da autoestima e cultura intelectual. Restaram-lhes o foço. Uma subcidadania legitimada pela cultura meritocrática.

Neste estudo demonstramos as dificuldades enfrentadas por jovens de baixa renda ao ingressarem no mundo do trabalho. Na maioria dos casos, sua inserção se deu em trabalhos desregulamentados, sem garantias sociais, assim como vítimas do trabalho infantil. Além do mais, quando conseguem entrar no mercado de trabalho formal, por meio da aprendizagem, deparam-se com a precarização no ambiente de trabalho e com a negligência por parte dos

programas públicos. Assim sendo, constatamos que a juventude ainda se constitui como um dos grupos etários que mais sofrem com a precarização do mercado de trabalho.

No discurso do Estado, o mote é de inclusão digna de jovens e oportunidade do primeiro emprego. No entanto, a partir da sociologia crítica, foi possível analisar os discursos dos jovens; compreender as ações práticas do Estado. Nelas, é possível desvelar o que os discursos tentam esconder; de que é a razão neoliberal que rege o Estado. Por trás do discurso de inclusão digna de jovens e oportunidade do primeiro emprego, o que temos é um discurso eivado de contradições que resultam na permanente desigualdade entre as classes. Consequentemente temos políticas públicas que, na prática, legitimam a inserção precarizada dos jovens, que acabam sendo vítimas do próprio Estado.

Contudo, os resultados deste estudo trazem reflexões que podem contribuir na formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que pensem os jovens da classe trabalhadora numa perspectiva de justiça social, compreendendo tanto as necessidades inerentes à sua faixa etária; as formas de reprodução social da classe à qual pertencem; assim como a histórica desigualdade que lhes submetem à subsunção da competição desleal.

Dito isto, colocamos como urgente, a necessidade de o estado do Ceará criar um programa de transferência de renda, que funcione como uma espécie de bolsa permanência na escola para os jovens em idade escolar. Tal programa, seria de vital importância para a redução da evasão escolar, assim como diminuiria o impacto pela busca de emprego no mercado de trabalho por parte dos jovens, além do mais, possibilitaria um incremento de renda para as famílias, podendo resultar na mitigação do trabalho precoce e incidência de trabalho infantil.

Não obstante, é imprescindível que estado do Ceará estruture um programa de orientação profissional para os jovens das classes pobres, que preconize a preparação para o mundo do trabalho, dando-lhes autonomia para a escolha de uma profissão, e que não sejam impelidos a escolher uma ocupação laboral simplesmente por não haver outras possibilidades, dada a sua condição socioeconômica. Portanto, aqueles que escolherem ingressar no mundo do trabalho que o façam a partir de uma formação laboral que lhe coloque em condições de igualdade, para que de forma deliberada possam escolher uma profissão e assumir postos de trabalho de forma bem qualificada que melhor remunere.

A Criação de um Sistema estadual de qualificação profissional que contemple todos os jovens, utilizando os espaços da rede estadual de escolas profissionalizantes e ampliando as parcerias com sistema S e entidades do terceiro setor. Tal programa, possibilitaria uma formação profissional para todos que desejassem ingressar no mercado de trabalho ou mudar de profissão ao passo que contemplaria os jovens que não estão mais em idade escolar, mas que

precisam de uma qualificação profissional e que hoje não dispõem de oportunidades de forma gratuita.

Efetivar o programa jovem aprendiz como política pública de estado e não somente de governo, criando e ampliando as possibilidades de inserção de jovens em diversos arcos ocupacionais, estimulando a contratação de jovens aprendizes nas pequenas e microempresas, e na administração pública direta e indireta, assim como a obrigatoriedade da contratação de aprendizes para empresas e entidades que detenham relações econômicas com o Estado. Atualmente o programa existe na forma de projeto de governo o que acaba por apresentar riscos de extinção caso haja mudança de governo. Também, tem pautado seu orçamento de forma mitigada, haja vista que não estimula a contratação de mais jovens aprendizes para além do limite mínimo exigido pela lei da aprendizagem, deixando de incluir mais jovens em mais empreendimentos e em variados arcos ocupacionais.

Por fim, é imperativo a construção de uma Política de Inclusão de Jovens a nível Estadual que seja pautada pela participação e controle social, priorizando na sua governança a participação dos coletivos juvenis, sociedade civil organizada e instituições de defesa de direitos da criança e do adolescente. Todavia, essas instâncias de controle social devem ser compostas por representantes de todas as regiões do estado, para que de forma descentralizada possam participar do processo decisório na execução da política pública.

A aprendizagem no decorrer do processo de construção dessa dissertação nos fez compreender que ela não se encerra em si mesmo e que a realidade analisada a priori é sempre mutável, pois segue a perspectiva dialética do tempo histórico, o qual não é linear. É justamente por esse motivo que as mutações do sistema capitalista seguem esse ritmo diacrônico, o qual nos instiga a seguir analisando os seus processos e metamorfoses.

Portanto abre-se a possibilidade de uma pesquisa longitudinal, ampliando os participantes em um estudo empírico, com os pais e responsáveis; os gestores do programa a nível estadual e municipal; ouvir os representantes das empresas; Ministério Público do Trabalho – MPT; Delegacia Regional do Trabalho; sindicatos; e principalmente acompanhar os jovens na sua entrada no Projeto, no término dos contratos, assim como os egressos efetivados e não efetivados nas empresas parceiras.

Esperamos com a conclusão desta dissertação que a sociedade civil, grupos de pressão, os gestores, políticos, formuladores e implementadores de políticas públicas reflitam sobre as problemáticas aqui analisadas e desenvolvam ou aperfeiçoem programas e projetos que rompam com a lógica neoliberal de assistencialismo focalizado e efêmero e cumpram de fato a justiça social por meio de programas de Estado.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, C. L. B. et al. MERCADO DE TRABALHO E VULNERABILIDADE OCUPACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI. In: MORETTO(ORG) **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de Emprego como instrumento de inclusão social**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018. p. 316.
- ANTUNES, D.; QUADROS, W.; GIMENEZ, D. O Brasil e a nova classe média dos anos 2000. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, nº 20. Outubro a Dezembro 2012. 12.
- ARRETCHE, M. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. 1º. ed. São Paulo: UNESP, 2015.
- AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BOCK, S. D. **A escolha profissional de sujeitos de baixa renda recém egressos do ensino médio**. Campinas, SP: Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação., 2008.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.**, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm)>. Acesso em: 08 out. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 5.598 de 01 de dezembro de 2005. **Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.**, 2005. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm)>. Acesso em: 08 out. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 8.740, de 4 de maio de 2016. **altera o decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, para dispor sobre a experiência prática do aprendiz.**, 2016. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8740.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8740.htm)>. Acesso em: 02 out. 2020.
- BRASIL, M. portal.mec.gov.br, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 15 Julho 2019.
- CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; DA COSTA, V. (Org.) **O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014.

CANO, W. Brasil – construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 2 (60), p. 265-302, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ecos/v26n2/1982-3533-ecos-26-02-00265.pdf>>. Acesso em: 22 agosto 2018.

CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas-P, v. 21, p. 1011-1042, dez 2012.

CEARÁ. Ceará é o Estado com maior percentual de jovens aprendizes admitidos. **www.ceara.gov.br**, 2019. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2019/03/29/ceara-e-o-estado-com-maior-percentual-de-jovens-aprendizes-admitidos/>>. Acesso em: 02 out. 2020.

CEARÁ. **Plano Plurianual (PPA)**. Secretaria de Planejamento e Gestão- SEPLAG. Fortaleza. 2020.

CECAD. CECAD 2.0. **Tabulador do Cadastro Único**, 2020. Disponível em: <[https://cecad.cidadania.gov.br/tab\\_cad.php](https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php)>. Acesso em: 10 Janeiro 2021.

CLEMENTINO, J. V. APRENDIZAGEM PROFISSIONAL: A LEI QUE PROMOVE TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PARA O BRASIL. **mercado de trabalho**, ago 2013. Disponível em:

<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3803/1/bmt55\\_politicaemfoco\\_aprendizagem.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3803/1/bmt55_politicaemfoco_aprendizagem.pdf)>. Acesso em: 18 dezembro 2020.

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M. INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE. **Mercado de trabalho : conjuntura e análise.n.70**, Brasília:, n. 70, ano 26 setembro de 2020 2020. 92-102. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&&view=article&&id=36978&&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&&view=article&&id=36978&&Itemid=9)>. Acesso em: 20 Dez 2020.

DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DI GIOVANNI, G. **Aspectos qualitativos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2004. 64 p. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms\\_233581.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_233581.pdf)>.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa. n°82 Núcleo de Estudos de Políticas Públicas -NEPP**, Campinas-SP, 2009.

DIEESE. O novo desmonte dos direitos trabalhistas: a MP 905/2019. **Nota Técnica-215**, Novembro 2019. 10. Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec215MP905.pdf>>. Acesso em: 22 Dezembro 2020.

DIEESE. A reforma trabalhista sem fim e a “bolsa patrão” do Contrato Verde e Amarelo. **Nota Técnica-221**, Fevereiro 2020. 24. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec221carteiraVerdeAmarela.pdf>>. Acesso em: 22 Dezembro 2020.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FIPE. **Benefícios Econômicos e Sociais da Aprendizagem**. [S.l.]: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas-FIPE, 2019. 95 p. Disponível em: <<https://portal.ciee.org.br/pesquisa/fipe-beneficios-economicos-sociais-aprendizagem/#:~:text=O%20estudo%20econ%C3%B4mico%20realizado%20pela,relev%C3%A2ncia%20da%20aprendizagem%20no%20pa%C3%ADs.>>>. Acesso em: 20 Dezembro 2020.

FONSECA, P. C. D.; CUNHA, A. ; BICHARA, J. D. S. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 403-428, maio-agosto de 2013. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512013000200006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000200006)>. Acesso em: 22 fev. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. 3º Trimestre**. [S.l.]. 2020.

IBGE. **PNAD Contínua: Trabalho Infantil 2016-2019**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [S.l.]. 2020b.

IBGE. **idades.ibge**, 2021. Disponível em: <<https://idades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>>. Acesso em: 08 Janeiro 2021.

IBGE. **idades.ibge.gov.br**. Disponível em: <<https://idades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>>. Acesso em: 10 Janeiro 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**, 2020. Disponível em: <<http://bve.cibec.inep.gov.br/web/guest/dados>>. Acesso em: 20 Dezembro 2020.

IPEA. A INFORMALIDADE DO TRABALHO: O QUE PENSAM OS INTEGRANTES DO SUBCOMITÊ DA AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE PARA.

**Texto para discussão**, Brasília, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6585/1/td\\_2171.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6585/1/td_2171.pdf)>.

IPEA. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise. **Ano 25**, Abril 2019.

IPEA. **Diagnóstico da Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho em um Contexto de Crise e Maior Flexibilização**. Brasília: [s.n.], 2020a. 44 p. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35949&Itemid=432#:~:text=No%20intuito%20de%20identificar%20as,Cont%C3%ADnua\)%2C%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35949&Itemid=432#:~:text=No%20intuito%20de%20identificar%20as,Cont%C3%ADnua)%2C%20do%20Instituto%20Brasileiro%20de)>. Acesso em: 02 out 2020.

IPECE. **PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL: Análise do PIB dos Municípios Cearenses – 2002,2010,2016 e 2017**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza, p. 32. 2019. (3).

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Termômetro do Mercado de Trabalho- 3º Trimestre / 2020**, Fortaleza, dezembro 2020. Disponível em: <<https://www.ipece.ce.gov.br/termometro-do-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 08 Janeiro 2021.

KERSTENETZKY, C. L. Políticas Sociais: focalização ou universalização? **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 4, p. 564-574, outubro-dezembro 2006.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, A. A. ; LOPES, F. A.. **Diálogo social e qualificação profissional: experiências e propostas**. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, v. 1, 2005.

LOUREIRO, R. Prefácio. In: DAGNINO, R. P.; CAVALCANTI, P. ; COSTA , G. **Gestão Estratégica Pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 496.

MANZANO, M. P. F. **Doze anos de desenvolvimento contingente no Brasil**. Campinas: [s.n.], 2017.

MANZANO, M.; TEIXEIRA, M.; KREIN, J. D. UTOPIAS DO TRABALHO:Desafios e perspectivas para o pós pandemia. **PERSPECTIVA TRABALHO E JUSTIÇA SOCIAL**, 19 Dezembro 2020. 11. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/remir/images/2021/17078.pdf>>. Acesso em: 22 fev 2021.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MTE. **Plano Nacional de Trabalho Decente: Gerar Trabalho Decente para Combater a Pobreza e as Desigualdades Sociais**. 1º. ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010. 37 p. Disponível em: <[https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/oit-no-brasil/WCMS\\_226249/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/oit-no-brasil/WCMS_226249/lang--pt/index.htm)>. Acesso em: 20 Agosto 2020.



MTE. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. 60 p. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/genericdocument/wcms\\_302678.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/genericdocument/wcms_302678.pdf)>. Acesso em: 22 ago 2020.

NETO, N. et al. **A Economia do Ceará: Uma Análise Setorial no Período 2002-2018**. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, 2019. Disponível em: <[OIT. \*\*Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015\*\*. 1º. ed. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2006. Disponível em: <\[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms\\\_226226.pdf\]\(https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms\_226226.pdf\)>.](https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_18CE.pdf/de2e64c9-9fda-9722-8f9b-bac573e56df1#:~:text=O%20Cear%C3%A1%20tamb%C3%A9m%20apresentou%20um,mesmo%20per%C3%ADodo%20(Tabela%205).>.>.</p>
</div>
<div data-bbox=)

OIT. **Relatório: Trabalho decente e juventude no Brasil**. 1º. ed. Brasília: [s.n.], 2009. 220 p. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms\\_230674.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms_230674.pdf)>. Acesso em: 20 Ago 2020.

OIT. **Diagnóstico Intersetorial Municipal: Desenvolvimento das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI**. OIT/ MDS/ MTE. BRASÍLIA, p. 20. 2016.

PDET-RAIS/CAGED. **Microdados RAIS e CAGED**. [S.l.]: Programa de disseminação das estatísticas do trabalho-PDET., 2020. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>>.

PEREIRA, C. S.. **Centro, centralidade e cidade média: o papel do comércio e serviços na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte/CE**. Presidente Prudente: Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2014. 328 p.

PMJN/DTR. **Diagnóstico Socioeconômico dos Aprendizes do Projeto Primeiro Passo**. Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte, p. 48. 2020.

POCHMANN,. São Paulo. 2007.

POCHMANN,. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2015.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Publisher, 2007.

- POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Publisher, 2007.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo- Colônia.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- QUEIROZ, F. J. C. D. **Padres, coronéis e ativistas sociais: o Cariri à época da usurpação militarista - 1964-1985.** Fortaleza: Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2010. 351 p.
- REDE PETECA. De cada 10 jovens aprendizes contratados no Brasil, 9 são desligados. **Rede Peteca – Chega de Trabalho Infantil,** 2018. Disponível em: <<https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/>>. Acesso em: 22 agosto 2019.
- SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** colaboradores et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, J. **OS BATALHADORES BRASILEIROS: NOVA CLASSE MÉDIA OU NOVA CLASSE TRABALHADORA?** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 404 p.
- SOUZA, J. **A classe média no espelho.** São Paulo: Sextante, 2018.
- SOUZA, J. **Subcidadania brasileira: Para entender o país além do jeitinho brasileiro.** Rio de Janeiro: LeYa, 2018.
- SPOSITO, M. ; CORROCHANO,. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social, revista de sociologia da USP,** São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-172, novembro 2005.
- SPOSITO, M. P. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas.** São Paulo: Ação Educativa, 2003.
- SPS-CE. [sps.ce.gov.br](http://sps.ce.gov.br), 2014. Disponível em: <<https://www.sps.ce.gov.br/2011/07/25/pimeiro-passo/>>. Acesso em: 10 Outubro 2020.
- SPS-CE. CADASTRO DE JOVEM APRENDIZ. **10.sps.ce.gov.br**, 2019. Disponível em: <<http://www10.sps.ce.gov.br/jovemestagiario/aprendiz.php>>. Acesso em: 22 Dezembro 2020.
- SPS-COIS. **Resposta final enviada pelo comitê setorial SIC SPS.** [S.l.]: cearatransparente., 2021. Disponível em: <<https://cearatransparente.ce.gov.br/>>. Acesso em: 08 Jan 2020.
- TOZONI-REIS, M. F. D. C. **Metodologia da Pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

TROVÃO, C. J.; ARAÚJO, J. B. Reformas trabalhistas, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no Brasil até 2019. **Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho**, Campinas, v. 2, 2020. ISSN 2674-9564. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/article/view/13304/9828>>. Acesso em: 20 novembro 2020.

VIEIRA, M. G. **Políticas globais e contextos locais: trabalho infantil no Brasil e no Paraguai**. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo,: Cortez, 2009.

## APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA



### MAESTRÍA ESTADO, GOBIERNO Y POLÍTICAS PÚBLICAS

1

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (Temas geradores)

Data:

Código de identificação:

Pesquisador: Luis Soares da Costa Neto

#### **Bloco 1 - Informação pessoal, sobre família e domicílio**

Composição familiar e renda

Aspectos das condições de moradia e bem estar social

Acesso a políticas públicas no território

Escolaridade e profissão dos pais -Ascensão geracional

Experiências acerca do mundo do trabalho vivenciado na família

#### **Bloco 2- Relação escolaridade e trabalho**

O tempo de escolaridade?

Quais oportunidades geradas na escola?

Sobre Alfabetização informacional e acesso às novas tecnologias

Impasses da trajetória estudantil

A transição da escola para o trabalho

O que motivou a busca pelo primeiro emprego?

Desde quando se interessa em inserir-se no mercado de trabalho?

Quais incentivos recebeu da família para o primeiro emprego?

#### **Bloco 3- O curso e a aprendizagem**

De que modo o projeto ajudou na inserção no mercado de trabalho?

Como observa o mercado de trabalho onde ele está inserido?

Qual a importância do salário de aprendiz para os rendimentos da família?

Aquisições possibilitadas pela garantia de uma renda?

Como utiliza o seu tempo livre?

#### **Bloco 5-Expectativas sobre o mundo do Trabalho**

Quais objetivos acerca da profissionalização?

Como imagina a sua carreira?

Cursar o nível técnico, superior, tecnológico?

Montar o próprio negócio?

Oportunidades que enxerga no mercado de trabalho da cidade?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### JUVENTUDE E TRABALHO: OS APRENDIZES DO PROJETO PRIMEIRO PASSO E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE, 2019 A 2020

**Luis Soares da Costa Neto**

Número do CAAE: (inserir após aprovação pelo CEP)

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

#### **Justificativa e objetivos:**

No Brasil os jovens em idade de trabalhar é o grupo da população que mais sofre com a falta de oportunidades de geração de trabalho e renda. Dessa forma, a busca pelo primeiro emprego se torna um grande desafio, assim como se manter no mercado de trabalho tão competitivo e desigual. Sendo assim, essa pesquisa tem como Objetivo Geral: analisar a percepção dos jovens aprendizes beneficiados pelo projeto primeiro passo, acerca do mundo do trabalho e suas experiências.

#### **Procedimentos:**

Participando do estudo você está sendo convidado a:

- Participar de uma entrevista individual, gravada em vídeo e áudio.
- A entrevista será realizada somente pelo pesquisador e o participante (a)
- As respostas do participante são livres
- A entrevista durará em média 90 minutos

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_

Rubrica do participante: \_\_\_\_\_



- A entrevista será realizada em lugar conveniente ao participante que guarde a sua privacidade.
- O conteúdo da entrevista será armazenado em mídia física e virtual por um período de 5 anos após o término da pesquisa. Conforme Resolução 466/12.

**Desconfortos e riscos:**

A pesquisa “não apresenta riscos previsíveis”.

**Benefícios:**

Na presente pesquisa não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela participação. No entanto, o participante contribuirá para o conhecimento específico da realidade de jovens de baixa renda que estão em busca do tão sonhado primeiro emprego. E assim criar subsídios para novas e assertivas políticas públicas de inclusão produtiva de jovens no município.

**Acompanhamento e assistência:**

O participante poderá se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

**Sigilo e privacidade:**

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

**Ressarcimento e indenização:**

Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

**Contato:**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador, Luis Soares da Costa Neto, e-mail: [netocosta@hotmail.com](mailto:netocosta@hotmail.com). Telefone de contato (88) 999265613.

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_

Rubrica do participante: \_\_\_\_\_



Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09:00hs às 16:00hs na Avenida Ipiranga no. 1071, sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229-2995; e-mail: [maestria.estado@flacso.org.br](mailto:maestria.estado@flacso.org.br)

#### **O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).**

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas

#### **Consentimento livre e esclarecido:**

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do (a) participante da pesquisa:

\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

(Assinatura do participante da pesquisa ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

#### **Responsabilidade do Pesquisador:**

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

(Assinatura do pesquisador)

Rubrica do pesquisador: \_\_\_\_\_

Rubrica do participante: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



**Comitê de Ética**  
**Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais**  
**Parecer 17/2021**

**Projeto:** JUVENTUDE E TRABALHO: OS APRENDIZES DO PROJETO PRIMEIRO PASSO E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE, 2019 A 2020.

**Estudante/pesquisador(a):** LUIS SOARES DA COSTA NETO

**Orientador(a):** Marcelo Manzano

A partir da atenta análise do projeto de pesquisa **JUVENTUDE E TRABALHO: OS APRENDIZES DO PROJETO PRIMEIRO PASSO E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE, 2019 A 2020.**, o Comitê de Ética da Flacso Brasil declara que o mencionado projeto reúne, de forma idônea, os requisitos para sua aprovação, tanto do ponto de vista técnico quanto na adequação conceitual da proposta e suas condições de operacionalidade, atendendo aos padrões éticos e normativos contidos na Resolução CNS 510/16 (Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais), no Código de Ética da Flacso Brasil e no Código de Ética do Sistema Flacso.

**Observação:** recomenda-se que o pesquisador atente para o necessário consentimento esclarecido por parte do entrevistado.

Brasília, 04 de fevereiro de 2021.

**Prof.ª Dr.ª Renata Montechiare**  
**Pelo Comitê de Ética da Flacso Brasil**